



UNIVERSIDADE
ESTADUAL DE LONDRINA

JÉSSICA COSTA PIZAIA

**A CASA COMO LUGAR DE PODER E
(DES)AFETOS: O SENTIDO DO
TRABALHO PARA AS TRABALHADORAS
DOMÉSTICAS**

Londrina
2024

JÉSSICA COSTA PIZAIA

**A CASA COMO LUGAR DE PODER E
(DES)AFETOS: O SENTIDO DO TRABALHO PARA
AS TRABALHADORAS DOMÉSTICAS**

Tese apresentada ao Programa de Pós-graduação em Geografia da Universidade Estadual de Londrina - UEL, como requisito parcial para a obtenção do título de Doutora em Geografia

Londrina
2024

Ficha de identificação da obra elaborada pelo autor, através do Programa de Geração Automática do Sistema de Bibliotecas da UEL

Pizaia, Jéssica Costa.

A Casa Como Lugar de Poder e (Des)Afetos: O Sentido do Trabalho para as Trabalhadoras Domésticas / Jéssica Costa Pizaia. - Londrina, 2024.
121 f.

Orientador: Jeani Delgado Paschoal Moura.

Tese (Doutorado em Geografia) - Universidade Estadual de Londrina, Centro de Ciências Exatas, Programa de Pós-Graduação em Geografia, 2024.
Inclui bibliografia.

1. Trabalho Doméstico - Tese. 2. Decolonialidade - Tese. 3. Interseccionalidade - Tese. 4. Geografias Feministas - Tese. I. Delgado Paschoal Moura, Jeani. II. Universidade Estadual de Londrina. Centro de Ciências Exatas. Programa de Pós-Graduação em Geografia. III. Título.

CDU 91

JÉSSICA COSTA PIZAIA

**A CASA COMO LUGAR DE PODER E (DES)AFETOS: O SENTIDO DO
TRABALHO PARA AS TRABALHADORAS DOMÉSTICAS**

Tese apresentada ao Programa de Pós-graduação em Geografia da Universidade Estadual de Londrina - UEL, como requisito parcial para a obtenção do título de Doutora em Geografia.

BANCA EXAMINADORA

Prof.^a. Dr.^a. Jeani Delgado Paschoal Moura
Orientadora
**Universidade Estadual de Londrina
(UEL)**

Prof.^a. Dr.^a. Anita Loureiro de Oliveira
**Universidade Federal Rural do Rio de
Janeiro (UFRRJ)**

Prof.^a. Dr.^a. Margarida de Cássia
Campos/UEL
**Universidade Estadual de Londrina
(UEL)**

Prof.^a. Dr.^a. Ângela Maria de Sousa
Lima/UEL
**Universidade Estadual de Londrina
(UEL)**

Prof.^a. Dr.^a. Teresa Cristina Furtado Matos
Universidade Federal da Paraíba (UFPB)

Londrina, 25 de outubro de 2024.

À minha avó Ana.

Vozes-Mulheres

A voz de minha filha
recolhe todas as nossas vozes
recolhe em si
as vozes mudas caladas
engasgadas nas gargantas.
A voz de minha filha recolhe em si
a fala e o ato.
O ontem – o hoje – o agora.

Conceição Evaristo
Poemas de recordação e outros movimentos.

A ordem natural das coisas

A merendeira desce,
o ônibus sai
Dona Maria já se foi,
só depois é que o sol nasce [...]
E o sol só vem depois
É o astro rei, ok
Mas vem depois
O sol só vem depois

Emicida
AmarElo.

AGRADECIMENTOS

O fim do doutorado é, possivelmente, a conclusão de treze anos como estudante da UEL. Neste período, só pude me tornar pesquisadora graças ao apoio de professores, amigos, colegas de trabalho, familiares e das participantes da pesquisa. Todos estiveram presentes, desde 2011, no meu dia a dia na universidade, fora dela ou à distância.

Agradeço inicialmente à minha família, meus pais, tias e avós pelo apoio, por serem tamanha inspiração e exemplo de trabalho e resiliência frente às dificuldades, além de serem meu alicerce quando me vi em Cuiabá pensando em desistir. Também destaco meu agradecimento à minha mãe, responsável pelo meu interesse e pela vontade de desvendar o tema desta pesquisa.

Meu muito obrigada às sete mulheres participantes desta pesquisa, as quais, de boa vontade, compartilharam suas vivências no trabalho e fora dele. Espero ter escrito um texto à altura das experiências e dos momentos que compartilhamos nos dias em que nos reunimos.

Sou grata aos meus amigos de Londrina, da UEL (principalmente à Dalila) e de Cuiabá (Laryssa e Fernanda), especialmente ao Pedro Paulo, meu braço direito. É difícil mensurar a importância do Pedro nesse período de quatro anos, seja como meu suporte em momentos difíceis, ou como ouvinte dos desabafos em meio à solidão de pesquisar e escrever. Ele foi, sem dúvida, uma das pessoas que me motivou a terminar a tese.

Agradeço muito à Camilla França e aos demais colegas de trabalho em Cuiabá, pessoas incríveis que também me incentivaram neste último ano de elaboração da tese de diversas formas.

Agradeço à banca pela disponibilidade em participar deste trabalho, sobretudo às professoras Margarida e Angela, pelas sugestões que incrementaram e aprimoraram esta tese após a qualificação. E muito obrigada à Jeani, que aceitou me guiar nesta pesquisa em 2019, sendo a melhor escolha de orientação que eu poderia ter tido neste período.

Por fim, agradeço à UEL, universidade pública que é muito mais do que apenas um lugar onde se constrói, se compartilha, se desenvolve e se descobre conhecimentos. Além disso, foi a “casa” que abrigou, nesses últimos treze anos,

muitas das experiências e vivências que tive com meus amigos, familiares e professores. Foi onde conheci tantas pessoas significativas na minha trajetória e onde passei grande parte do meu tempo como estudante e pesquisadora. Quem já foi estudante desta instituição sabe que viver na UEL é muito mais do que apenas estudar na UEL. É, e sempre será, um dos meus lugares preferidos neste mundo.

PIZAIA, Jéssica Costa. A Casa Como Lugar de Poder e (Des)Afetos: O Sentido do Trabalho para as Trabalhadoras Domésticas. 2024. 121 fls. **Tese** (Doutorado em Geografia) – Universidade Estadual de Londrina, Londrina, 2024.

RESUMO

Este trabalho analisa as relações das trabalhadoras domésticas com as casas em que trabalham a partir de uma perspectiva decolonial e interseccional. A importância do serviço doméstico na sociedade contemporânea é indiscutível, e, ao focar nas vivências dessas mulheres, esta pesquisa aborda as contradições e complexidades que caracterizam este trabalho. O espaço do lar dos empregadores se constitui simultaneamente em um ambiente de afetos e desafetos, revelando a dualidade das experiências vividas. Deste modo, esta pesquisa tem como objetivo compreender as relações das trabalhadoras domésticas com as casas em que trabalham, explorando como os vínculos afetivos e as dinâmicas de poder se manifestam nesses ambientes. A metodologia adotada envolve a coleta de histórias de vida e a análise de conteúdo por meio de entrevistas em formato de roda de conversa com trabalhadoras domésticas. Esse processo visa não apenas explorar as vivências de afeto ou violências no trabalho doméstico, mas também investigar as mudanças nas condições de trabalho durante a pandemia de Covid-19. Ao analisar essas narrativas, a pesquisa busca identificar os desafios e vulnerabilidades enfrentados por essas profissionais, assim como entender como suas experiências impactam suas relações com suas próprias casas e famílias. Os resultados indicam que, apesar de desenvolverem a afetividade com membros das famílias empregadoras, especialmente com as crianças, as trabalhadoras continuam restritas a uma posição subalterna, com os espaços físicos da casa delimitados por barreiras sociais e raciais. Essa dicotomia cria espaços híbridos – tanto afetivos quanto opressivos – nos quais o afeto não se expande para a dinâmica espacial de pertencimento, permanecendo limitado ao desempenho das funções. Além disso, o estudo evidencia que a informalidade e a desvalorização do trabalho doméstico são agravadas por discriminação, abuso e ausência de proteção social, perpetuando a herança colonial e patriarcal na sociedade brasileira. Dessa forma, ao investigar as experiências das trabalhadoras domésticas, esta pesquisa contribui para a visibilidade das experiências das trabalhadoras domésticas e propõe uma reflexão crítica sobre as condições de trabalho.

Palavras-chave: Decolonialidade; Trabalho Doméstico; Geografias Feministas; Interseccionalidade.

PIZAIA, Jéssica Costa. The Private Household as a Place of Power and (Dis)Affections: The Meaning of Work for Domestic Workers. 122 f. Thesis (PhD in Geography) – Universidade Estadual de Londrina, Londrina, 2024.

ABSTRACT

This research examines the relationships between domestic workers and the private households where they work, adopting a decolonial and intersectional perspective. While domestic work plays a crucial role in contemporary society, this study focuses on the contradictions and complexities that define these women's experiences within their employers' homes. These spaces simultaneously embody affection and disaffection, revealing a duality that shapes their lived realities. The study aims to understand how domestic workers navigate these environments, exploring the interplay between emotional bonds and power dynamics. Methodologically, it employs life-story interviews and content analysis through group conversations with domestic workers. Beyond examining experiences of affection and oppression, the research investigates shifts in working conditions during the Covid-19 pandemic. By analyzing these narratives, the study highlights the challenges and vulnerabilities faced by these workers and how their labor impacts their own homes and families. The findings reveal that, despite developing affectionate bonds—particularly with the children they care for—domestic workers remain confined to a subordinate position, with physical spaces in the household marked by social barriers. This contradiction creates hybrid spaces that are both affectionate and oppressive, where emotional ties do not translate into a sense of spatial belonging but remain tied to task performance. Furthermore, the study underscores how informality, undervaluation, discrimination, and lack of social protection exacerbate their precarious conditions, reinforcing Brazil's colonial and patriarchal legacies. By centering domestic workers' experiences, this research amplifies their visibility and fosters critical reflection on their working conditions, contributing to broader discussions on labor rights and social inequality.

Key words: Decoloniality; Domestic Work; Feminist Geographies; Intersectionality.

LISTA DE SIGLAS

CLT	Consolidação das Leis Trabalhistas
DIEESE	Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos
FGTS	Fundo de Garantia do Tempo de Serviço
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
INSS	Instituto Nacional do Seguro Social
PEC	Proposta de Emenda à Constituição
PNAD	Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Distribuição das mulheres ocupadas e das mulheres ocupadas em serviços domésticos no Brasil – 2023 (em %)	30
Quadro 2 – Rendimento médio mensal domiciliar dos domicílios com presença de mulheres ocupadas em 2023 (R\$)	32
Quadro 3 – Rendimento médio mensal domiciliar per capita no Brasil dos domicílios com presença de mulheres em 2023 (R\$)	33
Quadro 4 - Características identitárias das participantes da pesquisa	56

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Ilustração sobre Empregada Doméstica	21
Figura 2 - Caracterização das trabalhadoras domésticas em relação à previdência social	29
Figura 3 - Distribuição dos domicílios com presença de mulheres ocupadas, 2023 (%)	31
Figura 4 - Licença-maternidade	37
Figura 5 – Julgamento das aparências	63
Figura 6 - Doméstica e o abuso sexual	108
Figura 7 – As crianças que as domésticas mais sentem falta	114

SUMÁRIO

PRÓLOGO	13
INTRODUÇÃO	15
1. TRABALHADORAS DOMÉSTICAS NO BRASIL	23
1.1. A CONQUISTA DE DIREITOS E O CONTEXTO PANDÊMICO	23
1.2. O PANORAMA ATUAL DAS TRABALHADORAS DOMÉSTICAS NO BRASIL	27
1.3. AS INTER-RELAÇÕES ENTRE DECOLONIALIDADE, INTERSECCIONALIDADE E O EMPREGO DOMÉSTICO BRASILEIRO	34
2. DECOLONIALIDADE DO SABER E OUTRAS EPISTEMOLOGIAS	39
2.1. CRÍTICA EPISTEMOLÓGICA	39
2.2. MÉTODOS E PRÁTICAS DA DECOLONIALIDADE NA GEOGRAFIA	47
2.3. RESULTADOS DA PRÁTICA DE PESQUISA DECOLONIAL	51
3. CONTRADIÇÕES NO TRABALHO DOMÉSTICO: OS SIGNIFICADOS DA CASA	65
3.1. HISTÓRIAS E GEOGRAFIAS VIVIDAS	65
3.1.1. A Casa Como Lugar De Afeição	65
3.1.2. A Casa Como O Lugar De Assédio Sexual	73
3.1.3. A Casa Como Espaço De Injustiças e Os Sonhos de uma Vida	78
3.1.4. A Casa Como Lugar De Boas Experiências	91
3.1.5. A Casa Como Lugar De Negligência	92
3.1.6. A Casa Como Lugar De Opressão, Racismo e Racismo Religioso	95
3.2. O “QUARTINHO” – E O BANHEIRO – DA “EMPREGADA”	99
3.3. AS MULHERES DA CASA	104
4. CONSIDERAÇÕES FINAIS	110
5. REFERÊNCIAS	115

PRÓLOGO

Este trabalho surge de uma inquietação pessoal por eu ser filha de uma trabalhadora doméstica. Durante minha trajetória acadêmica, optei - e continuo optando - por pesquisar temas que genuinamente me mobilizam. No mestrado, com a dissertação intitulada “A territorialização de migrantes do Haiti em Cambé-PR e Rolândia-PR: as demandas das mulheres haitianas e as ações realizadas” (Pizaia, 2019), pesquisei sobre a condição das mulheres haitianas, investigando as vulnerabilidades e as territorialidades dessa população imigrante. Esse processo me fez refletir ainda mais sobre as complexas intersecções entre raça, gênero, classe e nacionalidades.

Ainda na infância, no início dos anos 2000, eu tentava me impor contra alguns papéis de gênero intransigíveis que reservavam às mulheres maior relação com a cozinha, com o cuidado, com as roupas, com a limpeza, com a dupla jornada de trabalho, enquanto aos homens eram garantidos o sofá e a obrigação do provimento. Obviamente, nunca fui bem-sucedida em meus argumentos perante minha família na época, mas, anos depois, já na graduação, descobri quais caminhos eu poderia percorrer para encontrar pessoas com estas mesmas afinidades de pensamento e inquietações parecidas com as minhas.

Neste contexto, percebi que ao escrever sobre as experiências dessas mulheres, algumas vivências das quais eu já conhecia, me fizeram ressignificá-las, pois saíram da esfera do que era considerado cotidiano e comum para mim e passaram a ter um significado mais concreto, em que eu pude realmente observar a gravidade de algumas das situações e retirá-las do contexto normalizado em que estavam inseridas.

Assim, o presente trabalho também possui um significado importante para mim, que sou filha de mais uma trabalhadora doméstica que precisou se ausentar tantas vezes para garantir a própria sobrevivência. Mulher que eu presenciei vivendo e desenvolvendo tantas relações de afeto quanto de desafeto nas casas onde trabalhou.

De qualquer forma, mesmo que o período de todo o doutoramento tenha sido de condições paralisantes desde o começo, em março de 2020, o início de 2024 foi o momento em que os anseios, a disposição e a calma voltaram a estar presentes.

Por fim, eu poderia dizer que o presente trabalho é resultado de quatro anos de

doutorado, mas, na realidade, é o resultado de muitos anos de vivências que culminaram em cada decisão tomada e cada palavra escrita ao longo de todo o processo de estudo que resultaram nesta tese.

INTRODUÇÃO

As trabalhadoras domésticas fazem parte de um conjunto de trabalhadores/as que representam uma parcela significativa da força de trabalho no Brasil. De acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2023), pessoas que prestam serviços domésticos - setor que abarca jardineiros, caseiros, empregadas domésticas e diaristas - somam 6,3 milhões de trabalhadores/as.

Deste total, apenas 1,5 milhão trabalham com carteira assinada, em conformidade com a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), enquanto outros 2,3 milhões atuam na informalidade. Além disso, independentemente da relação trabalhista, 2,5 milhões de trabalhadores/as domésticos/as são diaristas, o que os caracteriza como um grupo vulnerável ao descumprimento de normas trabalhistas e à instabilidade financeira (Wentzel, 2018).

Além de enfrentar plena vulnerabilidade por 70 anos, a profissão de trabalhadora doméstica se diferencia em diversos aspectos, como a alta proporção de mulheres que fazem parte dela (91%, das quais 65% são negras), bem como pelas vivências e relacionamentos cotidianos. Essas trabalhadoras passam mais tempo com outras famílias e cuidando de outras crianças em lares que não são os seus, mas que se configuram como seus locais de trabalho.

Na relação das trabalhadoras domésticas com os lares em que trabalham, os vínculos entre o pessoal e o profissional se entrelaçam. O ambiente de trabalho não é visto como um lugar de experiências puramente laborais, mas também não permite construir autonomia, pertencimento ou conforto. Essa ambiguidade torna a relação com o local de trabalho ainda mais complexa.

Além disso, a profissão de trabalhadora doméstica é marcada por condições exaustivas, baixa remuneração e, geralmente, pela contratada por pessoas de médio a alto poder aquisitivo. Assim, muitas dessas mulheres vivenciam diariamente a dinâmica de dois espaços distintos: a própria casa e a casa dos empregadores. Isso quando não residem no local de trabalho, uma prática menos comum hoje em dia comparada a décadas passadas, ainda assim lidam com as exigências emocionais e físicas de transitar entre esses dois mundos.

O deslocamento diário até as residências dos patrões, geralmente localizadas em regiões nobres ou valorizadas, evidencia como essa é uma das poucas profissões

que abrange o funcionamento e a dinâmica em pequena escala do cotidiano das famílias, das casas e dos bairros em dois espaços distintos. As profissionais estão imersas em um ambiente de relações complexas e variadas, tanto positivas quanto, muitas vezes, negativas. Enquanto criam laços de afeto com as crianças das casas em que trabalham, não é raro enfrentarem situações de abuso, discriminação e agressão nesses mesmos espaços.

Esta pesquisa busca contribuir na compreensão das relações afetivas, espaciais e de desafetos no trabalho doméstico, trazendo à tona as vivências das trabalhadoras e oferecendo uma perspectiva sobre as desigualdades presentes nesse ramo de trabalho e como tais relações influenciam as dinâmicas espaciais da casa. Além disso, pretende-se demonstrar como essas relações são atravessadas por questões de raça, classe, etarismo e gênero, e como as trabalhadoras, ao construírem afetos e desafetos, também exercem formas de resistência dentro de um sistema de poder colonial e patriarcal. A pesquisa também visa destacar a importância de considerar as especificidades onde as trabalhadoras atuam, e o reconhecimento de suas experiências como um direito fundamental na sociedade.

O questionamento central que balizou a investigação sobre o tema foi: Como as trabalhadoras domésticas percebem e atribuem significados às suas relações com as famílias para as quais trabalham e aos espaços em que desempenham suas funções? Essa questão envolve tanto a dimensão afetiva e pessoal das relações quanto a dimensão espacial, considerando a complexidade do espaço do trabalho doméstico, que é simultaneamente físico (a casa do empregador) e subjetivo (o lugar, vivido e percebido, pela trabalhadora). O estudo se concentra em entender como esses afetos e desafetos se constroem dentro e fora do espaço doméstico, e como as trabalhadoras vivenciam a extensão desses vínculos afetivos para além da casa dos empregadores.

Assim, esta pesquisa parte da observação de que o espaço em que as trabalhadoras domésticas atuam é híbrido, um lugar onde se constroem tanto afetos quanto desafetos. Embora o trabalho doméstico muitas vezes ocorra no ambiente rígido da casa dos empregadores, onde as trabalhadoras desempenham funções importantes, como cuidar e, por vezes, educar as crianças, os vínculos emocionais estabelecidos nesses contextos podem se expandir para além das fronteiras físicas do lar. A investigação busca compreender como esses afetos e a dinâmica relacional

se articulam dentro e fora desse espaço, que consideraremos como um lugar, e como as trabalhadoras percebem e vivenciam essa extensão.

Desta maneira, esta tese tem como objetivo compreender o que é a casa de trabalho sob a ótica das trabalhadoras domésticas, explorando como os vínculos afetivos e as dinâmicas de poder se manifestam nesses ambientes. A intenção é compreender os significados e os vínculos influenciados e construídos por padrões, preconceitos, normas sociais e históricas, bem como pelo afeto ou desafeição. Para isso, busca-se: analisar os significados atribuídos pelas trabalhadoras domésticas à casa dos empregadores, considerando as diversas vivências e contradições entre afeto e opressão; investigar as dinâmicas de poder, gênero e raça que permeiam o trabalho doméstico, com base nas noções de interseccionalidade e decolonialidade; explorar as mudanças nas condições de trabalho das domésticas ao longo do tempo, especialmente no contexto pandêmico, a fim de identificar os principais desafios e vulnerabilidades enfrentados; e examinar como as experiências vividas no ambiente de trabalho impactam a relação das trabalhadoras domésticas com suas próprias casas e suas famílias.

As metodologias que orientam a reflexão em torno dos questionamentos apresentados seguem as propostas de metodologias decoloniais, conforme resumido em Dulci e Malheiros (2021), na colonialidade de gênero de Lugones (2014), a noção de interseccionalidade dos sujeitos em Crenshaw (2002), Akotirene (2019) e Silva e Silva (2011), além das Geografias Feministas, conforme apresentadas por Silva, Ornat e Chimin Jr. (2017). Nesse sentido, é necessário reconhecer que, historicamente, os campos teóricos e metodológicos nas ciências têm contribuído para a invisibilidade de certos sujeitos. Para combater essa tendência, adotar uma abordagem decolonial envolve questionar conceitos e, além da epistemologia e dos autores pesquisados, também questionar os métodos universalizantes.

A pesquisa adota uma abordagem qualitativa, com ênfase na escuta das trabalhadoras e na análise de suas narrativas. A metodologia se baseia em rodas de conversa e observação participante para captar as múltiplas dimensões da experiência das trabalhadoras no ambiente doméstico. A escolha por esses métodos visa não apenas obter dados sobre as relações de trabalho, mas também compreender os sentidos e significados atribuídos pelas trabalhadoras às interações com as famílias empregadoras. Essas abordagens permitem uma análise profunda

das dinâmicas afetivas e sociais, considerando as especificidades de cada trabalhadora e seu contexto.

As ferramentas de pesquisa utilizadas para alcançar a proposta apresentada incluíram, além de pesquisas bibliográficas e levantamento e análise documental de notícias jornalísticas em formato digital, a análise da situação das trabalhadoras domésticas durante a pandemia de Covid-19, no período de março de 2020 a março de 2021. Esse método proporcionou um panorama dos principais problemas enfrentados por essas profissionais durante a pandemia, bem como de outras dificuldades que transcendem esse fenômeno.

Foram utilizados jornais, revistas e páginas digitais de âmbito nacional e regional que abordaram a temática (Istoé, IG, UOL, BBC Brasil, Extra, Folha de São Paulo, Folha Vitória, Correio do Povo, Folha de Londrina, G1, Diário de Pernambuco e El País Brasil). A pesquisa foi realizada por meio de site de buscadores ou diretamente nas próprias páginas de conteúdo jornalístico. Posteriormente, por meio da leitura e do resumo das notícias, foi elaborado um texto com as informações mais relevantes, as quais foram analisadas e utilizadas como uma das bases para a discussão realizada na presente tese.

As metodologias voltadas à análise de conteúdo (Bardin, 2011) e às geografias e histórias de vida foram utilizadas para desenvolver os resultados da pesquisa a partir das experiências apresentadas pelas participantes. Em resumo, a metodologia das histórias de vida busca compreender a trajetória e o significado pessoal dos eventos vividos, enquanto a análise de conteúdo procura identificar e quantificar padrões, desenvolvendo raciocínios sobre as informações.

Essas metodologias possibilitam combinar as experiências pessoais com padrões e contextos mais amplos, centrando a presença da colonialidade do poder nas análises do espaço geográfico. Para isso, evidencia desde as percepções das trabalhadoras até as dimensões estruturais das relações, seguindo as propostas da decolonialidade, que prioriza as sabedorias locais e de grupos que tradicionalmente não estão incluídos na construção dos postulados científicos na Geografia. A análise de conteúdo considera que as palavras, imagens, textos e discursos que constituem a comunicação possuem significados explícitos e implícitos. Segundo Bardin (2011), a análise de conteúdo é útil para descrever e interpretar opiniões estereótipos e representações individuais e sociais. O objetivo é explicar e sistematizar o conteúdo

da mensagem e seu significado, utilizando deduções lógicas e considerando o emissor, o contexto e os efeitos da mensagem. Além dos significados explícitos, os implícitos - que acompanham a mensagem principal em segundo plano - também fazem parte da análise de conteúdo.

Assim, baseando-me na organização proposta por Bardin (2011), a escolha inicial foi pelo formato de rodas de conversa, que considerou a abordagem mais confortável para explorar tópicos sensíveis, além de favorecer e estimular a troca de ideias e lembranças, o que culminou na reunião em abril de 2023.

Posteriormente, optei por dissertar sobre as experiências das participantes, construindo o texto na ordem em que as discussões ocorreram. Isso porque, durante a reunião, notei como a partilha de experiências por uma participante gerava questionamentos e opiniões, além de outras vivências semelhantes das demais. Essa dinâmica possibilitou apresentar a linha de discussão que foi se desenvolvendo, auxiliando na análise de histórias e geografias vividas.

Para compreender essas dinâmicas, a pesquisa se fundamenta em conceitos-chave como interseccionalidade, trabalho doméstico, decolonialidade do poder e a casa como um lugar de poder, afetos e desafetos. A interseccionalidade será aplicada para entender como as dimensões de raça, classe, idade e gênero se entrelaçam e afetam as relações das trabalhadoras com os empregadores e o espaço de trabalho. A análise do trabalho doméstico busca ir além da visão tradicional que o vê como uma função impessoal, mostrando-o como uma prática marcada por afetos, cuidados e desafios, muitas vezes invisibilizados.

A colonialidade do poder ajudará a investigar como as relações de dominação e subordinação construídas no processo de colonização ainda moldam o cotidiano das trabalhadoras domésticas, reforçando as desigualdades sociais e espaciais. O conceito de lugar será central para entender a dualidade do espaço do trabalho doméstico, que é simultaneamente um lugar de acolhimento e de subordinação, e como as trabalhadoras, ao ocupar esses espaços, atribuem significados e constroem formas de resistência afetivas e territoriais. Para Relph (1979), o conceito de lugar vai além da simples noção geográfica de localização, pois não se limita a objetos e características físicas, mas está relacionado a tipos de experiências e ao envolvimento humano com o mundo. Nesse sentido, o lugar atende a necessidades fundamentais como o sentimento de pertencimento e segurança.

Para atender aos objetivos da pesquisa, a tese está estruturada em três capítulos:

O primeiro capítulo, “Trabalhadoras Domésticas no Brasil”, apresenta o contexto histórico do trabalho doméstico no país, destacando a evolução dos direitos das trabalhadoras domésticas e as dificuldades enfrentadas, especialmente durante o contexto pandêmico, que aprofundou a vulnerabilidade dessa categoria. Também são apresentados dados e índices sobre o trabalho doméstico e o perfil das trabalhadoras domésticas do país, evidenciando questões socioeconômicas, raciais, de gênero e de composição familiar. O capítulo é encerrado com uma discussão sobre a importância da utilização de métodos decoloniais e da interseccionalidade na abordagem do tema.

No segundo capítulo, “Decolonialidade do Saber e outras Epistemologias”, discutimos a decolonialidade e a interseccionalidade como práticas que valorizam as experiências e perspectivas dos sujeitos historicamente marginalizados pela ciência, bem como a importância de se considerar as diferentes facetas identitárias no desenvolvimento da pesquisa científica. Por fim, são apresentados os perfis das participantes da pesquisa e uma análise de seus discursos, utilizando uma nuvem de palavras com as mais frequentes em suas falas.

O terceiro capítulo, “Contradições no Trabalho Doméstico: os Significados da Casa”, explora os significados diversos do espaço da casa para as trabalhadoras domésticas participantes da pesquisa, abordando como este pode ser visto como um espaço de opressão, afetos, desafeição, negligência e diversas violências. Também são evidenciadas as contradições e a disposição dos ambientes de trabalho, que historicamente carregam os vestígios da herança escravocrata brasileira.

Em cada capítulo inserimos uma arte relacionada ao tema discutido. Após uma breve pesquisa, reconheci uma tira das séries “Os Santos” e “Confinada”, ambas de Leandro Assis e Triscila Oliveira, que evidenciam a relação de poder entre as trabalhadoras e os patrões no espaço da casa. Essas tiras ganharam notoriedade durante a pandemia de Covid-19, em 2021, na rede social Instagram. Selecionei as artes que se relacionam com o tema e as adicionei como fechamento de cada capítulo, de modo a dialogar com o conteúdo apresentado.

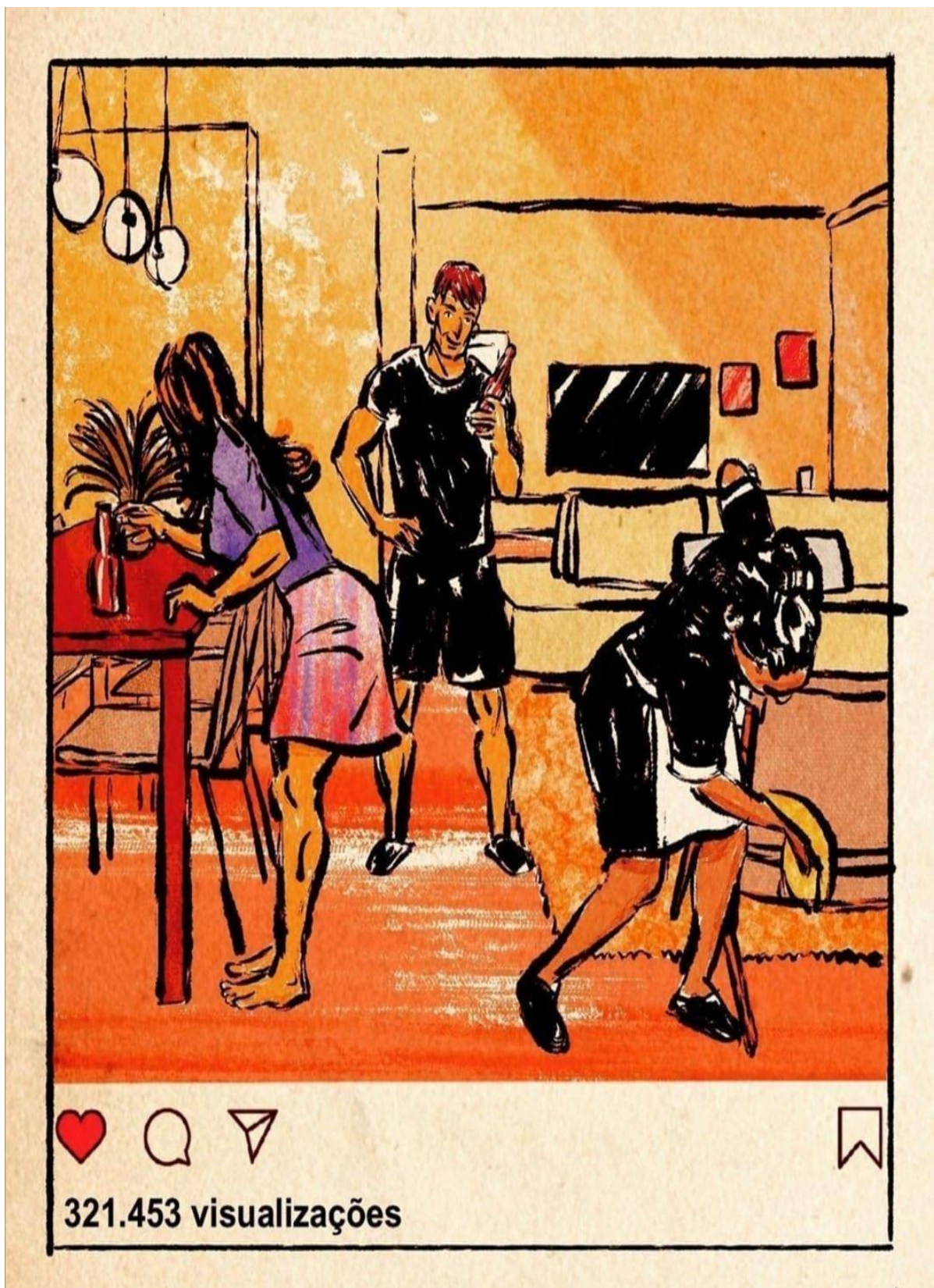


Figura 1 - Ilustração sobre Trabalhadora Doméstica.
Fonte: Leandro Assis (Instagram).

Legenda: Representação feita pelos artistas Leandro Assis e Triscila Oliveira, retratando o cotidiano de trabalho no ambiente doméstico. A ilustração evidencia as estruturas de poder entre patrões e empregados, bem como os níveis de privilégio associados à raça, gênero e classe. Isso se reflete na disposição das figuras: o homem branco aparece no topo da imagem, a mulher branca no meio, e a mulher negra, trabalhadora doméstica, na parte inferior. A ilustração faz alusão ao trabalho doméstico invisibilizado e atribuído exclusivamente às mulheres, com destaque para a figura central que parece alheia ao que acontece ao seu redor. Com esta imagem, convidamos você a mergulhar no universo das trabalhadoras domésticas e, por meio da pesquisa realizada, refletir sobre as problemáticas que permeiam a categoria, considerando suas diferentes dimensões e interseccionalidades.

1. TRABALHADORAS DOMÉSTICAS NO BRASIL

1.1. A CONQUISTA DE DIREITOS E O CONTEXTO PANDÊMICO

As trabalhadoras domésticas historicamente estiveram à margem da legislação trabalhista. As primeiras regulamentações legais sobre o trabalho doméstico no Brasil visavam principalmente ao controle policial para proteger a “família brasileira”. O Decreto nº 16.107 de 1923, no Rio de Janeiro, por exemplo, exigia que as trabalhadoras domésticas se identificassem em órgãos subordinados à polícia (Bernadino-Costa, 2007).

Entre as décadas de 1930 e 1970, legislações pontuais¹ introduziram algumas normas trabalhistas básicas para a categoria das trabalhadoras domésticas. Inicialmente, essas normas estavam relacionadas a acidentes de trabalho e aos serviços em condomínios residenciais. Posteriormente, foram estabelecidos direitos como décimo terceiro salário, férias anuais de 20 dias, obrigatoriedade de vinculação à previdência social e registro na carteira de trabalho. Essas medidas foram implementadas quase 30 anos após a CLT (Ramos, 2018). Contudo, desde os anos 1930, houve esforços de organização por parte das trabalhadoras domésticas. Com o tempo, surgiram diversos movimentos sociais, inicialmente sindicais e, posteriormente, também vinculados ao movimento negro (Ramos, 2018).

De acordo com Elisabete Pinto (2018), historicamente, os partidos políticos no Brasil têm ignorado ou minimizado as questões raciais, dificultando a inclusão de demandas específicas da população negra. Ao revisar a vida política de Laudelina de Campos Mello, líder sindical e fundadora da primeira associação de trabalhadoras domésticas no Brasil, criada em 1936, a autora destaca um destes movimentos em que Laudelina buscou visibilidade para as domésticas, majoritariamente negras. Ela contribuiu também para a organização de outros movimentos de trabalhadoras domésticas e para a discussão racial em espaços políticos. Na década de 1980, com a redemocratização do Brasil e a promulgação da Constituição, Laudelina fundou, em Campinas, o primeiro sindicato das empregadas domésticas do país.

¹ Decreto-lei nº 7.036 de 10 de novembro de 1944; Lei nº 2.757 de 23 de abril de 1956; Lei nº 4.090 de 13 de julho de 1962; Lei nº 5.859, de 11 de dezembro de 1972.

No que se refere à Constituição Federal de 1988 (CF/1988), as trabalhadoras domésticas participaram do debate constitucional, buscando o reconhecimento institucional de seus direitos por meio de uma carta reivindicatória apresentada em várias subcomissões. No entanto, a Constituição estabeleceu distinções entre essas profissionais e outros trabalhadores, limitando os direitos que lhes foram estendidos. A justificativa para essa restrição era a suposta impossibilidade de aplicação dos direitos em razão das especificidades do trabalho doméstico, embora alguns direitos negados não se relacionassem com tais justificativas (Ramos, 2018).

A equiparação definitiva à CLT ocorreu com a promulgação da Emenda Constitucional nº 72, de 2013, e a Lei Complementar nº 150, de 2015, resultando em um hiato de 72 anos entre essas legislações. Esse longo intervalo evidencia a indiferença institucional direcionada a essas trabalhadoras. A vulnerabilidade dos/as empregados/as domésticos/as se aprofundou na última década, especialmente durante a pandemia, um período de alto risco de contágio em que muitos destes/as trabalhadores/as estiveram desamparados/as pelas leis trabalhistas. Vale ressaltar que a categoria foi plenamente incluída na proteção trabalhista apenas em 2015, mais de 70 anos após a consolidação da CLT. Assim, é evidente o desinteresse e o descaso em integrar os/as trabalhadores/as domésticos/as à base de proteção social brasileira, tratando-os/as como uma categoria distinta e à parte do restante da sociedade economicamente ativa.

A partir da análise de jornais digitais durante a pandemia de Covid-19, um dos dados mais marcantes é que o trabalho doméstico remunerado foi o segundo setor com maior perda de vagas de emprego, superando a média nacional. A situação é ainda mais crítica para as diaristas, que possuem vínculos informais e precários (Assunção, 2021; Vieira, 2021).

Entre 2019 e o período da pandemia, foram registrados 1,45 milhões de postos de trabalho a menos no setor doméstico, uma redução de 6,35 milhões para 4,9 milhões de empregos. Nesse contexto, mais de 70% das trabalhadoras domésticas tiveram suas horas de trabalho reduzidas em algum momento, especialmente após afastamentos remunerados, devido às dificuldades financeiras das famílias empregadoras e ao prolongamento da pandemia. Esses fatores também dificultam a recolocação dessas trabalhadoras no setor, agravando a pobreza, particularmente em casas chefiadas por mulheres (G1, 2020; Bretas, 2021).

O desemprego decorrente dos problemas econômicos provocados pela pandemia iniciada em 2020 agravou e precarizou ainda mais as relações entre as trabalhadoras domésticas e seus empregadores, bem como nos espaços que essas trabalhadoras frequentam. No início, as trabalhadoras domésticas atuaram como uma “ponte” de transmissão do vírus entre as casas de classes altas para as periferias, uma vez que pertencem a um grupo profissional que transita diariamente entre esses dois espaços distintos. Posteriormente, nos períodos de alta disseminação da Covid-19, essas trabalhadoras enfrentaram riscos de contaminação, principalmente no transporte público, um dos principais meios de transmissão (Hessel, 2020).

Não por coincidência, dados do PNAD de abril de 2021 apontaram uma maior prevalência de óbitos por covid-19 entre trabalhadores como garis, faxineiras, auxiliares de limpeza, diaristas e cozinheiros. Além disso, quase 15% da força de trabalho doméstica no Brasil é composta por pessoas com 60 anos ou mais, grupo inicialmente considerado de maior risco para a Covid-19. Neste cenário, marcado por desemprego elevado e redução recorrente de salários, muitas trabalhadoras se submeteram a situações extremas, como permanecer na casa dos empregadores, a fim de evitar o risco de contaminação desses com o vírus (Bruno, 2020).

Em meio à situação de medo do desemprego e da contaminação, as domésticas tornaram-se suscetíveis à exploração, ameaças, maus-tratos e assédio moral e sexual, corroborado pelo aumento das denúncias de exploração trabalhista em 2020 (Vieira, 2020). Essas denúncias envolveram desde cárcere privado até condições análogas à escravidão e outros descumprimentos básicos da Lei Complementar nº 150/2015, que também ganhou destaque nos jornais durante o ano.

Para estudiosos do tema, a residência é inviolável por lei, o que dificulta a fiscalização e a denúncia de exploração trabalhista. Muitas trabalhadoras desconhecem seus próprios direitos e a existência do sindicato, uma vez que apenas 1,7% estão sindicalizadas, além de se sentirem intimidadas pelos empregadores para agir. Ao mesmo tempo, há baixa judicialização, pois o Ministério Público do Trabalho não pode intervir em violações individuais, a menos que estas violem a dignidade humana (Bruno, 2020).

Assim, raramente as trabalhadoras domésticas decidem levar um processo adiante contra seus empregadores. O discurso “como se fosse da família” resume, em parte, a barganha de direitos a que as trabalhadoras estão sujeitas, recebendo

presentes e gentilezas de seus patrões ao longo dos anos e vivendo como “escravas da gratidão”. Mesmo quando desejam acionar a justiça em casos necessários, enfrentam constrangimento e pressão psicológica dos empregadores, pois muitas vezes o afeto é utilizado como moeda de troca na negociação de direitos.

Tais contradições ressaltam a justaposição das esferas afetivas e profissionais nas quais a trabalhadora comumente está envolvida, resultando em uma carga emocional muito intensa. Em alguns casos, a intimidade, o cuidado e o afeto que a trabalhadora desenvolveu em relação à família ao longo do tempo podem se transformar em “abusos, exploração, manipulação dos afetos e doação para além dos limites”. Sob esta ótica, tanto para os patrões quanto para elas, a relação de trabalho se encontra em um híbrido entre o que é trabalho e o que é afetivo (Agência Brasil, 2020).

Na presente tese procuramos demonstrar como o emprego doméstico envolve o cuidado com o espaço mais íntimo, portanto, considerado como lugar, com a vida cotidiana dos empregadores e até com os filhos deles. Para os empregadores, o trabalho doméstico muitas vezes é visto como uma profissão estigmatizada e de menor valor, mesmo quando há relações de afeto e proximidade com a trabalhadora. No entanto, contraditoriamente, devido à sua grande importância, o trabalho doméstico remunerado chegou a ser considerado essencial na pandemia, como determinado em alguns estados. De acordo com uma das reportagens analisadas, o emprego doméstico poderia ser classificado como essencial em casos específicos, como para pessoas que trabalham para famílias que estavam atuando na linha de frente, por exemplo. Portanto, apesar de estigmatizado, o emprego doméstico é visto como importante e necessário, embora não seja considerado essencial em todos os contextos (Sandes, 2020; Gonzalez, 2021).

Desta forma, durante a pandemia de Covid-19 se evidenciou como o serviço doméstico é invisibilizado e pouco valorizado. Para a maioria das mulheres que trabalham como domésticas, muitas delas em situação informal, a ausência de um contrato de trabalho e a falta de proteção social significa depender de solidariedade e generosidade em situações atípicas. O sistema de proteção social brasileiro não abrange os trabalhadores informais, deixando-os vulneráveis (Betim, 2020).

Mesmo enfrentando vulnerabilidades e desvalorização em território alheio, a presença das trabalhadoras domésticas, por meio do seu trabalho, impacta na

relações com os empregadores e nos espaços em que vivem. Durante a pandemia de Covid-19 e o distanciamento de suas próprias casas, essas mulheres dedicaram-se intensamente ao cuidado e à organização de outras residências.

Em uma escala mais ampla, as trabalhadoras domésticas não apenas fazem parte, mas são fundamentais na manutenção de uma estrutura que vai além de seu próprio emprego. Em geral, elas perpetuam uma divisão tradicional do trabalho referente a gênero e raça, compondo um grupo majoritariamente de mulheres negras, pobres e com baixa escolaridade, que assumem as responsabilidades domésticas nas famílias mais abastadas, permitindo que essas mulheres possam se inserir no mercado de trabalho, o que será exposto nos próximos capítulos.

Este contexto evidencia não apenas a desigualdade social e econômica enraizada, mas também a dependência e interdependência que essas trabalhadoras têm na dinâmica familiar e econômica mais ampla.

1.2. O PANORAMA ATUAL DAS TRABALHADORAS DOMÉSTICAS NO BRASIL

O boletim intitulado “As dificuldades das trabalhadoras domésticas no mercado de trabalho e na chefia da família”, do DIEESE (2024), busca examinar o efeito da situação socioeconômica das trabalhadoras em relação ao bem-estar das famílias. O trabalho revela como mulheres negras, pobres e com escolaridade inferior ao nível do ensino médio sobrevivem de maneira precária no mercado de trabalho como trabalhadoras domésticas, perpetuando a situação de vulnerabilidade não apenas para si mesmas, mas também para suas famílias.

O documento cita os dados verificados na Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNAD, 2023), que mostra que, entre todas as pessoas ocupadas no Brasil em 2023, 43% eram mulheres. Destas, 53% se declaravam negras, 34% tinham escolaridade inferior ao ensino médio completo e 27% estavam na faixa etária de 45 e 59 anos. O boletim também informa que, em 2023, 13% da força de trabalho feminina estava empregada no serviço doméstico, proporção que aumenta para 16% no caso das mulheres negras.

Do mesmo modo, o boletim revela que a maioria das pessoas ocupadas exclusivamente em serviços domésticos eram mulheres (92%), das quais a maioria

(66%) era negra, com escolaridade inferior ao ensino médio completo (63%), e 42% tinham idade entre 45 e 59 anos. Portanto, esse é o perfil predominante das trabalhadoras domésticas: mulheres negras, de meia-idade e com ensino médio incompleto.

Em comparação às participantes da presente pesquisa, realizamos as rodas de conversa com a participação de sete mulheres ao todo, utilizando a autodeclaração²: três se consideram brancas, duas se consideram negras, uma se declara parda e a última se identifica como morena, ou seja, 57,2% delas não se consideram brancas. Em relação à escolaridade, apenas uma possui o ensino médio completo, enquanto as demais não foram alfabetizadas ou finalizaram apenas o fundamental 1. No que se refere à idade, as participantes têm entre 47 e 69 anos, correspondendo a um grupo de mulheres idosas e de meia-idade. Desta forma, em geral, o perfil das participantes se assemelha ao perfil predominante das trabalhadoras domésticas brasileiras.

Os índices evidenciam as más condições de trabalho desta classe, como, por exemplo, o fato de 77% das mulheres negras e 75% das não negras trabalharem sem carteira assinada em 2023, estatística que demonstra proporções menores em outros tipos de serviços (61% no caso das negras e 58% das não negras).

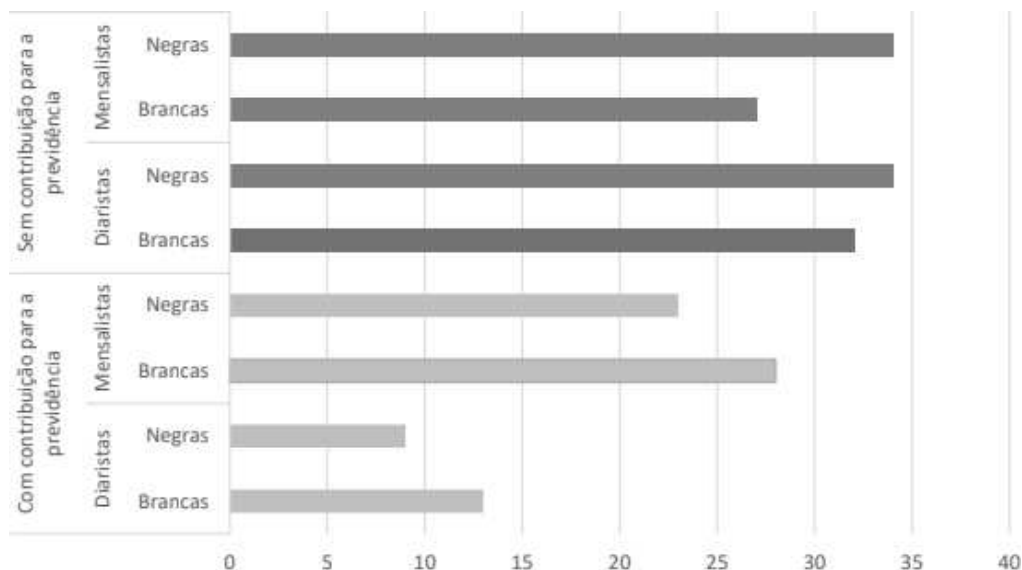
Quando o registro em carteira não é efetivado, nenhum dos direitos básicos dos trabalhadores é assegurado, como o pagamento do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS), ao Instituto Nacional do Seguro Social (INSS), além da licença-maternidade, férias remuneradas, seguro-desemprego, entre outros. Ademais, o empregado não estará protegido pelas previsões existentes em normas coletivas.

Dessa forma, essas mulheres que trabalham na informalidade acabam suscetíveis à vulnerabilidade socioeconômica, pois a ausência de um contrato formal as torna propensas a demissões arbitrárias e a mudanças nas condições de trabalho sem qualquer tipo de indenização ou aviso prévio. Além disso, os acordos diretos entre a trabalhadora e os empregadores podem desfavorecer aquelas que precisam urgentemente de emprego, tornando-as mais expostas a diversos abusos e dificultando a comprovação do vínculo empregatício, o que pode gerar problemas futuros para reivindicar direitos na Justiça do Trabalho em caso de litígios.

A figura abaixo, divulgada pelo IPEA (2024), compara trabalhadoras domésticas negras e brancas em relação à contribuição para a previdência social no Brasil em 2022 e apresenta quatro categorias: diaristas e mensalistas, tanto com

quanto sem contribuição para a previdência.

Figura 2 - Caracterização das trabalhadoras domésticas em relação à previdência social



Fonte: IPEA, 2024.

O gráfico (Figura 2) demonstra a disparidade existente nas contribuições previdenciárias, evidenciando que o desamparo legal é maior entre as diaristas, com 34% das trabalhadoras negras e 32% das brancas não contribuindo. Quando considerado apenas o grupo de mulheres negras, a situação se agrava, pois 68% das domésticas não fazem contribuições para a previdência.

As diaristas, que geralmente trabalham em dias alternados e para vários empregadores, enfrentam mais dificuldades em estabelecer vínculos formais de trabalho, o que reduz suas chances de contribuir para a previdência. Além disso, mulheres negras historicamente ocupam posições mais vulneráveis no mercado de trabalho, com menor acesso a empregos formais e oportunidades educacionais, perpetuando a desigualdade e a informalidade em suas ocupações.

Outro aspecto verificado é que o rendimento médio recebido pelas trabalhadoras domésticas (R\$ 1.122,00) foi muito inferior ao rendimento médio das mulheres ocupadas em geral (R\$ 2.510,00), representando cerca de 45% deste último valor, e ficando abaixo do salário-mínimo vigente em 2023, que era de R\$1.320,00.

A partir do quadro 1, surgem constatações sobre a disparidade entre os grupos analisados: mulheres ocupadas e mulheres que trabalham em serviços domésticos (negras e não negras).

Quadro 1 – Distribuição das mulheres ocupadas e das mulheres ocupadas em serviços domésticos no Brasil – 2023 (em %)*

População e situação de pobreza**	Total	Negras**	Não negras***
Ocupadas	100,0	100,0	100,0
Extremamente pobre (Até ¼ de SM)	3,2	4,4	1,8
Pobre (Mais de ¼ a ½ SM)	10,5	14,5	6,1
Não pobre (Mais de ½ SM)	86,3	81,1	92,2
Ocupadas em serviços domésticos	100,0	100,0	100,0
Extremamente pobre (Até ¼ de SM)	7,1	8,5	4,4
Pobre (Mais de ¼ a ½ SM)	19,0	22,0	13,3
Não pobre (Mais de ½ SM)	73,9	69,5	82,4

Fonte: PNAD, 2023.

* Salário-mínimo de referência = R\$1.302 (1º trimestre) e R\$1.320 (demais trimestres). A situação de pobreza foi calculada com base no rendimento domiciliar mensal per capita nominal;

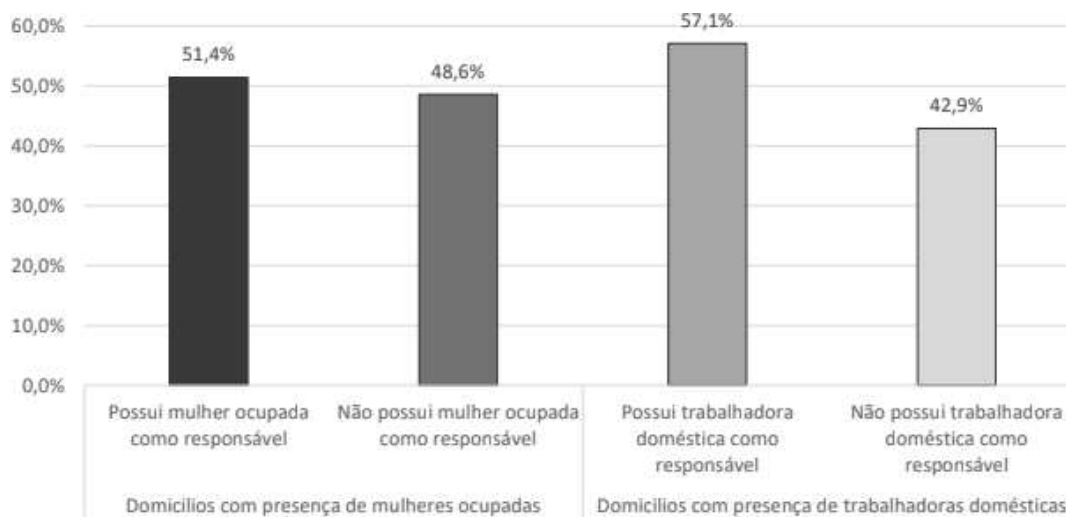
**Inclui cor/raça ignorada.

***Negras = Pretas + Pardas; Não-Negras = Brancas + Amarelas + Indígenas.

Em 2023, 19% das trabalhadoras domésticas estavam em situação de pobreza e 7,1% em situação de extrema pobreza, enquanto, entre o conjunto de mulheres ocupadas, essas proporções eram de 10,5% e 3,2%, respectivamente. Essa proporção se intensifica ao considerar a distribuição por raça/cor: entre as trabalhadoras domésticas negras, 22% estavam na pobreza e 8,5% na extrema pobreza, contra 13,3% e 4,4% no caso das domésticas não negras.

O boletim coloca que essas diferenças sociodemográficas entre as trabalhadoras domésticas e o conjunto de mulheres ocupadas impactam o nível de bem-estar tanto das trabalhadoras quanto de suas famílias. Para entender melhor como isso ocorre, o estudo busca dados da PNAD sobre mulheres na chefia de domicílios, conforme pode ser observado na Figura 3.

Figura 3 - Distribuição dos domicílios com presença de mulheres ocupadas, 2023 (%)



Fonte: PNAD, 2023.

Segundo a PNAD Contínua (2023), entre os 37.948 mil domicílios com presença de mulheres ocupadas, em 2023, 51,4% possuíam uma mulher ocupada na condição de responsável. Na maioria das casas onde há mulheres ocupadas, elas próprias são as principais responsáveis pelo domicílio.

Diante desse fato, é razoável afirmar que a responsabilidade pela casa pode limitar as oportunidades de carreira e desenvolvimento profissional das mulheres, contribuindo para a desigualdade econômica. A sobrecarga pode afetar negativamente a saúde física e mental, causando estresse, exaustão ou problemas de saúde mais graves. Em contrapartida, os homens geralmente não enfrentam tais limitações, pois normalmente não lidam com a dupla jornada de trabalho que envolve o cumprimento das tarefas domésticas não remuneradas e do trabalho remunerado.

Entre os 5.362 mil domicílios onde há mulheres atuando como domésticas, a proporção dessas profissionais na condição de responsável pela família era de 57,1%, ainda maior que a análise anterior.

De acordo com o quadro abaixo, tanto em domicílios com mulheres ocupadas quanto em domicílios com trabalhadoras domésticas, o arranjo nuclear mais comum é o de casal com filhos e o de casal sem filhos (41,1% e 32,2%, respectivamente). No entanto, entre os domicílios que tinham uma doméstica na condição de responsável, predominavam os arranjos monoparentais do tipo mãe com filhos (34%), onde a mãe

é a principal provedora e chefe familiar junto aos filhos.

Quadro 2 – Rendimento médio mensal domiciliar dos domicílios com presença de mulheres ocupadas em 2023 (R\$)

Arranjo Domiciliar	Domicílios com presença de mulheres ocupadas			Domicílios com presença de trabalhadoras domésticas		
	Total	Possui mulher ocupada como responsável	Não possui mulher ocupada como responsável	Total	Possui trabalhador a doméstica como responsável	Não possui trabalhador a doméstica como responsável
Total de domicílios	6.650	5.703	7.652	3.662	2.957	4.601
Casal com filhos	7.741	7.262	8.059	4.211	3.769	4.544
Casal sem filhos	7.046	6.701	7.270	3.433	3.305	3.510
Mãe com filhos	3.858	3.728	5.008	2.353	2.348	2.460
Pai com filhos	6.915	-	6.915	(1)	-	(1)
Unipessoais	3.768	3.768	-	1.581	1.581	-
Outros	6.910	6.212	7.474	4.742	3.782	5.471

Fonte: IBGE. Pnad Contínua 2023 (acumulado de primeiras visitas).

A partir dos dados apresentados, é notável que a categoria “não possui mulher ocupada como responsável” apresenta os maiores rendimentos, indicando que o responsável pela casa pode ser um homem ocupado, o que demonstra que o homem chefe da família tem rendimentos médios mais altos.

Nos domicílios com trabalhadoras domésticas, os arranjos domiciliares que receberam os maiores rendimentos médios foram “outros” e “casal com filhos” (R\$ 4.742 e R\$ 4.211,00, respectivamente), enquanto os arranjos unipessoais apresentaram os menores rendimentos (R\$ 1.581,00). Assim, mais uma vez, com ênfase nas domésticas, os maiores rendimentos refletem a presença de um homem como parte do “casal”.

Assim como nos domicílios com mulheres empregadas, os arranjos que apresentaram os maiores rendimentos médios foram os de casais com e casais sem filhos (R\$7.741,00 e R\$7.046,00, respectivamente). Em ambos os tipos de domicílios analisados, verifica-se que os subgrupos com mulheres ocupadas ou trabalhadoras domésticas como responsáveis apresentam rendimentos médios menores do que os

demaís, independentemente do tipo de arranjo domiciliar.

Além disso, os rendimentos médios domiciliares nos lares com mulheres ocupadas são sempre maiores do que naqueles com a presença de trabalhadoras domésticas, independentemente do tipo de arranjo familiar e da condição de chefia.

Quadro 3 – Rendimento médio mensal domiciliar per capita no Brasil dos domicílios com presença de mulheres em 2023 (R\$)

Arranjo Domiciliar	Domicílios com presença de mulheres ocupadas			Domicílios com presença de trabalhadoras domésticas		
	Total	Possui mulher ocupada como responsável	Não possui mulher ocupada como responsável	Total	Possui trabalhadora doméstica como responsável	Não possui trabalhadora doméstica como responsável
Total de domicílios	2.385	2.289	2.486	1.248	1.135	1.398
Casal com filhos	2.203	2.057	2.300	1.189	1.063	1.284
Casal sem filhos	3.523	3.351	3.635	1.717	1.653	1.755
Mãe com filhos	1.594	1.549	1.996	945	948	894
Pai com filhos	2.826	-	2.826	(1)	-	(1)
Unipessoais	3.768	3.768	-	1.581	1.581	-
Outros	1.853	1.816	1.883	1.205	1.001	1.361

Fonte: Pnad Contínua, 2023.

Nota: (1) A amostra não comporta a desagregação para essa categoria

Considerando o rendimento domiciliar mensal per capita, verifica-se que, em ambos os grupos domiciliares, o arranjo monoparental feminino apresentou a menor renda per capita (R\$1.594,00 e R\$945,00, respectivamente). Esse padrão se manteve nos subgrupos de domicílios chefiados por mulheres ocupadas ou trabalhadoras domésticas (R\$1.549,00 e R\$948,00, respectivamente).

No caso dos domicílios monoparentais com filhos chefiados por uma trabalhadora doméstica – o mais representativo desse segmento, como já mencionado – o rendimento médio domiciliar per capita (R\$ 948,00) correspondia a apenas 72% do salário-mínimo vigente em 2023 (R\$ 1.320,00). Esse padrão também foi observado entre os arranjos domiciliares de casais com filhos e outros tipos de

domicílios (R\$1.063,00 e R\$1.001,00, respectivamente) dentro do subgrupo de domicílios com presença de trabalhadoras domésticas.

Em média, os domicílios chefiados por trabalhadoras domésticas receberam, em 2023, apenas 86% do salário-mínimo vigente no período (R\$1.135,00). Isso ocorreu mesmo sem diferenças significativas entre esse subgrupo e os domicílios com mulheres ocupadas na chefia, em termos de número de moradores e quantidade de filhos menores de 14 anos.

Considerando a interseccionalidade das diversas identidades das mulheres ocupadas no país, é perceptível que a falta de acesso a oportunidades de emprego digno mantém, principalmente, as mulheres negras em posições de trabalho precarizado. Isso afeta diretamente as trabalhadoras domésticas, que muitas vezes não contam com o suporte da CLT, mas também tem repercussões significativas para as famílias, exacerbando a pobreza e a exclusão social.

1.3. AS INTER-RELAÇÕES ENTRE DECOLONIALIDADE, INTERSECCIONALIDADE E O EMPREGO DOMÉSTICO BRASILEIRO

Historicamente, a dinâmica de poder entre as trabalhadoras domésticas e os donos das casas, originada no período escravocrata brasileiro, se transformou em trabalho mal remunerado e informal, resultando, muitas vezes, em jornadas exaustivas e remuneração insuficiente. Além disso, o perfil dos trabalhadores domésticos no Brasil é predominantemente de mulheres negras que atuam na informalidade; muitas delas são diaristas, o que as torna ainda mais vulneráveis às oscilações do mercado de trabalho e à falta de proteção social.

Nesse contexto, as empregadas enfrentam a dupla ou tripla jornada de trabalho, pois, além das longas horas dedicadas a casas de terceiros, muitas delas são responsáveis pelo cuidado de seus próprios lares e famílias. Esta sobrecarga é resultado de uma distribuição desigual das responsabilidades domésticas, que continuam sendo vistas, cultural e socialmente, como um “dever” das mulheres.

No entanto, o conceito de interseccionalidade nos alerta para a compreensão de que a sobrecarga e a opressão também são desiguais entre as próprias mulheres, ou, no caso, entre as trabalhadoras domésticas, conforme o cruzamento de

identidades. É imprescindível considerar diferentes escolaridades, idades, classe e raça para vislumbrar as dificuldades reais que enfrentam. Esses elementos e características balizaram as análises da presente pesquisa.

Em meio à compreensão sobre o tema, a brasileira e assistente social Carla Akotirene (2019) defende uma interseccionalidade comprometida com as raízes políticas e históricas do feminismo negro, mantendo a integridade do conceito como uma ferramenta para analisar a inseparabilidade estrutural do racismo, capitalismo e cisheteropatriarcado. Ela critica a versão diluída e popularizada do termo que muitas vezes é despolitizada e desvinculada da realidade das mulheres negras.

A autora enfatiza a necessidade de uma perspectiva decolonial que não hierarquize opressões, que reconheça a profundidade e a complexidade das experiências das mulheres negras, evitando usos superficiais ou meramente acadêmicos do conceito.

Para a elaboração e desenvolvimento desta pesquisa, entendemos que interseção entre escolaridades, raça, idades e classe não apenas define as condições de trabalho dessas mulheres, mas também molda a forma como sua ocupação é percebida socialmente – como uma extensão naturalizada de suas identidades e papéis históricos, o que agrava ainda mais a desvalorização econômica e social do seu trabalho.

O estudo de Juliana Teixeira *et al.* (2015) discute que o trabalho doméstico não é percebido como uma atividade que gera lucro, sendo realizado no âmbito privado, dentro das casas, sem um objetivo econômico direto. Sua função é a manutenção e reprodução da vida cotidiana, o que o diferencia de outras profissões que operam com fins lucrativos.

Essa característica é um dos principais motivos da desvalorização do trabalho doméstico, pois, historicamente, a sociedade mais as atividades realizadas no mercado formal e voltadas para o lucro. Enquanto isso, o emprego doméstico é associado ao cuidado e à servidão; os cuidados normalmente atribuídos às mulheres com crianças, com a casa e com outros moradores não são considerados trabalhos e são vistos como o papel natural da mulher, resultando em pouco ou nenhum prestígio e valor social (Marcondes *et al.*, 2003).

Os estudos feministas, desde os anos 1970, têm enfatizado a importância de reconhecer e valorizar o trabalho reprodutivo e doméstico. Cuidar e manter a casa é

essencial para a reprodução da força de trabalho e, conseqüentemente, para a economia capitalista, independentemente de essas atividades serem remuneradas ou não. Junto a isso, a perspectiva decolonial, articulada por intelectuais como Aníbal Quijano e Maria Lugones, oferece uma crítica às estruturas de poder colonial, destacando a importância de valorizar os saberes e experiências do Sul Global, frequentemente marginalizados em um contexto de exploração e opressão. Esses elementos estão presentes no dia a dia das trabalhadoras domésticas, como será apresentado nos próximos capítulos.

Assim, no contexto atual das condições de vida das trabalhadoras domésticas no Brasil e a lenta evolução na concessão de seus direitos, a decolonialidade sugere não apenas o questionamento de como as estruturas de poder colonial continuam a moldar as relações de trabalho e perpetuar a desigualdade, mas também a valorização dos saberes locais e das experiências que, no caso dessas mulheres, rompem com as narrativas coloniais. Para isso, é necessário considerar a diversidade de identidades, os sistemas de poder e as interseccionalidades, como já apresentado.



Figura 4 - Licença-maternidade
 Fonte: Assis; Oliveira (2023).

Legenda: A ilustração de Assis e Oliveira (2023) expõe o contraste entre os gastos ostensivos dos empregadores com luxos pessoais e a recusa em investir no bem-estar daqueles que sustentam a estrutura doméstica e proporcionam sua comodidade. Os ilustradores buscaram evidenciar as prioridades desequilibradas, em que a ostentação dos patrões prevalece, mesmo quando poderiam realizar pagamentos minimamente justos e oferecer dignidade à trabalhadora, sem que isso compromettesse seu próprio conforto e bem-estar.

2. DECOLONIALIDADE DO SABER E OUTRAS EPISTEMOLOGIAS

2.1. CRÍTICA EPISTEMOLÓGICA

Para o desenvolvimento desta tese, foi considerada a perspectiva da decolonialidade, que enfatiza a necessidade de uma decolonização epistemológica a partir do Sul Global. Essa abordagem reconhece que a Matriz Colonial operou uma tríade de poder, saber e ser para controlar corpos e discursos nos países colonizados, estabelecendo uma narrativa de dominação com origem na Europa. Assim, os estudos decoloniais sugerem uma reflexão a partir das próprias realidades, rompendo com a exclusão imposta pelo paradigma ocidental (Mignolo, 2017).

A decolonialidade do saber é um manifesto que aborda o processo de decolonização epistemológica, desatando “nós-estruturais heterogêneos” que imprimiram diversos marcadores e hierarquias, estruturando a condição humana ao longo da história por meio da diferenciação de raça, sexo, etnia, religião, espiritualidade, estética, trabalho, Estado, economia, e do sujeito moderno, linguística e dimensão epistêmica. Essa matriz operou por meio de uma narrativa de dominação e controle de corpos e discursos, uma narrativa que constrói a civilização ocidental ao celebrar suas conquistas enquanto esconde, ao mesmo tempo, seu lado mais sombrio, a 'colonialidade'” (Mignolo, 2017, p. 2-7).

Assim, o estabelecimento da Matriz Colonial constituiu as bases de uma narrativa heterogênea de administração e controle sobre o outro, pela criação de um espaço de distinção territorial-geográfica, ou seja, a construção do Oriente como o “outro”. Isso impôs uma separação entre os ocidentais e os não ocidentais, operando sob uma lógica de diferenciação (Mignolo, 2017).

Ballestrin (2013) discute que a América Latina é central no contexto da decolonialidade, sendo o primeiro território a experimentar o colonialismo moderno e, conseqüentemente, a colonialidade. A América Latina é vista como o “laboratório” inicial para a implementação das estruturas de poder coloniais, onde a divisão entre Ocidente e Oriente se manifesta na forma de opressão racial, econômica e epistêmica. Embora geograficamente localizada no hemisfério ocidental, a América Latina é

tratada como uma periferia no sistema-mundo moderno, sujeita às dinâmicas de colonialidade impostas pelo Ocidente europeu e norte-americano. Nesse sentido, a região é subalternizada, marginalizada pelo centro dominante, e historicamente explorada pela lógica colonial e imperialista.

A Matriz Colonial, de acordo com Mignolo (2017), baseia-se nos pilares raciais e patriarcais do conhecimento, utilizados para legitimar uma única ordem mundial: o eurocentrismo. Isso cria uma narrativa disciplinadora sobre os corpos e saberes, aproximando-os a um modelo de comportamento, obediência e submissão ao Ocidente, o que garante a separação entre estes e os demais.

Ao buscar romper com o paradigma da criação do Oriente e sua narrativa de diferenciação, os estudos pós-coloniais nos convidam a olhar a partir de nossos próprios corpos e espaços, visando romper com a exclusão dos que se encontram à margem, do outro lado ou fora do Ocidente.

Mignolo (2017) propõe uma reflexão sobre as formas de desenvolver a ciência, moldadas por atores e instituições eurocêntricas – que se apresentam como prerrogativas da verdade universal e porta-vozes da humanidade – em um processo de agenciamento sobre os demais, que foram regulados e subordinados por um processo de sujeição em relação ao Ocidente. Nesse sentido, é crucial questionar a universalidade e a centralidade eurocêntrica do conhecimento, enfatizando a importância de reconhecer outras formas de saberes, frequentemente marginalizados como conhecimentos populares, leigos, camponeses ou indígenas. As Epistemologias do Sul, que contrastam com as eurocêntricas, valorizam estas experiências sociais locais e promovem a emancipação individual e coletiva.

Lélia Gonzalez sustenta que o colonialismo não deve ser visto apenas como um evento histórico confinado ao passado, mas como um sistema de poder que continua a moldar as estruturas sociais e culturais contemporâneas (Gonzalez, 2020).

A autora argumenta que a colonialidade, ou seja, a persistência das lógicas coloniais nas sociedades pós-coloniais, é uma força contínua que perpetua desigualdades e hierarquias raciais, econômicas e culturais. Isso implica que as injustiças do colonialismo não foram superadas com a independência política das colônias, mas se transformaram em novas formas de dominação e exclusão que ainda afetam profundamente as sociedades, especialmente as populações negras (Gonzalez, 2020).

Gonzalez critica fortemente o eurocentrismo, a visão de mundo que coloca a cultura e os valores europeus no centro, desvalorizando e marginalizando outras culturas, especialmente as de origem africana. Para ela, o eurocentrismo não é apenas uma questão de perspectiva, mas um instrumento de poder que sustenta e justifica a superioridade cultural do Ocidente. Essa supremacia cultural invisibilizou e, ainda invisibiliza, as contribuições culturais dos colonizados, impondo um modelo de civilização que nega a diversidade e a pluralidade. Assim como Mignolo (2017), a autora defende a importância de um pensamento que inclua e valorize as múltiplas perspectivas e experiências das sociedades colonizadas, reconhecendo a riqueza e a complexidade das culturas não ocidentais (Gonzalez, 2020).

Desta forma, é fundamental desenvolver um pensamento decolonial que seja prático e orientado para a ação, capaz de criar novas formas de organização social e cultural que rompam com as hierarquias impostas pelo colonialismo. Isso implica em valorizar e integrar as práticas e saberes tradicionais, criando um espaço para a emancipação e a autonomia dessas comunidades (Gonzalez, 2020).

Sobre a colonialidade do ser, o filósofo porto-riquenho Nelson Maldonado-Torres (2022) argumenta que essa questão se refere à desumanização dos sujeitos colonizados, em que a raça é utilizada para legitimar a exploração e subjugação desses indivíduos. Essa desqualificação não apenas marginaliza o conhecimento dos colonizados, mas também os reduz a uma existência inferior ou inexistente, justificando a dominação colonial.

Referindo-se ao movimento de resistência que desafia, tanto teórica quanto praticamente, a lógica da colonialidade, o conceito de “giro decolonial” foi cunhado por Nelson Maldonado-Torres em 2005. Esse termo denota precisamente o questionamento da suposta universalidade e objetividade do conhecimento eurocêntrico, propondo uma visão mais plural e integrada das realidades e histórias não europeias.

Anteriormente, o Grupo Modernidade/Decolonialidade, formado no final dos anos 1990 por intelectuais como Aníbal Quijano, Enrique Dussel e Walter Mignolo, entre outros, foi fundamental neste processo”, ao integrar uma variedade de abordagens críticas que reexaminaram tanto a produção de conhecimento quanto as estruturas de poder sociais e culturais (Ballestrin, 2013).

Além disso, a proposta decolonial vai além das críticas ao eurocentrismo,

defendendo uma abordagem mais integrada que considera a colonialidade do poder como uma influência persistente nas desigualdades sociais, econômicas e culturais globais. Este enfoque enfatiza a necessidade de reconhecer e valorizar os saberes subalternos e as experiências de resistência que desafiam as estruturas de poder coloniais e neocoloniais, propondo uma nova forma de entender as relações internacionais e a produção de conhecimento que seja verdadeiramente plural e inclusiva (Castro-Gómez; Grosfoguel, 2007).

Considerando os métodos, Dulci e Malheiros (2021) destacam que, para uma pesquisa de natureza decolonial, é necessário refletir não apenas sobre as bases epistemológicas das teorias em que as pesquisas se fundamentam, mas também sobre os métodos que se pretendem empregar. As autoras discutem a relevância de apresentar a relação entre sujeito e objeto, enfatizando que o objeto de estudo não deve ser determinado pelo interesse individual do/a pesquisador/a, mas construído coletivamente, em colaboração com as comunidades e povos que as pesquisas visam alcançar (Dulci; Malheiros, 2021).

Os objetivos almejados, do mesmo modo, devem ser comunitários antes de serem científicos, e as justificativas devem partir das necessidades apresentadas. Trata-se de uma ciência que não busca a “verdade”, mas que se transforma junto com a realidade. Além disso, na construção de metodologias decoloniais, é fundamental questionar o que se pretende ser universal e neutro, reconhecendo que não há neutralidade na produção do pensamento científico. Por fim, o horizonte decolonial se apresenta como um conhecimento que responde às realidades e demandas locais e regionais. Portanto, além de resolver um problema, as metodologias utilizadas em pesquisas decoloniais devem ser propositivas em relação a essas demandas (Dulci; Malheiros, 2021).

Considerando as bases eurocêntricas presentes nas produções científicas de toda a América Latina, os grupos de estudos latinos conceberam o pensamento decolonial com a participação de Maria Lugones, que privilegia o ponto de vista das mulheres do Sul Global (Silva; Ornat; Chimin Jr, 2017). Para a filósofa, o gênero concebido pelo capitalismo eurocêntrico foi uma construção colonial que, ainda hoje, racializa e inferioriza as mulheres não brancas, excluindo-as e negligenciando suas experiências. A visão hegemônica de um feminismo branco universaliza as vivências e demandas das mulheres brancas como equivalentes às de todas as mulheres.

Lugones (2008) defende que a decolonialidade do saber envolve reconhecer essas exclusões e valorizar os conhecimentos e epistemologias que emergem das experiências de resistência e sobrevivência dos povos colonizados. Essa abordagem propõe uma integração desses saberes, desafiando as narrativas eurocêntricas que têm dominado a produção do conhecimento.

Este processo envolve desafiar e desconstruir as subjetividades moldadas pela colonialidade. Lugones (2008) argumenta que as subjetividades colonizadas são profundamente influenciadas por sistemas de opressão racial, de gênero e de classe, e a descolonização delas requer uma reapropriação das próprias narrativas e epistemologias próprias. Isso permite que as pessoas colonizadas recuperem sua humanidade, sendo fundamental para resistir às estruturas coloniais ainda presentes nas sociedades modernas.

No que se refere aos saberes formais e científicos, no contexto do mundo moderno/colonial eurocentrado, existe uma “divisão corpóreo-geopolítica do conhecimento”, na qual as produções científicas são valorizadas e reconhecidas apenas quando provêm de determinadas regiões, instituições específicas e determinadas pessoas (Bernardino-Costa, 2014, p. 150).

Cosmologias e conhecimentos milenares foram reduzidos a superstições, conhecimento popular, folclore. Porém, este processo não conheceu simplesmente uma dimensão geopolítica, mas ainda uma dimensão corpóreo-política, na qual o corpo colonizado não foi e ainda não é pensado como capaz de geração de conhecimento (Bernardino-Costa, 2014, p. 150).

Na raiz desta tendência, mas além da produção científica, Quijano (2005) analisa a colonialidade do poder para compreender a histórica desigualdade na América Latina. Segundo o autor, esse padrão de poder se constituiu no fim do século XV, a partir da conquista das Américas, e de um sistema baseado no Mundo Moderno em oposição ao Mundo Colonial, que estabeleceu o poder como fundamentado na raça. Isso levou à classificação da população mundial e à produção de identidades raciais associadas a hierarquias, papéis sociais e padrões de dominação. Assim, tanto na produção científica quanto nas relações socioespaciais, o que remete ao Mundo Moderno é visto como superior em relação ao mundo colonial, desde a cor da pele das populações até os conhecimentos tradicionais a elas historicamente vinculados.

Tal colonialidade do poder produz um padrão de dominação em âmbito mundial e regional, orientando e instituindo hierarquias e desigualdades entre os países da

própria América Latina. Trata-se de um padrão de poder estático, originado das administrações coloniais e mantido atualmente por meio de pilares que sustentam a ideia de “desenvolvimento”, fundamentada em classificações desiguais de trabalho, raça e gênero (Quijano, 2005).

Lugones (2014) amplia o conceito de colonialidade do poder, enfocando os controles impostos sobre os gêneros. Ela denomina esse sistema de “colonialidade de gênero”, que persiste até os dias atuais, e propõe, assim, um feminismo decolonial que critica a opressão de gênero, também racializada.

O conceito de Interseccionalidade permite buscar e considerar os diferentes tipos de opressão como resultantes das intersecções das identidades humanas. Essas intersecções estruturam as desigualdades e determinam a posição relativa das mulheres

O conceito de interseccionalidade, originado nas décadas de 1970 e 1980 por feministas negras norte-americanas, foi aprofundado por Kimberlé Crenshaw (2002). Ela descreve como o racismo, as relações patriarcais, a opressão de classe e outros eixos de poder se sobrepõem, criando desigualdades específicas. Crenshaw utiliza a metáfora de “encontro de avenidas” para ilustrar como as mulheres racializadas enfrentam múltiplas formas de opressão simultaneamente, comparando-as a pedestres vulneráveis a colisões em um cruzamento de tráfego intenso em determinado espaço-tempo.

Lugones (2014) destaca a importância da interseccionalidade para compreender as relações de poder de maneira mais abrangente, considerando a multiplicidade dos sistemas de opressão. Ela enfatiza a complexidade dessas relações e como o multiculturalismo radical, alinhado aos feminismos das Mulheres de Cor², pode servir como prática de resistência.

A realidade é composta por várias formas de ser, existir e experienciar o mundo, que não podem ser reduzidas a uma única perspectiva ou essência. As pessoas vivenciam múltiplas categorias identitárias, como gênero, raça, formação, religião, nacionalidade, que se entrelaçam e, como resultado, criam intersecções que podem sofrer mais ou menos com a segregação e a opressão socioespaciais. Essas identidades interseccionais são passíveis de estudo tanto espacial quanto

² Esse termo inclui mulheres negras, indígenas, latinas e outras não-brancas cujas experiências de opressão são moldadas pela interseção de raça, gênero, classe e outras formas de discriminação.

temporalmente.

[...] Cada eixo de poder é distinto; por exemplo, a opressão por classe é diferente da opressão por orientação sexual. Contudo, esses eixos se encontram, se cruzam e criam intersecções complexas e simultâneas (Silva; Silva, 2011, p. 29).

A colonialidade do poder, juntamente com a noção de interseccionalidade, auxilia na compreensão do sistema hierárquico e das desigualdades vivenciadas pelas mulheres. Essas abordagens permitem entender a naturalização e aprisionamento da imagem da mulher negra em uma mesma posição social por séculos dentro da hierarquia social brasileira, fenômeno perpetuado por práticas cotidianas. Isso ocorre pela compreensão de como os eixos de poder relacionados à raça, classe e gênero se cruzam, gerando e reforçando as opressões (Bernardino-Costa, 2014). Isso explica, por exemplo, a “cara de empregada doméstica” muitas vezes atribuída às mulheres negras, como discutido por Guimarães (2018, p.6).

A ciência geográfica, assim como outras áreas do conhecimento, teve sua origem em uma base masculina, branca e eurocêntrica, sendo permeada por elementos racistas e machistas, como aponta Silva (2009). Esse fenômeno contribuiu para a invisibilidade de grupos formados por mulheres negras, LGBTQIAP+, entre outros, desconsiderando suas especificidades, suas diferentes relações com o espaço e suas diversas formas de posicionamento no mundo. Como resultado, a história e as perspectivas dos atores hegemônicos foram erroneamente consideradas representativas de toda a humanidade (Silva, 2009).

A abordagem da Geografia Decolonial, alinhada às propostas feministas, enfatiza a diversidade de experiências e rejeita a verdade única, confrontando as epistemologias ocidentais dominantes. Essa abordagem valoriza escalas espaciais significativas como a casa, o corpo e as emoções, elementos fundamentais nos questionamentos que balizam a presente pesquisa.

Os princípios éticos das pesquisas feministas, desenvolvidos por Ackerly e True (2010), enfatizam a importância das interseccionalidades e a reflexão sobre a posição da pesquisadora. Estes princípios promovem a valorização das experiências identitárias dos participantes e questionam os conceitos universalizantes que ignoram a diversidade de vivências sociais.

As autoras criticam a visão linear da história humana, propondo uma imaginação geográfica que reconheça as múltiplas narrativas e experiências. Essa

abordagem permite uma reavaliação das categorias, métodos e conceitos da Geografia, promovendo uma compreensão mais inclusiva e justa do mundo contemporâneo. Deste modo, as epistemologias feministas, emergentes desde a década de 1970, lutam por justiça, igualdade e visibilidade das mulheres em vários âmbitos. No entanto, é com o feminismo negro que surge a crítica da simplificação das experiências femininas.

Conforme Carneiro (2003), o racismo historicamente sustenta a percepção de inferioridade dos grupos negros perante a sociedade, especialmente das mulheres negras, funcionando como um fator de divisão na luta feminina ao favorecer privilégios destinados às mulheres brancas. As populações negras, e as mulheres negras em particular, são as que geralmente enfrentam maiores dificuldades para se estabelecer economicamente em uma realidade que combina fatores históricos e sociais, perpetuando sua marginalização e exclusão do acesso a diversas oportunidades.

Ao mesmo tempo, a decolonização do feminismo latino-americano decolonial permite a formulação de teorias mais significativas e específicas, contrapondo-se às ideias hegemônicas, inclusive vinculadas ao feminismo europeu e norte-americano, que trouxeram contribuições, mas não refletem a realidade latino-americana.

No contexto latino-americano, Lélia Gonzalez criticava “o esquecimento” das questões raciais nas pesquisas e movimentos progressistas, considerando-o um reflexo de “uma visão de mundo eurocêntrica e neocolonialista da realidade” (Gonzalez, 2018, p. 135). Esta exclusão das perspectivas raciais em abordagens que discutem a questão de gênero e a questão de classe, por exemplo, é apresentada por Lélia como típico exemplo do racismo de omissão.

Para a autora, o feminismo latino-americano perde sua capacidade de lidar com a realidade ao abstrair o caráter multirracial e pluricultural das sociedades dessa região. “Tratar, por exemplo, da divisão sexual do trabalho sem articulá-la com seu correspondente em nível racial, é recair numa espécie de racionalismo universal abstrato, típico de um discurso masculinizado e branco” (Gonzalez, 1988, p. 27).

Dessa maneira, procurar reconhecer os significados de um lugar e relações desenvolvidas nele, de acordo com as experiências de mulheres trabalhadoras domésticas – profissionais cuja importância é frequentemente subestimada – representa uma tentativa de romper com a histórica invisibilidade que ainda envolve as experiências de certos sujeitos, além de desencorajar rótulos que minimizam a

relevância de suas complexidades em comparação às de outros.

2.2. MÉTODOS E PRÁTICAS DA DECOLONIALIDADE NA GEOGRAFIA

Combinada à invisibilidade de diferentes identidades, conforme apresentado no item anterior, o desenvolvimento das ciências consolidou-se sobre o postulado do conhecimento descorporificado, neutro e universal, uma fantasia importante para a manutenção das hegemonias, configurando-se como uma narrativa repetida e constantemente reproduzida.

Neste contexto, a ciência criou para o cientista o mito da existência de um olhar que tudo vê, que tudo explica e que não pode ser visto, escapando, assim, a qualquer representação possível (Silva; Ornat; Chimin Jr, 2017). A descorporificação do conhecimento e a desumanização dos sujeitos que o produzem, juntamente com os postulados científicos considerados até hoje como verdades absolutas, conferiram à ciência uma credibilidade incontestável. No entanto, também legitimou pensamentos preconceituosos e eurocêntricos. Historicamente, ponderações racistas e machistas foram aceitas como verdadeiras por estarem sob o manto da ciência, tida como inquestionável e onipresente (Silva; Ornat; Chimin Jr, 2017).

A ciência geográfica se legitimou neste contexto e, até os dias atuais, sua epistemologia é estudada em grande parte sem uma reflexão sobre a invisibilidade dos sujeitos que a produzem ou que são objeto de seu estudo, como já explicitado. Com base nos estudos de franceses e alemães, a Geografia também nasceu de pensamentos eurocêntricos e, portanto, colonialistas (Silva; Ornat; Chimin Jr, 2017).

A visão colonialista classifica as populações e lugares pelo progresso linear, de “selvagem” ao “civilizado”, “atrasado” ao “avançado”. A modernidade, assim, é celebrada, enquanto o tradicional é visto como negativo. Essa ideologia do progresso justifica a violência em nome do desenvolvimento (Quijano, 2005).

Massey (2005) argumenta que essa visão impõe uma única narrativa histórica, suprimindo a multiplicidade de experiências contemporâneas e reduzindo temporalidades a um único tempo. Isso naturaliza desigualdades e impede reflexões sobre as relações que as produzem. Esta autora sugere uma nova imaginação

geográfica que reconheça as diferenças, permitindo múltiplas vozes e histórias, promovendo uma narrativa decolonial.

Para isso, o espaço deve ser visto como uma esfera de possibilidades onde múltiplas histórias coexistem. O reconhecimento da diferença deve ser mais que uma posição sequencial, considerando a autonomia das trajetórias dos “outros”. Em resumo, um verdadeiro reconhecimento político da diferença envolve entender o espaço como uma simultaneidade de histórias inacabadas e trajetórias múltiplas (Massey, 2005). Ao ser dotado de valor, esse espaço se transforma em lugar – um centro de significados construído pela experiência – com referenciais que evocam memórias e transmitem a sensação de lar. Esses referenciais são carregados de emoções, principalmente porque o lugar nos proporciona uma sensação de segurança e proteção (Tuan, 1975; Buttimer, 1985; Mello, 1990).

As abordagens da Geografia Decolonial, dessa maneira, frequentemente optam por narrativas históricas e análises de discursos, poder e cultura. Isso reflete uma postura que enfatiza a diversidade de experiências e a rejeição de uma verdade única, confrontando as epistemologias ocidentais dominantes. A visão eurocêntrica implica a concepção de uma história humana que se desenvolve de maneira linear e unidirecional, classificando outras culturas como “tradicionais” ou “não modernas”, o que reflete uma perspectiva colonialista (Cruz, 2017; Lander, 2005).

Essa abordagem nega a contemporaneidade de diferentes cosmovisões e temporalidades, limitando a imaginação geográfica a uma única narrativa que não reconhece as multiplicidades de experiências espaciais e temporais (Massey, 2005). Na prática, a abordagem decolonial na América Latina permite que geógrafos reavaliem as categorias, o sentido dos métodos e os conceitos fundamentais da Geografia, além das dimensões das escalas, buscando valorizar a diversidade cultural e epistemológica como elementos essenciais para uma compreensão mais inclusiva e justa do mundo contemporâneo.

As epistemologias feministas como um todo não são recentes; como apresentado, elas existem desde a década de 1970. Seu movimento científico-político tem sido heterogêneo, com diferentes perspectivas temporais (Ackerly; True, 2010).

De acordo com Monk e Hanson (2016), nos anos 1980, os estudos feministas são influenciados pelo marxismo e pela crítica ao patriarcado, vinculando a luta de classes às desigualdades de gênero. No final desta década, houve o advento do

feminismo negro nas universidades, como discutido no item anterior.

Neste contexto, em 1987, Davis (2017, p.17) discutia o lema “erguendo-nos enquanto subimos” e temas como empoderamento feminino e ativismo, que, segundo ela, devem abarcar uma gama de demandas. Em discurso realizado na Spelman College, Davis afirmou que, quando as mulheres negras e de minorias étnicas avançam em direção ao empoderamento, elas levam consigo as demais mulheres que sofrem com as opressões sexistas.

De acordo com Silva e Silva (2011), além de superar a ideia de binarismo das experiências e opressões, surgiu também a noção de que a unicidade das identidades deve dar espaço à ideia de múltiplas dimensões identitárias, considerando eixos de identidade que se cruzam na interseccionalidade.

As experiências e vivências espaciais variam entre os indivíduos. Além disso, o gênero, utilizado como categoria para compreender as práticas sociais, é também temporal e espacial, pois ser mulher no Brasil é diferente de sê-lo no Oriente Médio. Da mesma forma, é diferente ser mulher no século XIX e no século XXI, e ser uma mulher negra ou indígena, muçulmana ou cristã, trabalhadora doméstica ou médica, também traz diferentes significados para quem vivencia estas identidades. Assim, a interface entre gênero, raça, classe e demais facetas identitárias é de suma importância para os estudos feministas (Silva; Silva, 2011).

O trabalho fora de casa, por exemplo, possui significados e resulta em experiências distintas de acordo com a posição de classe e profissão. Para as mulheres da classe trabalhadora, a inserção no mercado de trabalho formal significa a continuidade da exploração (hooks³, 2000). O que representa a perpetuação da desvalorização do trabalho que já realizam dentro de casa.

Em relação às trabalhadoras domésticas, Lélia Gonzalez (1983) enfatiza que a condição atual dessas trabalhadoras está profundamente enraizada no passado escravagista, especialmente nas funções ligadas à casa-grande e na exposição à violência sexual. A figura da doméstica é vista como uma continuação da “mucama”, servindo constantemente e sendo inferiorizada.

Desse modo, a autora expõe que a condição das trabalhadoras domésticas é

³ bell hooks, intelectual feminista, adotou esse nome por motivos simbólicos e políticos: a escolha de escrever seu nome em letras minúsculas e adotar o nome de sua bisavó teve o propósito de enfatizar o conteúdo de sua obra, priorizando o impacto de suas palavras sobre sua identidade ou status como autora. Fonte: hooks, bell. *Remembered Rapture: The Writer at Work*. Henry Holt and Company, 2000.

uma continuidade das relações de poder coloniais, onde a exploração e a subalternidade dessas mulheres, majoritariamente negras, refletem a persistência da colonialidade (Gonzalez, 1983). Assim, é fundamental reconfigurar o imaginário social, desnaturalizando a posição subordinada das trabalhadoras domésticas e promovendo políticas e práticas que rompam com a lógica colonial que ainda definem suas condições de trabalho.

No entanto, o conceito de interseccionalidade não precisa ser visto apenas como uma ferramenta para analisar a opressão. Crenshaw (2002) sugere que ele também pode ser utilizado para explorar caminhos de emancipação e mobilização política. Isso significa que a interseccionalidade pode servir como uma base para criar alianças e movimentos que abordem e combatam múltiplas formas de injustiça social, promovendo a resistência e a transformação social, sempre vinculados ao contexto brasileiro e latino-americano.

A decolonização do feminismo latino-americano pode ocorrer a partir dessa perspectiva de interseccionalidade. Ao ultrapassar, também, o binarismo entre teoria e ativismo, o conhecimento produzido pelas (os) geógrafas (os) latinas (os) teria maior potencialidade na geração de teorias próprias, que seriam, assim, mais particulares e significativas (Silva; Ornat; Chimin Jr, 2017).

As geografias feministas buscam essa transformação valorizando as experiências e dimensões identitárias dos/as participantes da pesquisa. É essencial considerar os princípios discutidos, cuidando da relação com os/as participantes e avaliando os privilégios e a posição do/a pesquisador/a, além de ponderar sobre as escalas utilizadas, que podem se diferenciar daquelas tradicionalmente empregadas na ciência (Silva; Ornat; Chimin Jr, 2017).

A espacialidade da casa ou lar é uma escala pouco explorada pela geografia brasileira, conforme argumentado por Silva e Ornat (2021). Essa omissão contribui para a invisibilização de diversos sujeitos, ao não considerá-los relevantes para a construção científica, como é o caso das trabalhadoras domésticas.

A geografia brasileira com tradição de analisar as grandes áreas como regiões, países e cidades, agora se depara com a necessidade de compreender elementos que não fazem parte de sua tradição epistemológica, como a casa, o corpo e as emoções. Embora as vertentes feministas tenham se mantido cautelosas em considerar tais abordagens pelo fato de que elas foram historicamente usadas para justificar a inferioridade feminina e limitá-las ao espaço doméstico, atualmente a abordagem feminista tem realizado importantes contribuições críticas (Silva; Ornat, 2021, p. 48).

Nesta pesquisa, a escala espacial considerada é a casa, onde se desenvolvem as relações de poder presentes no cotidiano social, tanto entre as famílias quanto entre estas e as trabalhadoras domésticas, que são os sujeitos centrais deste estudo. A importância da casa para o indivíduo permeia esferas complexas, assim como a relação da trabalhadora doméstica com esse ambiente. A casa possui significados distintos e se modifica de acordo com as identidades e histórias das pessoas, incluindo as dessas trabalhadoras.

A casa é um ambiente reservado e restrito, onde se desenvolvem as maiores intimidades e afetos, além de diversas relações de poder estruturadas a partir do gênero, raça, classe, idade e outros elementos. De modo geral, trabalhar diariamente nessa esfera suscita experiências e significados distintos para as trabalhadoras domésticas em comparação a outras profissões fora do espaço privado.

Uma possibilidade de compreensão desses significados pode ser alcançada por meio do reconhecimento das experiências de mulheres que são trabalhadoras domésticas e de como a vivência nesses espaços impacta suas trajetórias. Tais noções, a partir de perspectivas específicas de mulheres com identidades diversas, podem ser desenvolvidas ao se aderir às proposições sobre interseccionalidades dos sujeitos e às noções de decolonialidade do poder nas ciências humanas, incluindo o campo de análise geográfica.

2.3. RESULTADOS DA PRÁTICA DE PESQUISA DECOLONIAL

Quando elaborei o projeto de pesquisa sobre as percepções das trabalhadoras domésticas em relação aos espaços de trabalho, em 2019, dois dias antes do fim do período de inscrições, eu tinha uma ideia inicial de como desenvolveria os questionamentos iniciais da pesquisa, pois busquei um tema que me interessava e sobre o qual me sentia segura em relação aos procedimentos necessários para seu andamento. Assim, como filha, neta e sobrinha de trabalhadoras domésticas, não seria difícil para mim encontrar mulheres dispostas a participar da pesquisa. Além disso, minhas vivências e lembranças, somadas às experiências dessas trabalhadoras, poderiam gerar resultados relevantes para o projeto.

De fato, não foi difícil encontrar mulheres dispostas a participar, e seria possível reuni-las em outras ocasiões para conversarmos sobre o andamento da pesquisa em conjunto. No entanto, fui aprovada no doutorado em 2019 e iniciei em 2020, uma semana antes da Covid-19 ser caracterizada como pandemia. Naquela época, ainda estava cursando as disciplinas obrigatórias e optativas, e planejei o início das reuniões com as participantes após este período, em 2021.

Em razão da pandemia, as reuniões deveriam ser *online*, mas as mulheres que fizeram parte da pesquisa não tinham familiaridade com algumas tecnologias e não se sentiam confortáveis para falar sobre o assunto por meio de telas, em casas separadas, utilizando computador ou celular, o que prejudicou o andamento do trabalho.

Em meio a esse cenário, mudei de estado em razão do trabalho em julho de 2021, o que dificultou ainda mais a realização das reuniões em 2022. Desta forma, em 2023, quando estive em Cambé/PR - cidade em que morava - entrei em contato com as mulheres trabalhadoras domésticas que já conhecia para que pudessemos marcar a primeira reunião para falarmos sobre o questionamento central da pesquisa. O contato direto com essas mulheres possibilitaria compreender a trajetória e o significado pessoal dos eventos de suas vidas. As rodas de conversa permitiram que as participantes trocassem suas experiências livremente, a partir de uma solicitação inicial: contar suas próprias histórias como trabalhadoras domésticas e sua relação com o(s) local(is) de trabalho e com a família empregadora.

A investigação envolveu a reunião com sete trabalhadoras domésticas. A primeira, em 8 de abril de 2023, contou com quatro participantes moradoras de Cambé/PR, chamadas Estela, Luciana, Rosa e Cristina⁴. A segunda reunião ocorreu em 26 de junho de 2024, com duas moradoras de Cuiabá/MT: Laura e Ana. Por fim, uma nova reunião foi realizada em 26 de julho de 2024 para apresentar os resultados parciais junto às moradoras de Cambé, com a inclusão de uma nova participante, Helena. Das sete participantes, eu conhecia quatro, e as demais foram indicadas pelas primeiras.

Para iniciar a pesquisa em Cambé, marcamos um horário no sábado, dia em que todas estavam de folga dos trabalhos formais, na casa de Cristina. Em

⁴ Todas as participantes tiveram seus nomes alterados, e os nomes mencionados por elas foram omitidos, a fim de proteger suas identidades e garantir a confidencialidade de seus relatos, assegurando que não tivessem receio em compartilhar suas experiências pessoais.

Cuiabá/MT, agendamos um horário à noite, em uma quarta-feira, na casa de Laura, e a roda de conversa durou aproximadamente uma hora e meia. Após algumas análises, reuni-me novamente com as participantes de Cambé em 27 de julho de 2024 para apresentar a elas os resultados parciais e discutir quais questões eu poderia enfatizar de acordo com suas opiniões.

As participantes da primeira e terceira reunião são moradoras de Cambé/PR: Estela, Luciana, Rosa, Cristina e Helena. Durante os encontros, a participação destas cinco mulheres ocorreu no formato de roda de conversa, com duração média de duas horas, permitindo que trocassem experiências livremente entre si.

Para começar, pedi que compartilhassem suas histórias como trabalhadoras domésticas e suas relações com os locais de trabalho e com a família empregadora.

Quando a conversa silenciava, eu intermediava fazendo perguntas relacionadas ao trabalho, como, por exemplo, sobre a relação com a casa e com os filhos dos patrões.

As participantes da pesquisa possuem um perfil que contrasta com a realidade das pessoas que produzem conhecimento científico na academia. Elas são mulheres de origem pobre, com pouca ou quase nenhuma escolaridade; algumas nunca frequentaram a escola e se alfabetizaram na idade adulta.

As três irmãs participantes são de origem rural; seus pais eram agricultores imigrantes do Ceará e de Minas Gerais, trabalhando como contratados pelos proprietários das fazendas. Uma das participantes, Rosa, descreve a família como os “ciganos”: “nós não parava em lugar nenhum, nosso pai vivia trocando de lugar, uma hora era em Assaí, outra hora era Rolândia, depois Cambé, aí nós veio morar na cidade”⁵.

É importante destacar que as irmãs não se sentiam à vontade para contar sobre esse período de suas vidas. Devido à falta de itens básicos, como roupas e calçados, e por serem nove irmãos, com os mais velhos cuidando dos mais novos, é possível que, para elas, recordar a infância representa lembrar-se de sentimentos difíceis ou traumáticos.

Ainda sobre o perfil das entrevistadas, pedi que cada uma se apresentasse antes de começarmos. Assim, registrei as informações de acordo com a forma como elas mesmas se identificam, incluindo idade, trabalho, raça e outras informações.

⁵ As falas das mulheres foram transcritas na íntegra, sem revisão das normas cultas da língua portuguesa, buscando preservar a autenticidade e o estilo de fala de cada participante.

Estela é uma mulher branca de 56 anos, casada há 31, trabalha como doméstica desde os 24 anos, quando se casou e deixou a casa dos pais. Atualmente, ela também atua como confeitadeira.

Luciana se declara morena, autoidentificação que será discutida, tem 55 anos de idade, é viúva e trabalha como doméstica informal e babá. Começou a trabalhar aos 15 anos e passou outros quinze anos como dona de casa, até o falecimento do marido, momento em que precisou retornar ao mercado de trabalho.

Rosa se declara branca, possui 63 anos e é ex-trabalhadora doméstica e ex-babá. Atualmente, não está trabalhando de forma remunerada, pois é aposentada. No entanto, na época da reunião, cuidava diariamente da mãe e dos netos. Rosa começou a trabalhar como doméstica aos 14 anos, mas já auxiliava a família nas atividades rurais antes dessa idade, enquanto todos ainda moravam na zona rural.

Por fim, Cristina, a última a se apresentar, é branca, possui 59 anos e atualmente trabalha como diarista. Ela começou a trabalhar como trabalhadora doméstica aos 12 anos, quando um casal sem filhos a convidou para trabalhar para eles em troca de alimentação e um pequeno pagamento.

Luciana, Rosa e Cristina são irmãs e Estela é uma amiga que foi convidada a participar da entrevista por sugestão delas. Como já apresentado, a infância das três primeiras ocorreu na zona rural, onde seus pais trabalhavam como agricultores boias-frias ou eram contratados por fazendeiros, vivendo em colônias rurais em municípios da região de Londrina/PR, como Rolândia, Assaí e Arapongas.

No segundo encontro, realizado em 27 de julho de 2024, as três irmãs estiveram presentes, mas Estela não pôde comparecer. Neste encontro, as participantes também convidaram uma quinta pessoa, Helena, amiga de Cristina. Helena tem 69 anos, se declara negra e trabalha na mesma casa como trabalhadora doméstica há 30 anos. Ela também é aposentada, nasceu e viveu na área rural até a idade adulta, quando se mudou para Cambé.

A inclusão de novas participantes na pesquisa, como Helena e Laura, pode enriquecer a diversidade de experiências e perspectivas. O fato desta participante ter se mostrado interessada em discutir um tema que considera pouco abordado indica a relevância da nossa pesquisa e a necessidade de ouvir essas mulheres. Isso não apenas amplia o escopo do estudo, mas também permite que diferentes narrativas sobre o trabalho doméstico e suas implicações sociais e culturais sejam ouvidas.

Assim, propus uma reunião na casa dela, e por iniciativa própria, ela mesma convidou duas amigas para participarem também.

Deste modo, em 26 de junho de 2024 nos reunimos em sua casa, em uma área de ocupação irregular na cidade de Cuiabá/MT. Das convidadas de Laura, apenas Ana estava presente nesse dia. Nossa conversa aconteceu em uma noite de quarta-feira, enquanto os netos de Laura conversavam e seu filho assistia a um jogo de futebol. Ao longo da conversa, Laura comentou que sua família foi uma das primeiras a ocupar a área onde vivem, entre os anos 1960 e 1970. Ela se refere à ocupação como “grilo” e afirma que herdou a casa de seu pai após a morte dele.

Para desenvolvermos os questionamentos centrais da pesquisa sobre os afetos e a desafeição das trabalhadoras domésticas com relação ao espaço da casa em que trabalham e aos empregadores, o ambiente acolhedor da casa de Laura pôde favorecer um espaço seguro para que as participantes compartilhassem suas vivências, contribuindo para a dinâmica de trocas. Além disso, é relevante pontuar que, ao contrário da casa dos patrões, inflexível ao afeto e ao cuidado, a casa das trabalhadoras não o é, recebendo as filhas das empregadoras em situações diversas, o que será discutido no próximo capítulo.

Sobre o perfil dessas participantes, Laura se considera negra, possui 60 anos e começou a trabalhar como babá aos 12 anos. Atualmente é separada, já foi casada duas vezes e mora apenas com os netos. Não frequentou a escola durante a infância, quando viveu na área rural em Chapada dos Guimarães, município limítrofe a Cuiabá, e ainda hoje é analfabeta.

Durante os casamentos, Laura alternou entre ser dona de casa e trabalhar como mensalista e diarista, tendo sido registrada como CLT em apenas uma das casas em que trabalhou. Assim, passou a maior parte de sua vida transitando entre os municípios de Cuiabá e Chapada.

Ana, tem 47 anos e começou a trabalhar aos “13 ou 14 anos”. Possui ensino médio completo e atualmente mora com seus dois filhos. Está afastada do trabalho e recebendo o auxílio-doença devido a uma neoplasia maligna no estômago, que a obrigou a passar por cirurgia, quimioterapia e radioterapia. A descoberta da doença ocorreu aproximadamente um ano antes da reunião, e, por ser trabalhadora formal, ela recebe uma remuneração mensal.

Assim como Laura, Ana nasceu em Chapada do Guimarães e viveu em um dos

distritos do município até os 18 anos, quando se mudou para Cuiabá, após concluir o ensino médio. Para facilitar a compreensão das características identitárias das sete mulheres participantes da pesquisa, foi elaborado o quadro abaixo.

Quadro 4 - Características identitárias das participantes da pesquisa

Nome fictício	Idade	Raça	Profissão	Cidade onde mora
Ana	47	Parda	Doméstica mensalista	Cuiabá/MT
Cristina	59	Branca	Doméstica diarista	Cambé/PR
Estela	56	Branca	Doméstica diarista e boleira	Cambé/PR
Helena	69	Negra	Doméstica mensalista	Cambé/PR
Laura	60	Negra	Doméstica diarista	Cuiabá/MT
Luciana	55	Morena	Doméstica mensalista	Cambé/PR
Rosa	63	Branca	Aposentada	Cambé/PR

Fonte: Pesquisa *in loco* (2023-2024).

As participantes são mulheres adultas, com mais de 47 anos, e três delas são idosas, pois têm mais de 60 anos. Portanto, é perceptível que a faixa etária das trabalhadoras não inclui mulheres consideradas jovens. Esse fato ocorre porque, ao indicarem outras mulheres para participar da pesquisa, Cristina e Laura trouxeram trabalhadoras domésticas do seu próprio círculo familiar ou de amizade, o que abrange mulheres em idades próximas às delas. Assim, essa é uma das características identitárias a ser considerada na análise interseccional.

Além disso, como será exposto, a porcentagem de trabalhadoras domésticas acima dos 40 anos tem aumentado em decorrência do crescimento geral da escolaridade feminina nas últimas décadas no país. Como consequência, as mulheres mais jovens estão mais escolarizadas e podem optar por outras formas de trabalho remunerado.

Outra questão é a participação das três irmãs, que possuem distintas autodeclarações de raça, além das diferentes identidades em que se reconhecem as demais participantes. Em uma pesquisa de 2022, Motibeler aborda os processos que invisibilizam a negritude de pessoas de origem multirracial, baseando-se na ambiguidade de seus traços fenotípicos e discutindo, sobretudo, as categorias de raça

“morena” ou parda.

Para a autora, o sistema de classificação racial no Brasil é moldado por uma lógica “brancocêntrica” e colonial, que força as pessoas a se enquadrarem em categorias raciais simplificadas e hierárquicas. Esse sistema impõe uma visão de mundo onde a identidade racial está estreitamente ligada à cor da pele e à proximidade com a branquitude, criando categorias que refletem uma tentativa de homogeneizar e simplificar as identidades não-brancas. No Brasil, isso se manifesta na existência de termos como “morena”, que é frequentemente utilizado como uma forma de suavizar ou evitar as categorias racializadas mais explicitamente ligadas a grupos historicamente marginalizados, como “pardo” ou “negro” (Montibeler, 2022).

Quando uma mulher se autodeclara “morena” em vez de “parda” ou “negra”, isso pode ser visto como um termo menos carregado de conotações raciais negativas ou de marginalização. Essa escolha permite uma certa distância da negritude, que pode ser associada a uma posição social inferior na lógica racial brasileira. Além disso, pode indicar que essa mulher não quer ou não se sente confortável em se identificar de forma mais explícita com categorias racializadas. Essa escolha não é apenas pessoal, mas também reflete as pressões e expectativas sociais criadas por um sistema que é profundamente influenciado por uma visão colonial que valoriza a branquitude (Montibeler, 2022).

De qualquer modo, as diferentes formas de identificação racial também fazem parte de uma análise interseccional que considera os diferentes níveis de opressão existentes. Nesse contexto, reconhece-se que há privilégios vivenciados por pessoas negras com tons de pele mais claros, em detrimento dos negros de pele mais escura.

Tais vantagens são vividas principalmente no mercado de trabalho, no qual pessoas escuras têm mais dificuldade em serem empregados. O desempenho escolar de alunos mais claros é maior; relatos comparados entre esses dois grupos mostram que existe maior satisfação com a autoimagem, mais facilidade em estabelecer relacionamentos e casamentos por parte dessa população. (Maia; Zamora, 2018, p. 10)

Levando em conta que, além das questões relacionadas à raça, o impacto das diferentes tonalidades de pele dentro dessa categoria amplia as dinâmicas de poder, influenciando suas experiências de exclusão, marginalização e, em alguns casos, de acesso a privilégios sociais e econômicos.

Na última fase de tratamento dos resultados, busquei elaborar uma nuvem de

palavras com os termos mais mencionados pelas participantes durante a reunião. Após uma filtragem inicial, na qual foram retiradas as preposições, interjeições e artigos, a nuvem de palavras está representada na imagem abaixo.



Figura 5 – Nuvem de Palavras 1
Org. Jéssica Costa Pizaia (2024)

A palavra mais mencionada pelas participantes de Cambé/PR na primeira reunião foi “Casa”, evidenciando a importância dessa dimensão espacial nas histórias e experiências compartilhadas pelas trabalhadoras. Silva e Ornat (2021, p. 66-67) destacam que a Casa não é apenas um espaço físico onde se habita; é também um espaço “emocionalmente situado e constituído por relações de poder, que envolvem classe, raça, gênero, sexualidades, idade, religiosidades e diferentes possibilidades de interconexões”. A nuvem de palavras revela que as trabalhadoras domésticas estão claramente situadas nessas complexas relações de poder que ocorrem dentro da casa.

Além de “casa”, outros substantivos que se destacaram na reunião foram “mulher”, “menina”, “pessoa”, “pai”, “ano(s)”, “três”, “duas”, “vinte”, “idade”, “semana”, “lugar”, “patroa”, “roupa”, “vó”, “criança”, “história”, “idade”, “semanas” e “doutor”. Esses termos representam os sujeitos envolvidos nas dinâmicas de poder. A palavra “roupa” se relaciona com o cotidiano das domésticas, enquanto “doutor” é frequentemente usado para se referir aos patrões. Além de “mulher”, “patroa”,

“menina” e “criança” evidenciam as diversas identidades e papéis desempenhados no contexto familiar e laboral.

No caso de “anos”, “idade”, “semana”, “três”, “história”, “vinte” e outros numerais, esses termos frequentemente denotam a dimensão do tempo, enquanto “casa” e “lugar” representam o espaço cotidiano. Nesse sentido, as mulheres que participaram compartilharam não apenas sobre seu trabalho, mas também sobre suas trajetórias de vida, conectando a dimensão do tempo a esses dois elementos.

Na segunda entrevista, realizada em Cuiabá/MT em 2024, “casa” se destacou como uma das palavras mais mencionadas, conforme demonstrado na figura abaixo. Isso reforça a importância contínua da espacialidade nas experiências e narrativas dessas mulheres, evidenciando como o conceito de casa transcende o simples abrigo e se entrelaça com suas histórias e identidades.



Figura 6 – Nuvem de Palavras 2
Org. Jéssica Costa Pizaia (2024)

Outras palavras recorrentes foram: “gente”, “ano(s)”, “dia”, “mãe”, “pai”, “senhora”, “sabe”, “trabalhava”, “hoje”, “morreu” e “Deus”. Esses termos foram utilizados tanto no contexto pessoal quanto para narrar experiências que vivenciaram no trabalho. Ao contrário das participantes de Cambé/PR, Laura e Ana, de Cuiabá/MT, não comentaram sobre as vivências pessoais dos empregadores nem as dificuldades que enfrentaram. Nesse caso, as palavras refletem mais as experiências familiares de

ambas e sua fé cristã, destacando como esses aspectos pessoais influenciam suas narrativas e a forma como percebem suas realidades.

Após as duas rodas de conversa e o tratamento das informações, convidei as mesmas participantes do primeiro encontro para uma nova reunião, um pouco mais de um ano depois. Neste segundo encontro em Cambé/PR, que ocorreu em julho de 2024, Helena esteve presente, enquanto Estela não pôde comparecer. Com isso, novas discussões emergiram. Uma nova nuvem de palavras, que ilustra os termos mais mencionados pelas trabalhadoras nesta ocasião, está exposta na figura abaixo.



Figura 7– Nuvem de Palavras 3
Org. Jéssica Costa Pizaia (2024)

A palavra mais comum nos discursos durante o segundo encontro foi “gente”, seguido de “casa”, “queria”, “dia”, “hoje” e “patroa”. Outras palavras que se sobressaíram foram: “Deus”, “anos”, “mãe”, “menino”, “menina”, “coisas”, “pai”, “filho”, “patrão”, “pessoa”, “nossa”, “quero”, “cuidar”, “banheiro”, “comer” e “mundo”. Algumas dessas palavras, como “cuidar” e “banheiro”, não haviam se destacado na nuvem de palavras do primeiro dia, mas refletem as funções e vivências diárias das participantes, assim como “Deus” e “coisas”.

Os termos “patroa” e “patrão” também ganharam mais destaque em comparação às nuvens de palavras anteriores. Neste dia, as trabalhadoras enfatizaram mais suas relações atuais com os patrões, abordando essas dinâmicas

de forma mais direta, enquanto as histórias pessoais foram discutidas em menor profundidade, exceto por Helena, que continuou a compartilhar suas experiências de forma mais ampla.

Além disso, questões religiosas que permeiam as relações com as patroas foram expostas, assim como os relatos sobre os filhos dos empregadores. Nesse contexto, as palavras “Deus”, “menino”, “menina” e “cuidar” refletem esses aspectos. Curiosamente, a palavra “banheiro” apareceu mais frequentemente do que “cozinha”, que normalmente está mais associada à profissão de trabalhadora doméstica. O termo “banheiro” apareceu nos discursos das participantes quando elas comentaram sobre os cuidados que oferecem às crianças dos patrões, a limpeza que realizam nesse local semanalmente e o banheiro que os empregadores designam para uso delas em suas casas.

Assim, pode-se afirmar que o banheiro é o cômodo da “casa” - outra palavra recorrente nos discursos -, que mais se destacou nas falas, tornando-se um espaço significativo nas histórias compartilhadas pelas participantes. A escolha e a repetição de palavras são significativas e não aleatórias, elas carregam significados inconscientes, como apontado pelo psicanalista Jacques Lacan (Caselli, 2014). Contudo, não é o objetivo deste trabalho realizar uma análise aprofundada dos discursos das participantes sob essa perspectiva.

Assim, na fase final da pesquisa, os discursos das participantes foram analisados utilizando a metodologia de Histórias de Vida, que integra as geografias vividas e considera a dimensão espacial. De acordo com Joan Scott (1998), esses discursos abordam um conjunto de experiências que são ao mesmo tempo individuais e coletivas. A linguagem e o discurso não apenas moldam nossa forma de perceber o mundo, mas também influenciam a forma como essas experiências são compartilhadas e compreendidas coletivamente.

Essas facetas da experiência, narradas de forma individual quanto coletiva, têm o potencial de (re) afirmar o que é conhecido, assim como de contestar o que é considerado certo e evidente (Scott, 1998). Dessa maneira, não serão apenas apresentadas apenas as experiências das trabalhadoras domésticas de maneira isolada, mas também o contexto socioespacial em que se inserem. O método de histórias de vida possui uma dupla dimensão: a descrição de fatos e a busca de sentido. Esses fatos fazem parte de uma experiência de vida única, inserida em um

universo de relações sociais, de classe e de poder, que remetem às condições sociais de existência (Lévy, 2001).

Dessa maneira, é compreensível que as participantes da pesquisa tenham experienciado situações parecidas no trabalho, por viverem em contextos socioespaciais semelhantes, mesmo considerando as interseccionalidades de identidades que buscam heterogeneizar os níveis de opressão e violência. Além disso, essas experiências ultrapassam as esferas de vivência das sete mulheres participantes, pois se inserem em uma estrutura mais ampla que impõe estigmas às trabalhadoras domésticas em geral.

O sociólogo Erving Goffman (1988) aborda a experiência coletiva de forma implícita ao abordar como o estigma social molda as interações entre indivíduos e grupos. O estigmatizado, ao ser categorizado por certos atributos, compartilha essa experiência com outros que enfrentam os mesmos estigmas. A formação de grupos e comunidades de indivíduos estigmatizados possibilita a troca de experiências comuns, criando narrativas sobre suas vivências.

A roda de conversa permitiu estas trocas comuns e possibilitou que as próprias participantes notassem que certas experiências vividas por trabalhadoras domésticas são coletivas. Esse espaço de diálogo promoveu a construção de uma consciência compartilhada, onde as histórias individuais se entrelaçam em um contexto mais amplo de geografias vividas, de opressão, mas também de resistência.

Por fim, acredita-se que, no processo de pesquisa empírica, é fundamental prestar atenção ao relacionamento entre os pesquisadores e os participantes. Os resultados dessa pesquisa foram obtidos de modo que as participantes se tornassem sujeitos ativos no processo, contribuindo de maneira conjunta. Também buscamos garantir o respeito às suas falas. Em relação à última etapa da pesquisa, que abrange o tratamento e análise de dados, incluindo as análises das falas das participantes, esta será apresentada no próximo capítulo.



Os Santos

uma tira de humor **ódio**

Instagram: @leandro_assis-ilustra
 Twitter: @leandroassis73

Figura 5 – Julgamento das aparências
 Fonte: Assis; Oliveira (2023)

Legenda: A arte escolhida para encerrar o capítulo coloca como personagens dois patrões que agem demonstrando controle e superioridade sobre a vida da trabalhadora doméstica, se utilizando de redes sociais e julgando-se no direito de monitorar e criticar a vida pessoal da mesma. Além do preconceito racial evidenciado, também há uma crítica ao classismo. Os patrões olham para a personagem Edilsa com desprezo e desdém, reproduzindo os comportamentos e pensamentos classistas de que pessoas mais pobres são inferiores ou menos dignas de respeito, o que os artistas representaram por meio da distorção na percepção dos patrões sobre a intimidade dos empregados, os quais acreditam ter o direito de analisar, apontar e criticar a vida pessoal destes, hábito vinculado à herança colonial que permeia as relações entre patrões e trabalhadoras domésticas.

3. CONTRADIÇÕES NO TRABALHO DOMÉSTICO: OS SIGNIFICADOS DA CASA

3.1. HISTÓRIAS E GEOGRAFIAS VIVIDAS

Ao longo da infância e adolescência, vivenciei as consequências que o trabalho doméstico remunerado delega às mulheres, como o cansaço e o desgaste físico e emocional, além da injustiça, da negligência, dos preconceitos. No entanto, também o desenvolvimento de vínculos de apego e afeto, tanto das trabalhadoras domésticas com os filhos das empregadoras quanto vice-versa.

Quando acompanhava minha mãe, não sabia ao certo qual era o meu lugar. Recebia olhares, era interpelada com simpatia exagerada e muitas vezes vigiada devido à desconfiança de que poderia furtar algo. Por outro lado, presenciei ocasiões em que as empregadoras não se relacionaram de forma estritamente profissional com a trabalhadora, ou, como costumam dizer, a “moça que me ajuda em casa”.

Assim, ao longo dessas experiências, notei as disparidades e contradições presentes nessas relações. Durante as leituras e estudos sobre o tema para o delineamento da tese, identifiquei-me com diversas narrativas, as quais comento ao longo deste texto junto às minhas próprias vivências.

3.1.1. A Casa Como Lugar De Afeição

Um dos elementos que marcam as contradições inerentes à profissão das domésticas, em relação a outras profissões, é o fato de que elas cuidam das casas e filhos de suas empregadoras, enquanto suas próprias casas e filhos são terceirizados ao cuidado de outras mulheres, geralmente da própria família, que estão disponíveis para a tarefa, ou não tem nenhum cuidado. Lemos (2021) aborda tal fenômeno e comenta que as relações de trabalho se tornam confusas por ocorrerem em ambientes privados, locais que favorecem a criação de afetos, muitas vezes unilaterais, e que podem ser usados para legitimar a subalternidade e a exploração a que as mulheres estão submetidas.

É o caso de uma das entrevistadas da pesquisa, Cristina. Entre os anos de 2003 e 2007, ela dormia na casa da empregadora em algumas ocasiões, a pedido desta. Além de não receber pelas horas-extras devidas, Cristina desconhecia na época que tinha esse direito. Nos dias em que não queria pernoitar, era chantageada pela empregadora, como relatou:

Eu trabalhei muitos anos pra ela. Quando ela me pedia pra dormir lá pra ficar com a filha dela à noite eu ficava mas nunca recebia mais do que o meu salário normal. E quando eu falava que não queria, ela falava que era pela amizade de muitos anos que a gente tinha, que esse era o único favor que ela pediu e eu não queria fazer (Cristina).

Por ser uma relação de proximidade em um ambiente íntimo – o lar das pessoas – as negociações e “ganhos” para ambas as partes tendem a ser mais frequentes. De acordo com Silva (2018), as patroas utilizam essa aproximação para negociar jornadas mais longas de trabalho, assim como a presença da trabalhadora na casa dos patrões em datas festivas e finais de semana, como foi sinalizado no relato da entrevistada Cristina.

Silva (2018) complementa que, em alguns casos, a patroa pode exigir lealdade, disponibilidade e cumplicidade das trabalhadoras. Os apontamentos da autora corroboram o relato de Cristina, que comentou que sua patroa a solicitava para pernoitar no local de trabalho como um favor prestado a ela, depois de anos de amizade entre as duas.

Ao mesmo tempo, a criação de filhos de outras pessoas fomenta laços de afetividade entre as cuidadoras e os filhos das patroas, os quais podem se estender por toda a vida. Brites (2007) apresenta diversos relatos e descreve situações provenientes de sua pesquisa em Vitória/ES que demonstram o apego das crianças às “suas” trabalhadoras.

Uma patroa, por exemplo, relatou como o filho adoeceu quando o marido de Arlete, sua empregada, obrigou-a a deixar o emprego. Ouvi variantes desse tema em inúmeros outros relatos, sublinhando uma intensidade de contato que não deixa de ter consequências importantes. Se, nos discursos sobre limpeza, os patrões adultos são impermeáveis ao universo cultural das empregadas domésticas, o mesmo não acontece com as crianças. Elas dialogam com as empregadas, ouvem suas histórias, escutam a mesma música no radinho de pilha da cozinha, perguntam muitas coisas (Brites, 2007, p. 98-99).

A pesquisadora também observa que as crianças passavam boa parte do tempo com as trabalhadoras quando não estavam na escola e na ausência dos pais.

Nesses momentos, as trabalhadoras assumiam a principal responsabilidade pelos cuidados dos filhos dos patrões. Muitas vezes, essas mulheres precisavam sacrificar o tempo com seus próprios filhos para cuidar das famílias dos empregadores. Esse fenômeno é descrito como uma migração de afetos, “na qual as trabalhadoras se afastam emocionalmente de seus filhos, impactando a estrutura familiar e a autoestima dessas crianças” (Abreu, 2021).

Ramos (2021) discute o caso a partir da análise do filme *Que Horas Ela Volta?* pontuando que a trabalhadora doméstica, a personagem Val, sabia como consolar o filho da patroa melhor do que a própria mãe. O autor também evidencia a relação de proximidade entre Val e o filho da empregadora, que era muito mais desenvolvida do que a relação desta com sua própria filha, Jéssica. Apesar de Val desenvolver este forte vínculo, permeado por laços de proximidade e afeto ao longo de muitos anos, Jéssica e ela devem ocupar apenas os espaços designados e ter comportamentos que são esperados delas. Val não deve se sentar à mesa, entrar na piscina, nem mesmo dormir na mesma casa que os patrões, mas deve se contentar em ficar em um pequeno quarto do lado de fora da casa.

A proximidade de Val com o filho do patrão se dava exclusivamente em âmbito emocional e não se estendia ao espaço físico da casa. Ela não frequentava os espaços da casa, exceto para realizar suas tarefas, e sequer dormia no interior dela. Assim, o afeto existia no espaço do corpo e da mente entre os dois, mas não podia ser expresso no espaço físico, revelando a primeira de inúmeras contradições nas relações entre patrões e empregados.

O afeto também se manifestou no cuidado com a casa. No primeiro dia da roda de conversa em Cambé, a primeira a falar espontaneamente foi Estela, ao afirmar gostar de sua profissão, ter “um patrão muito bom” que a respeita e a trata com dignidade. Ela afirma: “Faço com amor, cuido da casa como se fosse minha”. Segundo Estela, o patrão lhe dá liberdade para trabalhar da forma que desejar, e ela só pretende deixar o emprego “quando não aguentar mais”.

Estela trabalha nesta mesma casa há dois anos. Antes disso, foi diarista e, há oito meses, foi efetivada com carteira assinada. Atualmente, ela não trabalha todos os dias como doméstica, apenas duas vezes na semana, recebendo pouco mais que um salário-mínimo. Para chegar ao trabalho em Londrina, ela utiliza quatro conduções.

Então, perguntei a Cristina sobre suas experiências, e ela me questionou sobre qual das casas poderia falar, pois já trabalhou em muitas. Orientei-a a comentar sobre todas, garantindo que os nomes não seriam divulgados.

Cristina iniciou seu relato contando que sempre trabalhou de doméstica, cuidando de crianças, além de limpar e faxinar. Naquele momento, afirmou que sempre foi bem tratada. No entanto, mencionou que, quando havia crianças pequenas, a situação era mais difícil, pois algumas vezes era contratada para limpar e, ao mesmo tempo, acabava acumulando a responsabilidade de cuidar das crianças.

Em uma dessas casas, onde era trabalhadora formal, a entrevistada descreve o local como “muito grande” e que havia muito trabalho sob sua responsabilidade. Alguns meses depois de começar a trabalhar com essa família, a empregadora teve mais uma filha, e Cristina passou a ser encarregada de auxiliar nos cuidados de duas meninas – já que a patroa tinha outra criança –, além das tarefas de limpeza.

Nesse contexto, a relação entre a filha mais velha e a avó não era boa, e as brigas entre elas dificultavam o trabalho de Cristina, que incluía serviços característicos de uma cuidadora, como dar banho e levar as crianças para a escola a pé. É importante ressaltar que o acordo inicial com a patroa envolvia apenas a limpeza e organização da casa, mas Cristina não conseguia estabelecer limites em relação às demais demandas que a empregadora impunha a ela. Isso se devia à insegurança; além disso, ela gostava das meninas e sentia que deveria ajudar a patroa, que estava sobrecarregada de trabalho. As duas meninas “se davam muito bem” com ela, e quando foi demitida, Cristina sofreu muito com a ausência das meninas, assim como a filha mais nova da empregadora, que chorou ao saber que sua cuidadora deixaria a casa.

Cristina nunca recebeu qualquer adicional ao seu salário por acumular as tarefas de cuidar das crianças com o trabalho de limpeza, recebendo apenas um salário-mínimo. Segundo ela: “não dava conta nem da organização da casa, nem das roupas, nem das crianças, virou uma bola de neve”. Ela ressaltou que era necessária a contratação de mais uma funcionária, seja uma diarista ou uma babá.

Nas falas de Cristina e de outras participantes, é nítida a exploração da mão de obra das trabalhadoras domésticas, a qual conta com características que permeiam as relações de poder entre classe, raça e gênero.

Cristina afirma que “sofreu muito” nesta casa devido ao acúmulo de tarefas,

mas, ao mesmo tempo, considera que foi positivo estar com as duas crianças e construir laços de afetividade com elas, além de ter sido uma etapa de aprendizado pessoal. Ela também enfatiza que os patrões pagaram sua rescisão corretamente após a demissão, enquanto em outra casa, onde trabalhou por quase 18 anos, não recebeu nenhuma rescisão. Neste caso, assim como em outros, é evidente a gratidão da trabalhadora em relação à patroa por ela ter cumprido, ainda que apenas o mínimo estabelecido pela lei.

No segundo dia da roda de conversa, Cristina também começou a falar sobre as mesmas duas meninas para sua amiga Helena:

A (nome da empregadora) falou que a (nome da filha mais velha) não esquece de mim. As duas meninas que eu cuidei. As duas princesas. Uma chama (nome da mais velha) e a outra chama (nome da mais nova). São lindas” (Cristina).

Por Cristina dar ênfase ao fato de que, segundo a antiga patroa, as meninas que cuidou não esquecem dela, é nítida a importância e o afeto que a trabalhadora direcionou a ambas, pois valoriza a reciprocidade que lhe é apresentada. Além disso, os vínculos entre a trabalhadora e os filhos e filhas dos patrões foram frequentemente citados nas rodas de conversa.

Luciana, por exemplo, atualmente é responsável por toda a faxina de uma casa, além de cozinhar e, como ela diz, “se divertir com a criança” ao se referir à tarefa de ser babá. Para ela e Cristina, os empregadores acumulam as tarefas das trabalhadoras domésticas em vez de contratarem outra pessoa, pois “para quem recebe, um salário mínimo é pouco, mas para quem paga, é muito”.

Luciana diz: “A minha patroa é muito humana, ela é muito gente boa, diz que a casa pode cair, mas o importante é cuidar da criança”. Inclusive, durante a roda de conversa, ela reiterou que a empregadora pede que, além de cuidar, ela também eduque a criança, e disse que a mesma uma vez afirmou: “Como você passa mais tempo com ela, o que você falar eu vou aceitar”.

Quando perguntada sobre o que achava de passar mais tempo com a criança do que a própria mãe, Luciana explicou que a empregadora trabalhava em casa, mas teve que delegar essa responsabilidade por não conseguir controlar a disciplina da filha. Durante a reunião, ficou claro que Luciana se sente sobrecarregada pelo acúmulo de tarefas, incluindo a responsabilidade de educar a criança. No entanto, ao ser questionada sobre o fato, ela não demonstra insatisfação devido ao afeto que

construiu com a menina. Novamente, percebemos como o afeto surge como uma moeda de troca para a exploração da mão de obra das trabalhadoras.

Após as falas de Luciana, Rosa comentou sobre suas experiências ao trabalhar desde os 14 anos. Nos anos 1980, foi doméstica em uma casa que foi muito importante para ela, onde havia dois patrões, dois filhos e duas funcionárias. Mas, as funcionárias foram logo dispensadas, ficando apenas Rosa, que se responsabilizava pela limpeza da casa, pela cozinha e pelos cuidados com as crianças, pois o empregador sempre viajava e a patroa era professora.

Rosa levava as crianças ao dentista, à escola, chamava o pediatra ou as levava ao consultório médico quando necessário, sempre utilizando sua própria bicicleta, como meio de transporte. Para ela, foi “mais mãe deles que a mãe”. A participante trabalhou por 14 anos nesta casa, e quando perguntei sobre sua relação com os empregadores, ela disse:

Uma vez cheguei triste lá, e a [nome da empregadora] disse pra mim: ‘Rosa, te tenho como filha’, eu vou conversar com meu marido e vamos assinar para seu pai comprar a casa de vocês. Eles me tratavam como se fosse da casa, tenho muita gratidão (Rosa).

Rosa afirmou ser “tratada como da casa” algumas vezes durante as reuniões, refletindo a gratidão das mulheres participantes da pesquisa em relação aos pequenos atos proporcionados pelos patrões.

Para Luciana, o trabalho como babá e doméstica é tranquilo. Então, começou a falar sobre a menina que cuida, mostrando um áudio em que a criança diz que a ama. Em seguida, completou: “Ali você briga, você educa, você dá carinho, você beija, eu acho que se eu ficar sem trabalhar lá eu fico doente. Eu peguei ela pra cuidar com seis meses, eu fiquei com o bebê e com a casa”.

Neste trecho mais uma vez é perceptível o afeto que Luciana desenvolveu com a criança sob seus cuidados, algo que parece ser recíproco por parte da menina. Além da criança dizer que a ama, Luciana comentou:

É um carinho. Olha o que ela falou um tempo atrás. ‘Oh, tia. Eu posso te chamar de mãe?’ e eu falei assim: ‘não posso falar pra você não me chamar de mãe, mas você pode perguntar pra (nome da empregadora) que se a ela concordar, bacana. Ela fez essa pergunta pra minha patroa! A (nome da empregadora) falou assim: ‘não filha, não, a tia Luciana, ela é mãe do (nome dos filhos). Eu sou sua mãe. Não pode. Você tem que chamar a Luciana de tia. E ponto.’ Aí ela entende que agora é tia e ponto (Luciana).

Sobre o afeto, Heleieth Saffioti, pioneira nos estudos sobre o trabalho

doméstico no Brasil, explora a dinâmica da relação entre “patroa” e “empregada”, destacando a presença de vínculos afetivos, característica não comumente encontrada em outras relações de trabalho. A consequência dessa aproximação entre empregadora e trabalhadora resulta na dissolução de certos limites entre as relações de trabalho e da vida privada (Saffioti, 1978).

A dissolução desses limites é evidente no caso de Luciana, pois, apesar de ser contratada pela família e não ter qualquer parentesco, os pais aceitam que a trabalhadora doméstica eduque e mantenha proximidade com a criança fora dos horários de expediente, por meio de mensagens de celular.

A dissolução colocada por Saffioti também não se estende ao âmbito espacial e físico da casa. Durante as falas, Luciana afirmou que seu banheiro é ótimo e bem-acabado, mas localizado fora da casa, algo que eu já vivenciei com minha mãe.

Ainda sobre a menina que cuida atualmente, Luciana diz que ela é a única da casa que come frutas. “O menino não come nada disso, a menina come, porque eu incentivo, a mãe não come fruta, o pai também não, [...] a [nome da empregadora] me trata como se fosse da família, me trata muito bem”.

A empregadora liberou Luciana nas tardes de quinta e sexta para cuidar da mãe que está acamada, revezando com as irmãs. Ela afirma que estes dias não são descontados de seu salário, assim como os dias que ela precisará faltar para fazer uma cirurgia: “Ela não desconta nada coitada, ela é muito boazinha”.

Novamente, mesmo se sentindo sobrecarregada, Luciana não demonstra insatisfação, mas, sim, gratidão devido a liberação da patroa para que possa cuidar da mãe durante a semana. A sobrecarga de trabalho é um discurso comum entre as trabalhadoras, uma experiência coletiva que só não foi citada por Ana, que é mais nova, formalizada e com maior escolaridade.

As vivências de Laura, por sua vez, se assemelham às das demais em vários aspectos. A participante se mudou para a cidade de Cuiabá enquanto já trabalhava na antiga casa da atual patroa. Antes, atravessava a balsa no lago do Manso em Chapada dos Guimarães, onde parte de sua família ainda reside, e seguia de ônibus até a cidade vizinha. No entanto, já havia morado em Cuiabá na infância, acompanhando os pais na mudança.

Nesta época, a participante entrou em seu primeiro emprego como babá aos doze anos. A mãe da criança trabalhava o dia todo, e apenas as duas crianças ficavam

na casa. O mesmo que aconteceu em uma segunda casa, onde a filha da empregadora gostou da companhia de Laura. Nesse momento Laura diz:

aí sei que a menina gostou demais de mim que eu tive que largar de fazer o serviço de casa todo pra poder ficar com a menina [...] e era casa, não era apartamento, era muito grande, mas ainda bem que era só eu, a filha dela pequeninha e ela, o marido dela trabalhava, e aí ficava o dia tranquilo. Mas é puxado fazer almoço, limpar a casa e lavar o banheiro, depois ainda tem a roupa pra passar. Só que nesse tempo eu era mais nova né, ainda aguentava. [...] a gente sente falta né, a gente pega amor muito rápido nas crianças (Laura).

Nessa última casa, Laura trabalhou por um ano, pois a família precisou se mudar devido ao trabalho do marido da empregadora. A partir da fala da participante, nota-se a semelhança com os relatos das trabalhadoras de Cambé, tanto em relação ao excesso de trabalho, onde as responsabilidades eram acumuladas para uma única pessoa, quanto nos vínculos construídos com filhos dos empregadores.

Neste momento da entrevista, Laura se emocionou, especialmente ao afirmar que nunca mais viu as crianças, incluindo um menino que cuidou com quem também acumulava várias tarefas. Ela lembrou que a criança “não esqueceu do pão caseiro” que ela fazia, e dizia que estava com “muita saudade” dela.

Sobre suas experiências cuidando de crianças, Rosa comentou sobre um dos filhos dos empregadores, na casa onde trabalhou por 16 anos: “tenho ele como se fosse meu [...] quando trabalhei na lanchonete dele, ele falava pra todo mundo que eu era babá, que eu era a segunda mãe dele”.

Rosa trabalhou na cozinha da lanchonete por 2 anos, entre 2019 e 2020, durante a pandemia, apenas nos fins de semana, enquanto cuidava da mãe e dos netos. No entanto, não foi formalizada e ganhava 50 reais por noite, assim como todos os outros. Assim, o afeto construído entre eles não se traduziu em melhores condições de trabalho para Rosa quando voltou a ser funcionária dele ou de sua família.

De acordo com as suas falas, há uma forte consideração e afeto maternal por esse que foi filho de um de seus empregadores, mas, atualmente, não há a reciprocidade que um dia pode ter existido.

Já Cristina deixou sua última casa como mensalista e cuidadora, onde limpava e cuidava, às vezes, de duas crianças, pois a mãe era dona de casa.

Ali criou um vínculo entre eu e as crianças que elas pediam pra mãe sair pra eu ficar com as crianças. A gente já se conhecia, eu já fui babá da [nome da empregadora], aí eu me tornei babá dos filhos, aí foi muito doído, eu sofri muito quando eu saí dali (Cristina).

Cristina saiu do trabalho porque a empregadora iria se mudar para uma casa maior, e ela sentia que não estava conseguindo dar conta da limpeza da casa e das crianças, que às vezes ficavam com ela. Assim, foi dispensada: “Quando saí de lá recebi todos os meus direitos certinhos, não tenho que reclamar de nada”.

Embora sinta gratidão pelo mínimo que a empregadora fez, percebe-se que a decisão da patroa foi dispensar a trabalhadora em vez de mantê-la como cuidadora e auxiliar da casa, contratando mais uma pessoa para realizar a limpeza e a organização. Nesse caso, Cristina perdeu seu trabalho formalizado como mensalista e teve que cortar os laços afetivos com as crianças.

Nos relatos de cinco das sete mulheres participantes da pesquisa, é visível a intensidade e a grandiosidade do afeto construído pelas trabalhadoras domésticas com os filhos dos empregadores. Nesse contexto, as trabalhadoras se mostraram realmente ligadas às crianças por fortes vínculos afetivos, o que, às vezes, as leva a não reclamar do excesso de trabalho na casa. Isso pode ser visto de forma positiva pelos patrões, que, no entanto, não oferecem qualquer adicional salarial ou o auxílio de outra trabalhadora por meio de um novo contrato.

Por fim, uma das últimas falas de Cristina na reunião me marcou. Quando foi perguntada novamente sobre quais crianças sentiu mais falta ao longo dos anos, ela mencionou os nomes dos filhos dos últimos empregadores, mas afirmou que a criança de quem mais sentiu falta foi da própria filha: “foi a criança que mais senti falta né, tinha que cuidar do filho dos outros e da minha filha não cuidei”. Essa situação é mais um exemplo do que é exposto no filme “Que horas ela volta?”.

3.1.2. A Casa Como O Lugar De Assédio Sexual

Enquanto se desenvolviam vínculos positivos nas casas onde trabalhavam, também surgiram relatos de violência, abuso ou importunação sexual. Concomitantemente às experiências positivas e ao afeto que sentiram pelas crianças, filhas dos patrões, as trabalhadoras compartilharam casos traumáticos e abomináveis, muitas vezes ocorrendo nos mesmos espaços em que estiveram com as crianças.

Em um dos momentos da roda de conversa, Luciana começou a contar suas experiências em uma casa que também a marcou profundamente. Na época, ela estava noiva, tinha dezoito anos e cuidava de um menino, além de limpar toda a casa.

Ela relatou o dia em que o patrão a agarrou pela primeira vez, logo após perguntar se a esposa estava em casa:

com o menino deitado na sala ele foi lá mexer comigo de novo, na verdade acho que aconteceu umas três vezes isso. Aí um belo dia resolvi deixar a casa sem limpar, a roupa sem lavar, o menino deixei com ele, porque aquele dia ele me agarrou. Aí naquele dia saí de lá e não dei satisfação. Também perdi todo meu salário, não recebi nada, fui embora e não quis voltar lá nem pra receber (Luciana).

Luciana continuou a relatar que, algum tempo depois do ocorrido, encontrou a patroa, mas não explicou o motivo pelo qual não quis voltar a trabalhar para ela. Disse apenas que a distância entre as casas tornava o trabalho inviável, por isso não retornou.

Sobre este caso de assédio, que aconteceu há décadas, Luciana afirmou que, na verdade, não houve “praticamente nada”, pois “não teve penetração”. No entanto, nesse momento da conversa, Estela e Rosa disseram que isso era, sim, assédio. Luciana respondeu: “ia causar briga entre o casal sem ter acontecido praticamente nada. Na minha cabeça não era nada, naquele momento. Hoje se acontecer eu vou ‘pro pau’, porque eu penso diferente”.

Apesar de tentar amenizar o que ocorreu na época, afirmando que “não era nada, naquele momento”, Luciana deixou de trabalhar no local porque este se tornou um ambiente intimidador e ofensivo a ela. Ela temia que, se voltasse, o patrão poderia interpretar isso como um sinal para continuar os atos de assédio, enquanto a empregadora poderia não acreditar nela em seu relato caso decidisse contar a ela. Dessa forma, Luciana vivenciou uma situação de violência que, na verdade, foi significativa e transformou o significado daquela casa, tornando-a um ambiente hostil. Sobre o dia em que encontrou a ex-patroa, Luciana reiterou que não voltaria a trabalhar para essa empregadora e afirmou que foi chantageada por ela, que disse que ligaria para a futura sogra da participante para falar o “tipo de pessoa” que ela era. Quando questionada se a patroa realmente realizou a ligação, Luciana negou, mas contou que ela mesma relatou o ocorrido ao seu noivo na época.

Luciana trabalhou em três casas depois deste incidente e, em seguida, se casou, permanecendo por 15 anos sem trabalhar remuneradamente, dedicando-se a ser dona de casa. Após esse período, decidiu voltar a trabalhar novamente devido ao falecimento do marido, mas disse que foi difícil retomar a profissão. Atualmente, não

é registrada na CLT, pois é pensionista.

No entanto, Luciana não foi registrada como trabalhadora formal em nenhum momento durante todo o período em que permaneceu empregada. Antes de se casar, afirmou que não era comum o registro na carteira das trabalhadoras domésticas. Após ficar viúva, trabalhou na informalidade para não correr o risco de perder o auxílio financeiro que recebe.

Depois que Luciana compartilhou seu relato de assédio, Estela disse que também foi assediada, revelando que o caso ocorreu há cerca de nove anos, em uma casa onde era diarista. Porém, não quis falar mais sobre o caso. Luciana, então, disse: “sempre é né, não tem jeito, acontece com todo mundo”.

De fato, dados do Fórum Brasileiro de Segurança Pública sobre o assédio sexual contra mulheres demonstram que, apenas em 2022, 30 milhões de mulheres sofreram algum tipo de assédio no Brasil, o que equivale a uma mulher assediada a cada segundo. No mesmo estudo, foi revelado que 11,9 milhões de mulheres foram alvo de assédio no ambiente profissional, o que equivale a um caso por hora (Bueno et al., 2023). Especificamente em relação às trabalhadoras domésticas, um estudo realizado em 2009 em Porto Alegre indicou que 26% delas relataram ter sofrido assédio sexual nos últimos 12 meses da data da pesquisa (Corossacz, 2020).

Os dados demonstram que as situações de assédio contra mulheres são frequentes, mas difíceis de quantificar, uma vez que muitas delas são subnotificadas. No caso das mulheres que participaram desta pesquisa, por exemplo, nenhuma delas denunciou qualquer caso de abuso, assédio ou violência sexual que tenha sofrido, seja no trabalho ou na vida pessoal.

Embora tenhamos discutido as experiências laborais das trabalhadoras, em uma das rodas de conversa também surgiram relatos de violência sexual e abuso sofridos por elas fora do ambiente de trabalho. Possivelmente, devido ao ambiente confortável e à presença de pessoas confiáveis, as trabalhadoras se sentiram seguras para compartilhar suas histórias, e ficou claro o quanto tais formas de violência contra a mulher são comuns.

Durante a primeira roda de conversa em Cambé, Cristina afirmou que também sofreu assédio por parte do filho de uma empregadora, um jovem, em uma casa onde trabalhou por 18 anos. No entanto, ela não quis dar mais detalhes sobre essa experiência, pois:

vai ter muita dor aí, foi muito doído e eu quero pular essa casa, tudo bem? eu tenho amizade com a filha da empregadora, porque ela não tem culpa do que fizeram comigo. Ela é um ser especial, a gente se dava muito bem. O filho da empregadora era jovem, e jovem assedia todo mundo, mas eu não quero falar sobre isso (Cristina).

Enquanto nas demais casas a relação de Cristina com os filhos dos patrões era positiva, sendo reconhecida e aprovada por eles, na casa da ex-patroa a situação foi bem diferente, especialmente em relação ao filho. Por outro lado, a relação com a filha da mesma empregadora permaneceu positiva e se mantém até os dias atuais, mesmo anos após sua saída.

Nesse caso específico, o afeto construído entre Cristina e a filha da empregadora se expandiu de maneira complexa e, por vezes, contraditória. Cristina era convidada a frequentar a piscina da casa, mas seu banheiro era do lado de fora. A filha da patroa frequentava sua casa em horários fora de expediente e convivia com seus familiares, enquanto Cristina não tinha a mesma liberdade e não recebeu qualquer compensação quando foi demitida, após 18 anos de trabalho. Assim, as relações de afeto entre as duas se expandiram para o espaço físico da casa da trabalhadora e outros locais, mas sempre fora da casa da patroa.

Luciana, enquanto isso, afirmou que sua atual empregadora nunca reclamou do trabalho dela: “A [nome da empregadora] nunca reclamou de mim, graças a Deus, agora, o pai dela, já.” Então, Estela perguntou sobre o que ele reclamava, e Luciana respondeu reproduzindo a fala dele: “Luciana a [nome da cachorra da família] fez cocô aqui você não vai catar?” Ao que Luciana diz:

Tá te incomodando? Quer que eu pegue a sacolinha pro Senhor?’ Eu não vou lá catar, se eu não catei é porque não vou agora, ele quer que eu pare meu serviço pra ir lá catar o que tá incomodando ele. [...] Se os patrão não cata, eu vou catar a hora que eu quiser [...] Um dia eu cheguei pra [nome da empregadora] e falei ‘ó você avisa pro seu pai parar de chegar da casa dele, sair do conforto da casa dele, vir aqui na sua casa falar pra eu catar o coco da cachorra, porque senão a gente vai se embaçar (Luciana).

Também complementou:

mas agora ele tentou me agarrar, o senhor [...] lembrei agora porque estou contando dele. Mas sabe o que ele fez pra mim? ele falou assim: ‘Você quer tomar um chope comigo?’ Na primeira eu falei que não, ele virou as costas e eu falei pra [nome da empregadora]. Passou um mês esse senhor não veio me cantar de novo? Aí eu disse que não. Mas ele queria me agarrar também [...] faz 1 ano e meio que ele tá viúvo (Luciana).

Mesmo após os casos de assédio, Luciana não pensa em pedir demissão, principalmente pela relação afetiva que desenvolveu com a criança que cuida e pela permissão da patroa para passar a semana com a mãe. Para ela, esses fatores são positivos e, possivelmente, o medo de não conseguir um emprego com as mesmas permissões a faz continuar no trabalho, temendo ficar desempregada.

Percebe-se que os casos de assédio sofridos pelas mulheres participantes da pesquisa envolveram patrões, seus filhos ou outros familiares próximos. A noção de que a trabalhadora doméstica deve ser submissa às vontades dos homens da casa ainda persiste na mentalidade de alguns deles, transformando o ambiente de trabalho em um espaço aversivo e construído por sentimentos negativos, à medida que as trabalhadoras veem seu trabalho e renda ameaçados pelas investidas desses indivíduos. Exigir respeito e dignidade no trabalho muitas vezes implica também o risco de perder o emprego nesse contexto.

Os casos de assédio no trabalho doméstico aconteceram, portanto, com três entrevistadas de diferentes idades e em épocas distintas. Nenhuma delas denunciou o ocorrido ou informou suas empregadoras. Uma delas, inclusive, precisou abandonar o emprego por medo de novas tentativas de assédio ou receio de que sua permanência pudesse implicar na continuidade desses atos abusivos.

Diniz (2017) remonta às origens do trabalho doméstico no Brasil e aponta que, apesar de todo o processo de formalização da profissão, a lógica da senzala se reproduz, tentando naturalizar a submissão nas relações construídas em torno do trabalho doméstico.

Casos que pareciam estar superados na história, ainda permanecem atuais no Brasil. Neste sentido, é evidente a permanência da colonialidade do poder, em que as estruturas coloniais permanecem mesmo como o fim da colonização administrativa. Tanto nas regiões de menor densidade populacional e afastadas dos principais centros urbanos quanto nas metrópoles, essas trabalhadoras permanecem igualmente vítimas de formas de exploração que normalizam resquícios escravistas (Diniz, 2017). Neste contexto, as mulheres

[...] são assediadas sexualmente a partir de uma compreensão de que esse servilismo deve se estender a outras dimensões, ou seja, sempre existiu a tentativa, por parte dos homens, de construir uma intrínseca relação entre “cama e mesa” quando se tratou de emprego doméstico (Diniz, 2017, p.10).

Lélia Gonzalez analisa o contexto vivenciado pelas mulheres negras brasileiras nos anos 1970, e seu discurso continua relevante ao afirmar:

Ser negra e mulher no Brasil, repetimos, é ser objeto de tripla discriminação, uma vez que os estereótipos gerados pelo racismo e sexismo a colocam no mais baixo nível de opressão [...] ela se volta para prestação do serviço doméstico junto às famílias de classe média e alta da formação brasileira. Enquanto empregada doméstica, ela sofre um processo de reforço quanto à internacionalização da diferença, da subordinação e da “inferioridade” que lhes seriam peculiares. E tudo isso acrescido pelo problema da dupla jornada que ela, mais que ninguém, tem de enfrentar. Antes de ir para o trabalho, tem que buscar água na bica comum da favela, preparar o mínimo de alimentação para os familiares, lavar, passar e distribuir tarefas, encarregam-se da casa e do cuidado dos irmãos mais novos. Após “adiantar” os serviços caseiros, dirige-se à casa da patroa, onde permanece durante todo o dia. (Gonzalez, 2018, p. 44-45)

A pesquisa realizada por Corossacz entre 2013 e 2017 nas cidades do Rio de Janeiro, Nova Iguaçu, São Paulo, Campinas e Natal, a partir de entrevistas com sindicalistas e trabalhadoras domésticas, evidenciou que sentimentos como vergonha e medo são difundidos entre as trabalhadoras assediadas, tornando-se um obstáculo que as impede de denunciar o agressor ou relatar o assédio (Corossacz, 2020).

Corossacz (2020) afirma que, durante as entrevistas com sindicalistas, houve relatos em que eles identificavam assédios em conversas com as domésticas; no entanto, as trabalhadoras não conseguiam nomear as violências sofridas. Assim, há a dificuldade de nomear o assédio e, ainda, em serem levadas a sério, pois as empregadoras tendem a desacreditar as domésticas. Para a pesquisadora, o silêncio de muitas trabalhadoras domésticas sobre o tema do assédio sexual deve ser atribuído aos obstáculos que enfrentam ao tentar nomear essas violências, e não deve ser avaliado como um indicador de sua ausência.

3.1.3. A Casa Como Espaço De Injustiças e Os Sonhos de uma Vida

Perguntei às entrevistadas qual modelo de trabalho preferem no contexto atual. Cristina e Estela disseram que preferem ser diaristas, enquanto Luciana não gostaria de ser diarista, considerando o trabalho “muito cansativo”. Rosa e Helena, até o momento, só trabalharam como mensalistas.

Sobre cuidar de outras crianças tendo filhos pequenos, Rosa foi mãe no final dos anos 1980. Ela deixava a filha com os avós, voltava para casa no horário do almoço e depois seguia novamente ao trabalho, repetindo essa rotina por quatro meses. A avó cuidou da neta até completar nove anos. Cristina também foi mãe solo no início da década de 1990 e deixava a filha com as irmãs desde os três meses de idade, quando precisou voltar a trabalhar por pressão da família, já que não era trabalhadora formal e havia passado estes três meses sem qualquer auxílio financeiro.

Helena, por sua vez, foi mãe solo sem qualquer rede de apoio. Ela saiu da casa dos patrões, onde morava, e passou a viver em um abrigo para mães solo, mas voltou a morar com o pai pouco tempo depois para cuidar dele.

Eu criei ele sozinho. Trabalhava o dia inteiro e buscava ele na creche, daí ficava com o menino. De manhã eu saía até debaixo de chuva e fazia a mesma coisa. [...] Aí quando engravidei do outro eu fui ganhar ele lá em Maringá pra minha irmã cuidar de mim lá porque não tinha apoio de ninguém. As pessoas só pensavam no serviço da gente. Entendeu? Meu Deus. Uma coisa difícil é essa (Helena).

Neste momento da roda de conversa, Cristina, amiga de Helena, comentou: “ela criou os dois filhos dela e ajudou a cuidar os dois da [nome da empregadora]. Ela lavava, passava, cozinhava e cuidava das crianças. E a casa é enorme”.

A sobrecarga de trabalho é um tema constante nos discursos, especialmente quando há crianças na casa, sendo mais recorrente entre as participantes mais velhas. Além disso, há outros abusos relacionados ao excesso de trabalho e à desconsideração dos empregadores em pagar as horas extras.

Rosa comentou sobre a casa em que trabalhou por 14 anos. Quando os empregadores viajavam, ela pernoitava na casa deles, levava a filha e a irmã, mas não recebia qualquer adicional por isso. Estela também levava a filha para as casas em que era diarista e não recebia a mais.

Na época, Rosa queria deixar de ser trabalhadora doméstica e estudar o básico, pois não era alfabetizada. Então, ela se matriculou em um supletivo no colégio próximo à sua casa e finalizou o equivalente ao antigo primário. Assim, foi pessoalmente se cadastrar em uma agência de empregos e conseguiu o primeiro emprego de zeladora em uma empresa.

Quando perguntei por que ela decidiu deixar de ser trabalhadora doméstica, primeiramente ela respondeu: “eu queria deixar de ser empregada porque eu sentia assim que eu não era da família e eles me tratavam como se eu fosse da família. A

[nome da empregadora] não queria que eu saísse de lá de hipótese nenhuma”. Quando perguntei novamente, a resposta foi:

Eu queria sair porque eu tava cansada também de ser doméstica, de ter aquela vida toda em cima das minhas costas, a casa e tudo era responsabilidade minha. Eles viajavam muito, ficava só eu na casa com as crianças (Rosa).

Rosa não voltou a ser trabalhadora doméstica após terminar o primário. Durante todo o tempo em que trabalhou, só passou a ser trabalhadora formal nos anos 1990, quando se tornou zeladora e, depois, artesã em uma escola municipal. Na época da entrevista, estava aposentada e era cuidadora da mãe e dos netos. Durante todo o período em que foi trabalhadora doméstica, nunca foi formalizada.

Devido à situação de pobreza, à necessidade de auxiliar os pais no campo e ao desconhecimento da importância do estudo por parte deles, duas das três irmãs entrevistadas se alfabetizaram na idade adulta, enquanto Luciana se alfabetizou na adolescência, quando a família já morava na cidade. Sobre o assunto, Rosa reiterou: “nós entrou na escola, mas o pai andava que nem cigano. O pai não parava em nenhum lugar. Dali a pouco nós não tava mais ali e já perdia tudo”.

Em pesquisa realizada por Costa, Souza e Kirst (2015) com nove pessoas a respeito do trabalho infantil, incluindo o trabalho rural, os autores concluíram que esse tipo de trabalho causa danos significativos ao desenvolvimento das crianças, afetando sua saúde física e mental. Os pesquisadores apontam que essas crianças enfrentam maiores riscos de acidentes e doenças, além de sofrerem com atrasos escolares e a dificuldades em completar a educação básica. O trabalho infantil também impacta negativamente a autoestima e o bem-estar emocional das crianças, perpetuando ciclos de pobreza e marginalização social, o que compromete suas oportunidades futuras.

As principais implicações observadas incluem uma carga física e psíquica excessiva, envelhecimento precoce, atrasos no desenvolvimento, riscos de acidentes de trabalho, deformidades físicas, abandono escolar e baixa qualificação profissional. As consequências do trabalho infantil podem surgir imediatamente ou a longo prazo, dependendo da natureza da atividade desempenhada pela criança (Costa; Souza; Kirst, 2015).

O caso de Helena se insere nesse contexto e se assemelha às demais. Nascida na área rural, a participante apenas tentou iniciar os estudos na idade adulta.

Eu morava no sítio, depois eu vim do sítio pra trabalhar aqui na cidade. Só com a mãe dessa minha patroa que eu trabalho agora eu trabalhei vinte anos sem registro, sem nada, sabe. Mas eu era a mesma coisa que era da casa, né? Morava, dormia junto. Ah, (comecei a trabalhar com) uns nove, dez anos. Mais ou menos por aí também, porque eu trabalhei muito tempo na roça, nossa senhora. Já era adulta quando vim pra cidade (Helena).

Posteriormente, já na cidade, Helena relatou que entrou na escola, mas não conseguiu acompanhar e aprender, sabendo apenas escrever seu nome.

Aí entrei na escola. Eu não aprendi, porque não aprendi mesmo. Fiquei burra mesmo. Só sei assinar meu nome, mais nada. E eu não gosto que os outros fica falando pra mim fazer as coisas. E quando mandava escrever aquelas coisa naquele quadro lá, eu pegava uma birra daquilo. Aí a diretora... nossa, ela ficava brava. E eu não aprendi nada (Helena).

As três irmãs participantes, além de Helena e Laura, que são analfabetas, apresentam características apontadas pela pesquisa de Costa, Souza e Kirst (2015), pois tiveram dificuldades de se adaptar e não finalizaram o ensino básico. Dentre elas, apenas Luciana frequentou a escola na infância. Ela começou a frequentar o 1º ano da escola com 10 anos e estava no 5º ano aos 15 anos. No entanto, desistiu de estudar devido a diferença de idade entre ela e os demais alunos, pois eles:

Riam da minha cara, você acha que eu ia estudar depois? Aí eu queria estudar depois que eu casei, e o [nome do marido] disse não, você tinha que estudar quando era solteira, agora não precisa mais não, aí eu não estudei [...] E eu lembro de uma gincana que era em caracol. Naquele dia ganhava brindes, né? Todo mundo correndo e eu correndo. Só que quando acabou a gincana eu estava correndo ao contrário. Das histórias que eu conto pros meus filhos, o meu filho fala que o mais triste é ouvir isso daí. Aí eu lembro que eu trabalhei em parreiral de uva. Eu lembro que eu quebrei milho, eu lembro que eu colhi café, eu lembro porque eu trabalhava, eu estudava de manhã e trabalhava à tarde com a minha irmã (Luciana).

Além do trabalho no campo durante a infância, a dificuldade em acompanhar os demais alunos na escola e o *bullying* impediram que Luciana continuasse frequentando a escola. Nestas condições, nota-se a intersecção entre gênero, idade e classe, pois, como uma mulher pobre nascida no campo na década de 1960, Luciana foi impossibilitada de estudar, assim como suas irmãs, além de Helena e Laura. Posteriormente, enquanto esteve casada e antes do falecimento do marido, havia a necessidade de validação de suas próprias vontades por parte dele, que não autorizou.

Além disso, percebe-se que seus sonhos pessoais - e de suas irmãs - envolvem

a realização dos desejos e conquistas dos filhos e da família, deixando de lado suas próprias vontades. Neste sentido, todas as participantes da pesquisa são mães. No caso das participantes de Cambé/PR todas têm baixa escolaridade e, possivelmente, isso contribui para que tenham sonhos e perspectivas parecidos sobre o futuro. Quando conversamos sobre isso, as respostas foram:

Eu sonho em ver meu filho formado e exercendo a função (Luciana).

No meu caso, o meu sonho, pra realizar mesmo, é o (nome do filho) se formar na faculdade, ele ter um futuro melhor que o meu, eu não quero para ele o que eu passei, né, com dificuldades. Eu falo pra ele, né: filho, a mãe passou por dificuldades e você eu quero ver formado na faculdade. Isso que eu quero pro futuro. Minha filha ficar bem também, as crianças crescer e ver o amor que eu tenho por eles. Mas meu sonho é ficar bem, ficar velha amando eles e eles me respeitando e é isso que quero para minha família (Rosa).

Vou trabalhar enquanto eu aguentar e cuidar das coisas da minha filha. Porque já vi ela formada e agora eu quero cuidar dela (Cristina).

Já Helena, a mais velha entre as participantes, respondeu:

Meu sonho é ficar rica, mas ninguém fica. É o mais importante. A vida inteira a gente já viveu pobre (Helena).

Durante a roda de conversa, a resposta de Helena foi inesperada. A participante foi a única que apresentou uma perspectiva diferente das demais, momento em que, finalmente, poderia pensar apenas em si, ao passo que Rosa e Luciana ainda vivem com os filhos, convivem com os netos e os ajudam a se manter.

Neste sentido, múltiplos estudos foram desenvolvidos na Geografia e em outras ciências a respeito do papel feminino nas famílias brasileiras, incluindo as desigualdades no uso e valor do tempo em comparação aos homens. Esses consideram que as mulheres sofrem com dupla exploração. Além da exploração da mais-valia nos espaços de trabalho, há a exploração da reprodução da força de trabalho, em que o trabalho de cuidado e criação dos filhos, não é remunerado e quase exclusivamente realizado por elas, resulta na reposição de força de trabalho destinada ao mercado.

A execução de tarefas no âmbito familiar é vista pelos homens como trabalho feminino apropriado, não-remunerado, obrigação “natural” feminina, “ato de amor” para com o esposo e os filhos, sendo pouco valorizado na sociedade de mercado (Silva, 2009, p. 34)

Como as participantes da pesquisa são mulheres acima dos 47 anos, há a possibilidade de que possuam ideias e expectativas sociais de gênero cristalizadas sobre o papel do cuidado e da organização da família como sendo responsabilidade unicamente delas ou das filhas mais velhas, diferentemente do que tem sido visto na mentalidade de gerações mais novas, que buscam a divisão mais igualitária das tarefas. Assim, estas mulheres muitas vezes anulam seus sonhos e desejos pessoais em benefício dos desejos e anseios dos filhos e da família.

Hirata (2015) discute como a carga desproporcional de trabalho doméstico sobre as mulheres não apenas gera estresse e esgotamento, mas também reforça a dependência econômica e emocional dentro das relações familiares. Essa desigualdade é naturalizada e reproduzida através de normas sociais e culturais, criando um ciclo de vulnerabilidade que afeta negativamente o bem-estar das mulheres.

Tais padrões se mantêm mesmo entre casais em que ambos os parceiros trabalham fora de casa, pois a internalização dessas responsabilidades pelas mulheres está profundamente enraizada nas expectativas sociais de gênero, que oscilam em torno da ideia de que o trabalho doméstico e de cuidado é intrinsecamente feminino (Hirata, 2015).

As diferenças entre as gerações também abrangem a escolaridade, quando perguntei, no segundo em encontro em Cambé/PR, sobre a opinião das participantes a respeito da quebra de ciclo - em que os filhos delas não exercem a mesma profissão -, as respostas foram vinculadas à diferença de mentalidade dos pais e às mudanças socioeconômicas que têm ocorrido desde a época em que elas eram crianças.

Porque hoje em dia os pais têm condições de dar uma vida melhor pros filhos, têm pais que pode acompanhar, como a minha irmã Rosa já acompanha o (nome do filho da Rosa), a Luciana tá acompanhando o filho dela pra fazer faculdade. Então ao meu ver, os pais já estão conseguindo pagar o estudo dos filhos até os filhos não arrumar o próprio emprego e se virar (Cristina).

Porque o estudo muda e faz uma diferença gigantesca, né? Tendo estudo, cê jamais vai trabalhar de doméstica. De forma alguma. Eu não sei o que a (nome da criança cuidada por ela no trabalho) de cinco anos falou pra mim que eu eu olhei pra cara dela e falei assim: você acha que se a tia Luciana tivesse estudo, a tia Luciana estava aqui? Tia Luciana não tava aqui não, estava em outros lugares, em outro departamento. Ela deu risada. Eu não me lembro o que que ela falou. Porque eu e ela a gente conversa bastante (Luciana).

Eu acho que o pessoal de hoje, as crianças conseguem estudar. E o Brasil também teve uma melhora a mais, né. O (nome do filho) eu falei

pra ele, ou você vai estudar ou você vai trabalhar. Aí ele estudou, fez dois anos de curso que eu paguei pra ele. Trabalhei à noite pra pagar o curso durante dois anos. Resumindo, esse curso foi um achado porque pro currículo dele é excelente esse curso que eu paguei pra ele. Ele vai chegar onde ele está indo, através desse curso. Ele fala inglês, já aprendeu um monte de coisa (Rosa).

Entre as participantes, Helena também possui a mesma perspectiva apesar de os filhos terem abandonado a escola:

Os meus não fez (faculdade), eu até queria, mas ninguém quis. Mas até os onze anos que eu ficava em cima pra estudar. A hora que pegou uma idade parou e abandonou, eu saía pra trabalhar, o outro estudava de noite. Um dia eu falei assim, vou resolver e ir ali no colégio ver se ele está indo bem. Cheguei lá fiquei com uma cara desse tamanho, fazia dois mês que tinha abandonado a escola, dois mês que ele não ia e saía todo dia de casa com uma bolsa ainda. [...] Eu criei sozinha entendeu, eu pus eles pra trabalhar com treze anos pra não ficar na rua.

É perceptível a compreensão das participantes sobre a importância da educação e, no caso de Helena, mãe solo, do trabalho como uma ferramenta de disciplina e senso de responsabilidade. Também veem esta como uma possibilidade de mudança e rompimento do ciclo do emprego doméstico, em que as filhas das trabalhadoras domésticas seguiriam a mesma profissão das mães e assim por diante. Helena apresenta vivências diferentes das demais nestes e em outros contextos. A trabalhadora é uma mulher negra, mãe solo - assim como Cristina, Rosa e Ana -, mas não pode contar com o apoio familiar nos cuidados com os filhos, muito menos dos empregadores, já que morava na casa deles. Ela já havia comentado sobre a questão: “As pessoas só pensavam no serviço da gente. Entendeu?”.

A idade também é relevante neste ponto, pois no fim do século XX, sobretudo antes dos anos 1990, mulheres que eram “mães solteiras” sofriam com o estigma decorrente de normas patriarcais e morais que as subordinavam a papéis limitados, reforçando a ideia de que a maternidade deveria estar dentro de uma estrutura convencional de família.

Em outras sociedades, como no caso dos iorubás na Nigéria, Oyèrónké Oyèwùmí (2020) pontua que a maternidade não era rigidamente vinculada a uma estrutura conjugal nuclear, como muitas vezes é no Ocidente. Em vez disso, o cuidado infantil era uma responsabilidade comunitária, distribuída entre diferentes membros da família extensa e da comunidade. Essa abordagem coletiva desafiava a noção de que a mãe precisa assumir sozinha todas as responsabilidades associadas à criação

dos filhos.

No entanto, a forte influência da moralidade patriarcal e cristã no Brasil contribuiu para endossar o estigma contra mulheres que tinham filhos fora do casamento. Essas mães eram vistas como promíscuas ou irresponsáveis, uma visão que se estendia ao seu caráter, resultando em discriminação e exclusão social.

Ainda sobre o etarismo, em pesquisa realizada em 2021, Valeriano e Tosta observaram um envelhecimento no grupo de trabalhadoras domésticas brasileiras, enquanto as mais jovens pareciam buscar outras oportunidades no mercado de trabalho. A análise também abordou as condições de trabalho, como a jornada de trabalho exaustiva que tem diminuído, refletindo um cenário de melhoria, embora ainda insuficiente, nas condições de trabalho e direitos dessas trabalhadoras.

De acordo com as autoras, o emprego doméstico tem se tornado menos atraente para as jovens que possuem habilidades sociais e capital escolar, uma vez que elas podem buscar posições mais valorizadas em um mercado de trabalho que se diversificou nas últimas décadas. Esse fenômeno explica a redução da presença de mulheres jovens (18 a 24 anos) no serviço doméstico, resultando no envelhecimento do grupo ocupacional. Há, então, uma abertura para que trabalhadoras mais velhas ocupem esses postos, mudando a prática comum de recrutar adolescentes para o trabalho doméstico, o que anteriormente era visto como uma oportunidade de melhoria de vida e escolarização (Valeriano; Tosta, 2021).

O envelhecimento das trabalhadoras domésticas também se reflete nas idades das participantes da pesquisa, as quais, como já explicitado, estão acima de 47 anos. Sendo mais fácil encontrar trabalhadoras em faixas etárias superiores a esta.

As questões relativas à idade e escolaridade também surgiram em análise da roda de conversa com Ana e Laura, quando as convidei para falar sobre suas experiências positivas e negativas sobre o trabalho doméstico e qual a relação delas com o espaço de trabalho. A primeira a falar foi Ana, disse que gostava do trabalho em que estava, na casa de um médico, onde era mensalista havia quatro anos, mas não sabia quando voltaria devido ao tratamento contra o câncer, que a fragilizou. Perguntei em quantas casas ela já havia trabalhado, e a resposta me surpreendeu:

Umás quatro casas, sempre mensalista [...] eu trabalhava com o médico anestesista aí ele ia mudar pra um apartamento e queria uma diarista, e meu salário ia diminuir né, aí ele me arrumou pra esse médico de vista. Aí assim, com o médico anestesista ia fazer oito anos, e agora com este ia fazer quatro. Mas não sei se vou voltar, como vai

ser, né (Ana).

Diferentemente de Laura e das demais participantes que possuem baixa escolaridade e idade mais avançada, Ana é mais nova e possui o ensino médio completo. Ela trabalhou em poucas casas por muitos anos e, antes de passar pelo tratamento contra o câncer, sempre havia sido mensalista e cumprido a maior parte do tempo de serviço como trabalhadora formal. Segundo ela, tem “pelo menos vinte anos de registro na carteira”. Depois de desenvolver a doença fez quatro “diárias” apenas, cobrando 150 reais por dia, e mesmo quando conseguir se aposentar quer continuar trabalhando pelo menos duas vezes na semana, pois por conta da doença perdeu a força para trabalhar.

Laura comentou que trabalhou em cinco ou seis casas ao longo da vida de forma espaçada. Diferentemente de Ana, ela foi formalizada apenas uma vez e parou de trabalhar por longos períodos em meio aos casamentos que teve.

Sobre dois destes trabalhos ela afirmou:

pra falar a verdade teve uma só que eu trabalhei que eu não esqueço até hoje, que ela era muito boa e depois mudou, foi embora daqui de Mato Grosso. Aí trabalhei mais um pouco, e teve uma que eu não gostei, ela não sabia conversar com a gente. [...] vinha gritar e falar com a gente que o serviço tá mal feito, mesmo assim fiquei um tempo (Laura).

Depois destas experiências, durante o segundo casamento, o marido de Laura trabalhava para o ex-marido da sua principal empregadora na área rural de Chapada. Assim, ambas se conheceram e Laura passou a trabalhar como diarista para esta e, também, para sua irmã, que segundo ela, “são uma bênção de Deus”. Atualmente, ela conta com dois dias fixos de faxina na semana, apenas, o primeiro, no escritório em que a empregadora trabalha e, o segundo, na casa da mesma.

Sobre os demais trabalhos, a participante só trabalhou formalizada em um único emprego, por poucos meses, onde saiu por problemas de saúde. Depois, não contribuiu com a previdência social em nenhum momento, o que deve prejudicá-la a se aposentar. Na época de seu único trabalho formalizada, Laura estava em seu segundo casamento. Com o marido ela se mudou novamente para a Chapada dos Guimarães, e depois nunca mais conseguiu empregos fixos mensais, apenas a diária que faz atualmente uma vez na semana. Já com o primeiro marido, que é pai de seus filhos, viveu por dez anos morando em Cuiabá.

Laura e Ana se conhecem porque possuem familiares em comum, os quais

moram na mesma região que elas. Como já exposto, a família de Laura foi uma das primeiras a ocupar a área em que ela vive hoje.

Aqui morava uma tia minha, já tinha grilado um lote para ela ali, aí nós chegamos e eles falaram pra gente grilar um lote aqui pra gente também. Aí nós viemos, meu pai primeiro fez uma casa de sapê, aquelas casas redondas, não tem? [...] não tinha como tampar, aí nós colocava uns pedaços de pau, pedaço de papelão, aí fez a casa. Aí quando foi um dia tudo pegou fogo. Não teve como pegar nada. [...] Então meu pai teve ajuda de onde ele trabalhava e construiu outra casa, e é aqui que eu to até hoje, ele deixou pra mim e agora é meu. [...] (Laura).

Quando perguntei sobre o local, ela respondeu:

Aí depois foi chegando mais gente. [...] era só mato, não tinha asfalto, não tinha nada! nós ia lavar roupa no córrego e tarado corria atrás de nós, era só mato. Ou tinha que ir com um monte de cachorro e de mulher ou tinha que ir com homem, eu ainda era criança [...] eu ia até chorando com medo. A gente morava do lado de lá e aí a gente veio pro lado de cá e não tinha ninguém, era só mato mesmo, daí que foi chegando gente. [...] Os de lá levaram tudo pro Planalto, a gente ficou até com medo deles vir tirar a gente daqui também. Mas agora não vem mais porque a gente tem a escritura (Laura).

Laura teve o primeiro filho com seu primeiro marido aos 17 anos, já Ana teve o primeiro filho com 29 anos e a segunda com 30. Segundo ela, sempre sustentou a casa, sempre foi sozinha ou morou com familiares, pois perdeu a mãe aos sete anos, por Doença de Chagas e foi “criada” pela irmã mais velha.

Anos depois, disse que “morava em um grilo com um dos recém-nascidos” e o pai da mesma a chamou para morar com ele, no mesmo local onde ela vive agora. Hoje, após o pai falecer, Ana mora apenas com os dois filhos.

Sobre a casa em que trabalhava antes, onde ficou por oito anos, Ana disse que não gostava muito, mas permaneceu ao longo deste período porque precisava trabalhar.

Ela era bem ruim, ela comprava pão e escondia de mim, se eu achasse eu comia mesmo. Aí que eu comia de pirraça. Ela comprava aquelas castanhas, não tem? E escondia! Se eu achar eu como mesmo. [...] não pedia pra eu usar roupa (uniforme). Tem pessoa que trabalha lá que usa, eu não. Ainda coloca aquele trem na cabeça (Ana).

Silva (2018) lembra que os “presentes” recebidos acabam evidenciando a desigualdade de classes existente entre as duas mulheres e denotam uma forma de amenizar a tensão de classe percebida e vivenciada no cotidiano. Dissimulado como

discurso de amizade ou tratamento familiar, o relacionamento trabalhista entre trabalhadoras domésticas e empregadoras está sujeito aos mais diversos controles, nos quais a proximidade pode resultar em forma de dominação, exigindo maior disponibilidade, sujeição e lealdade por parte das trabalhadoras.

Em pesquisa realizada em 2022, Monticelli aborda as relações entre “empregadas” e patroas abrangendo desde a questão das castanhas comentada por Ana, até as doações feitas pelas empregadoras às trabalhadoras domésticas, como alimentos e roupas. As doações são descritas como práticas que mantêm boa relações, mas também reforçam hierarquias sociais. Após a PEC das Domésticas⁶, essas doações passaram a ser vistas como desnecessárias por algumas empregadoras, uma vez que os direitos trabalhistas já estavam garantidos.

O caso de um casaco de pele exemplificado pela autora, em que há a doação do agasalho pela empregadora para a doméstica, carrega conotações de poder, atitude de superioridade e paternalismo, onde a doação é feita não apenas por generosidade, mas também para reafirmar o *status* social. Além disso, sob a ótica das patroas entrevistadas pela autora, os episódios de furtos, como pegar alimentos ou pequenos objetos sem permissão, aumentam a desconfiança e reforçam a necessidade de vigilância, gerando tensões na relação entre as empregadoras e as trabalhadoras.

A forma de pensar a casa, sua organização, os cuidados, os afetos, as intimidades em uma complexa rede de relações de poder e subjetividades, que encaram frustrações, desejos não cumpridos, expectativas fracassadas, a ideia de uma casa mal arrumada, comida mal feita, uma limpeza feita por cima, ‘roubam’, ‘mentem’, ‘atrasam’, ‘faltam’, ‘quebram’, ‘comem’. Esses desgastes são tão ‘pesados’ para as patroas entrevistadas que [...] a canseira emocional da patroa pode levar, no limite, ao descumprimento da legislação trabalhista, ou, esses direitos são percebidos como desproporcionais – pagam caro por um péssimo trabalho, por uma trabalhadora que abusa dessa relação e não sabe demonstrar verdadeiramente os afetos e a gratidão (Monticelli, 2022, p. 219).

Conversando sobre os demais trabalhos, as participantes contaram sobre

⁶ A PEC das Domésticas nº 72/2013, em vigor desde abril de 2013, assegurou aos trabalhadores domésticos direitos previamente garantidos aos demais trabalhadores com carteira assinada, como o direito ao salário mínimo, férias, 13º salário, jornada de trabalho limitada a 8 horas diárias e 44 horas semanais, descanso semanal remunerado, além da regulamentação das horas extras. Essa emenda foi um marco na luta pela igualdade de direitos entre os trabalhadores domésticos e os demais trabalhadores, embora a implementação de algumas de suas medidas tenha sido gradual e ainda enfrente desafios. Disponível em: <https://www25.senado.leg.br/web/atividade/materias/-/materia/109761> Acesso: 10 out. 2024.

outras atitudes abusivas das empregadoras ou empregadores que geraram revolta. Estela contou sobre marcas no joelho decorrentes de um trabalho que teve como diarista no centro de Cambé há 27 anos:

Cheguei lá 7h da manhã, só parei meio-dia, a casa tinha uns cinco banheiros, eram gigantes aquelas casas do centro, e era carpete, lembra do carpete? Ela me fez esfregar de escovinha, ajoelhada. Só me deu almoço não me deu café da tarde, aí eu vi escurecer e falei nossa, será que vai chover? Era 15 pras 7h da noite!! e ela queria que eu passasse a roupa!! Aí veio com duas maçãs pra me dar e eu só tinha almoçado. Meu joelho fez bolha. Fiquei o dia todo de joelho esfregando a casa todinha. Aí eu estava com aquela fome que tava doendo a barriga. Eu taquei as maçãs no pé dela e pedi minha diária porque ali não voltava mais. Voltei chorando até em casa. Vim de bicicleta, eu nem enxergava. Aí cheguei em casa e chorei mais 40 minutos. Eu não conseguia falar da humilhação [...] Eu era cuidadora de um idoso, e ele morreu, então tive que sair e ser diarista, só que na segunda vez ela fez isso e eu não voltei mais (Estela).

Estela só foi formalizada quando trabalhou em restaurantes e empresas de prestação de serviços, e de todas as casas em que trabalhou, só foi registrada em duas. A primeira, em uma casa onde foi despedida por ter se enfurecido com a prima do menino que cuidava e ter “puxado o cabelo dela”. E a segunda, na casa que trabalha, atualmente, por duas vezes na semana.

A participante ainda contou de um caso em que “se sentiu enganada”, pois saiu de seu emprego formal em um restaurante para ser trabalhadora doméstica. Mas, quando chegou na casa em que iria trabalhar, além de faxinar também deveria cuidar de crianças, cozinhar e limpar a bolsa de colostomia do empregador. Neste emprego, ela ficou dois meses, porque “não aguentou”.

A entrevistada nunca entrou com qualquer processo judicial contra os empregadores quando algo não seguia conforme as leis trabalhistas. Ao perguntar se as participantes tinham medo de processá-los, Estela respondeu: “não tenho nem tempo pra brigar com esse povo”, Cristina acrescentou: “é muita dor de cabeça isso, não é?” E Luciana completou: “eu nunca pensei nisso aí”. Por fim, Rosa afirmou: “porque me tratavam bem, eu era como da casa”.

Ser “como da casa” não significa que Rosa não tenha passado por situações abusivas em relação à carga horária e ao acúmulo de funções. A própria participante afirmou:

E outra coisa que eu não gostava é que eu tinha hora pra entrar e não

tinha hora pra sair. A (nome da empregadora) chegava, e o que ela fazia? ela tomava um banho, almoçava, se maquiava e me chamava 'vem escolher qual roupa que eu vou pôr'. Ela colocava um monte de roupa em cima da cama. Eu tinha que ficar escolhendo roupa, ela experimentava duas e falava 'qual que você acha melhor?' Isso com um monte de serviço pra fazer (Rosa).

Entrar com um processo judicial poderia ser uma forma positiva de buscar justiça por abusos sofridos, mas as participantes são descrentes e desconfiam de que isso traria algum resultado. Elas sentem que os patrões possuem vantagem nesses casos devido à maior escolaridade e melhores condições financeiras.

Além disso, as participantes desconhecem seus direitos. Durante a roda de conversa, apresentaram dúvidas sobre a obrigatoriedade do pagamento das férias, pois Luciana e Helena afirmaram que, segundo os empregadores, eles "pagam as férias se quiser".

Para Laura, participante de Cuiabá, "hoje em dia a maioria das pessoas não dá mais valor no serviço que a gente faz". Ela explicou que cobra o valor da diária de acordo com o tamanho da casa ou do apartamento e das responsabilidades que são atribuídas a ela.

Ela perguntou quanto eu cobro né, aí eu falei depende [...] vamos supor, chega lá você tem que lavar vasilha, tem vezes que pede até pra fazer café. E assim mesmo, nossa, não dá valor não, ainda vem maltratar a gente. [...] porque é assim, a diarista é uma, a faxineira é outra, agora você chega ela pede pra você lavar roupa, passar roupa. [...] agora vou ficar esperta, porque não é fácil, chega lá quer que você lava, passa, cozinha, limpa, lava tudo, janela, vidro, pra ganhar 150, eu não. [...] tinha uma na avenida [nome] que lavava tudo de novo depois que eu fazia (Laura).

No segundo encontro realizado com as trabalhadoras de Cambé/PR, Cristina logo de início comentou sobre o mesmo problema de Laura: a dificuldade de negociar, com a patroa, os serviços a serem prestados.

A (nome da patroa) é muito folgada, né? Ela quer incluir tudo, sabe? Ela quer incluir tudo na faxina. Você acha que dá pra fazer faxina e dá pra lavar e passar (roupa) no mesmo dia? Pra fazer uma faxina bem feita, você tem que ir lá só pra fazer a faxina, pra passar uma roupa, lavar e passar, cê tem que ir lá só pra lavar e passar (Cristina).

Mesmo discordando das imposições da empregadora, Cristina continua trabalhando para a mesma como diarista, pois, segundo ela, a patroa a registrou na CLT como zeladora em sua loja, algo que a trabalhadora valoriza e teme perder caso peça "demissão" da diária que exerce.

O trabalho doméstico da mulher é historicamente envolto em relações de compadrio e favor, criando uma falsa sensação de pertencimento que perpetua a subordinação. Isso faz com que as trabalhadoras domésticas estejam fisicamente presentes no ambiente de trabalho, mas simbolicamente distantes, sem direitos plenos ou reconhecimento, principalmente em relação às trabalhadoras negras (Manzi; Anjos, 2021).

3.1.4. A Casa Como Lugar De Boas Experiências

Além dos abusos vinculados ao trabalho doméstico, as participantes relataram experiências positivas. Neste momento, Luciana discorreu sobre suas boas experiências de trabalho, dizendo que o melhor local em que trabalhou foi a casa de uma idosa, durante 9 meses, logo quando voltou a trabalhar como trabalhadora doméstica e antes da pandemia. Lá, ela diz que:

Eu me senti gente, porque tinha a lavadeira, que lavava a roupa, passava a roupa e lavava o quintal, o quintal era gigante. Eu só fazia o almoço, fazia o café e ainda tinha uma pessoa que dormia a noite, eu chegava 7h da manhã. Aí eu só cuidava do interno da casa da Dona [nome da empregadora], e do que ela comia (Luciana).

A entrevistada conta com entusiasmo que a filha da empregadora ao dispensá-la do trabalho após a morte da mãe, pagou todo o valor relacionado às férias, 13º salário e demais encargos, mesmo sem tê-la formalizado. Para ela, o trabalho digno de uma trabalhadora doméstica equivale à divisão de tarefas para que não haja sobrecarga de funções e o pagamento justo pelo serviço, o que ocorreu nesta ocasião.

Sobre os melhores trabalhos que teve, Estela comentou sobre uma casa em que trabalhou por seis anos, onde ela gostava de prestar os serviços por ser próxima de sua própria residência. Além deste, Estela foi cuidadora de uma idosa que igualmente morava perto de sua casa. Ela conta que a filha desta mulher a contratou e a chamava até de madrugada para “trocar a idosa quando se sujava”. Nesse momento ela trabalhava apenas como cuidadora, mas tinha que estar disponível o dia todo. Neste caso, Estela acredita que bons trabalhos remetem à proximidade de sua casa e o respeito – ou seja, o mínimo – advindo dos empregadores.

Ana, a única participante mensalista formalizada, comentou sobre a descoberta do câncer e dos procedimentos que passou e sobre o salário na casa que ainda está registrada pela CLT, a qual se localiza em um condomínio fechado de alto padrão em

Cuiabá. Disse que trabalhava em uma “casa grande”, recebia 2.200 reais por mês.

Eu gosto de trabalhar lá ainda, porque ele é um velho bem velhão, acho que tem 68 anos, e a mulher tem 38. E ela era filha de doméstica, me tratava na palma da mão, só que depois que eu fiquei em casa ela nunca me mandou mensagem, só ele. Mas eu gostava muito dela, ela me tratava muito bem. Porque ela era filha de doméstica né, ela sabe o valor da doméstica. Funcionária dele lá recebia 1.500 reais, depois que ele arrumou essa mulher aí aumentou (Ana).

Para Ana, assim como para Estela, apenas o relacionamento respeitoso entre empregadores e as domésticas já confere um caráter positivo ao trabalho nas casas dos patrões. No caso de Ana, ser formalizada, possuir um salário minimamente digno e estar amparada legalmente pela CLT é uma boa experiência.

Para Rosa, as boas experiências ocorreram quando viajava com os patrões para cuidar das crianças, situação em que conheceu a praia, também quando participava dos eventos à noite na casa da patroa e, por fim, devido aos bons vínculos que construiu com os filhos dos empregadores, o mesmo que respondeu Cristina. Neste caso, o afeto construído com as crianças foi visto como o lado bom do trabalho, mesmo que este não se estendesse no plano físico e espacial da casa ou mesmo em melhores condições de trabalho.

Desta forma, é possível compreender que são tantos os casos de injustiça e desrespeito que, quando há o mínimo de condições, as trabalhadoras reconhecem como experiências positivas. Tal fato é exemplificado pela fala de Luciana:

É gratificante você ir lá e trabalhar e chegar no final do mês e puxa, recebi o salário tão merecido que eu trabalhei pra eles o mês inteiro. Também tem o respeito né? É, o respeito dos patrões quando tem né? É o patrão respeitar (Luciana).

Esse relato evidencia como, em um contexto de tantas dificuldades e injustiças, o reconhecimento básico de um salário justo e o respeito mínimo podem ser interpretados como momentos positivos, mesmo que longe de atender às expectativas ideais de trabalho digno.

3.1.5. A Casa Como Lugar De Negligência

Antes da pandemia de Covid-19, Cristina contou que trabalhava em cinco casas, sendo uma por dia. Em uma destas casas, a maior de todas, segundo ela, a diária correspondia a 150 reais e a entrevistada dividia o valor com a sobrinha que a

ajudava, onde limpavam e passavam as roupas. Ou seja, ao invés de os empregadores pagarem à ambas o valor, este era dividido entre elas, que aceitaram o trabalho somente porque a sobrinha de Cristina estava precisando muito de um emprego. Porém, deixaram de trabalhar no local devido à pandemia.

Além desta, trabalhou para uma senhora que conhecia há muitos anos. Esta queria que Cristina saísse de uma das outras casas em que trabalhava para que pudesse trocar o dia de serviço na casa dela. Como Cristina rejeitou a ideia, as duas discutiram, e a entrevistada contou que a empregadora não gostou da impossibilidade de troca do dia de serviço. Cristina contou sobre o diálogo e começou falando que a patroa disse:

‘a [nome da outra empregadora] não pagou a pandemia para você, eu paguei a pandemia para você e agora você escolhe ficar com ela? Ela não pagou a pandemia pra você.’ Aí eu falei, engraçado, eu não combinei nada com ninguém, você me pagou de livre e espontânea vontade, eu não obriguei você. [...] eu não posso sair da casa da [nome da outra empregadora] porque sou registrada na loja dela, e aí ela disse que ‘nunca tinha visto escrava branca, escrava preta eu já vi’. Falou isso na minha cara (Cristina).

Quando Cristina se refere à patroa “pagar a pandemia”, quer dizer sobre o valor que era pago a ela mensalmente enquanto permanecia em casa, em isolamento social, sem se dirigir até o trabalho. Cristina recebeu o valor mensal de duas patroas durante a pandemia mesmo sem ir trabalhar. Além desta, também recebeu de outra patroa, onde ela ainda trabalha até hoje.

Cristina também diz que ficou extremamente chateada por ter sido chamada de “escrava branca” pela empregadora, apenas por não trocar o dia de trabalho e priorizar a diária na casa de outra patroa, que a registrou como zeladora em sua loja, onde vai uma vez por semana, algo de grande valor para ela.

A discussão se iniciou porque a empregadora perguntou qual casa Cristina deixaria de trabalhar para trabalhar por mais um dia para ela, e a participante continuou:

Eu trabalhava em um monte de casa né, eu cresci, eu expandi, eu trabalhava fixo né, eu fui arrumando emprego, arrumando emprego e cresci. Aí ela falou ‘fica só lá na [nome da empregadora], sai de todos seus empregos e fica só lá então’. Ela ficou com tanta raiva, mas tanta raiva (Cristina).

No período pandêmico, quando tal discussão ocorreu com Cristina, Luciana estava trabalhando apenas de babá da mesma menina que ainda cuida, porém, da

própria casa, e permaneceu assim por cinco ou seis meses, sem ir ao trabalho para limpar a casa da empregadora. Neste caso, a patroa levava a filha até a casa da participante todos os dias.

Já Estela ficou sem trabalhar e teve que empreender trabalhando de casa fazendo doces e bolos. Segundo ela, voltou a trabalhar como doméstica “há 1 ano e 8 meses”, considerando o dia em que ocorreu a entrevista.

Diferentemente das demais, Helena continuou trabalhando normalmente, mesmo quando contraiu a doença. Em um dos momentos da roda de conversa ela afirmou:

“Eles não valorizam o trabalho doméstico. Eles não fazem. Mas também não valorizam. Na pandemia ficou todo mundo doido. Tipo assim porque ficou sem empregado e ficou todo mundo doido” (Helena).

Entre as mulheres de Cuiabá/MT, Laura afirmou que ficou isolamento no início do período pandêmico. Ela e os netos foram para Chapada dos Guimarães, município da Baixada Cuiabana, e passaram seis meses no sítio da mãe dela. Entretanto, como não poderia ficar sem qualquer fonte de renda, voltou a trabalhar no fim de 2020.

Ana continuou trabalhando como mensalista, disse que o empregador a buscava em casa de carro e a levava embora com medo de que ela se locomovesse de ônibus e se contaminasse com o vírus, passando a doença para sua família.

Em pesquisa sobre o tema, Simã Catarina Pinto (2023), coloca que durante a pandemia houve vários casos de trabalhadoras domésticas que contraíram a COVID-19 e até morreram em situações de negligência por parte de seus empregadores. Dois casos destacados na pesquisa envolvem trabalhadoras que foram expostas ao vírus por seus patrões, sendo um deles a primeira vítima fatal confirmada no Rio de Janeiro.

A pandemia, assim, intensificou a precarização do trabalho doméstico. Muitas trabalhadoras perderam seus empregos e, quando mantidos, elas eram frequentemente coagidas a trabalhar sem remuneração extra e expostas ao risco de contágio (Pinto, 2023), como aconteceu com a participante Helena, principalmente.

A autora, então, inclui neste contexto o conceito de necropolítica de Aquile Mbembe, o qual se refere à gestão da morte e à capacidade de um Estado de decidir quem vive e quem morre. No caso das trabalhadoras domésticas, a pandemia evidenciou que suas vidas são tratadas como descartáveis, já que foram expostas a altos riscos, enquanto seu trabalho, em contradição, é indispensável. A autora

argumenta que essa lógica necropolítica está intrinsecamente ligada às opressões de gênero, classe e raça (Pinto, 2023), além de estarem vinculadas à herança colonial que relativiza a exploração do trabalho doméstico.

3.1.6. A Casa Como Lugar De Opressão, Racismo e Racismo Religioso

Em um momento da roda de conversa, Cristina se lembrou de uma das casas que ainda não havia comentado. Nesta, onde era diarista, o empregador a chamou para se sentar à mesa com a família no almoço, mas não convidou a outra trabalhadora.

Assim, na casa das pessoas, quando a energia é péssima, você trabalha, sim, mas você não se sente bem. Lá era uma bagunça. Aí você não sabia por onde começar naquela bagunça. A outra funcionária botava defeito no meu serviço, ela falava que nem sabia como que eu arrumava emprego de tão ruim que era meu trabalho. Eu era branca e ela era negra. E ela tinha ciúmes de mim porque ela trabalhava fazia vinte anos na casa e ela não nunca foi convidada pra sentar na mesa pra fazer a refeição. E quando eu comecei a trabalhar lá de diarista, o filho da dona [nome da empregadora] me chamou pra sentar na mesa: 'ah Cristina, o almoço está pronto! Vem comer!' Aí a [nome da mensalista] disse: mas por que você está chamando ela pra sentar na mesa pra comer? Se faz mais de vinte anos que trabalho na sua casa, e você nunca me chamou pra comer? Aí a mulher começou a discutir com ele, discutiu com ele. Aí foi, eu peguei e falei que não, eu agradei mas disse que eu preferia almoçar na cozinha do mesmo jeito que a outra (Cristina).

As participantes da primeira entrevista, apesar de possuírem características de mulheres pobres e de baixa escolaridade, se consideram brancas ou morena, no caso de uma delas. A descrição de Cristina sobre a situação na casa dos empregadores, explicita a diferenciação de tratamento entre as trabalhadoras branca e negra, em que a primeira é chamada para se juntar à mesa nos primeiros dias e a segunda nunca o foi, mesmo após vinte anos trabalhando no local.

Ao longo de toda a entrevista no primeiro dia, este foi o único momento em que a questão racial surgiu na reunião. Já na reunião realizada em Cuiabá/MT, em junho de 2024, uma das participantes se considera parda e a outra, negra, mas também não falaram explicitamente sobre a questão.

Laura e Ana não falaram abertamente sobre situações de abuso que possam ter ocorrido nas casas em que trabalharam. Por mais que minha mãe também seja doméstica, minha posição de investigadora talvez não ofereça o conforto suficiente

para que tais experiências sejam compartilhadas voluntariamente e abertamente de início, principalmente em casos traumáticos, como ocorre com o racismo e demais abusos.

Já Helena expôs situações complexas com a empregadora. Segundo ela, quando se mudou para a cidade, trabalhou para uma família por pouco tempo, e depois já começou a trabalhar para a mesma família que está até hoje. A participante prestou serviços para a mãe de sua atual empregadora por vinte anos como trabalhadora informal, e agora está há trinta anos prestando serviços para a mesma.

Fui trabalhar na casa da mãe da minha patroa onde eu tô até hoje. Eu tô até hoje com essa família. Aí nessa, minha patroa casou, ficou morando com a com a mãe dela e depois ela queria sair da casa, aí a mãe dela cedeu eu pra ela e ficou com a outra na casa (Helena).

A história de Helena demonstra que a trabalhadora é trabalhadora doméstica da mesma família há quase 50 anos. O verbo ceder, utilizado para se referir à troca de local de trabalho da casa da “patroa mãe” para a “patroa filha”, chama a atenção no discurso de Helena. A palavra pode significar “desistir”, “conceder” ou “transferir a propriedade” e, pensando no contexto, é como se Helena de fato fosse vista como a propriedade da família, a qual não aceita, inclusive, que ela peça demissão, pois vão sempre procura-la e a convencem a voltar a prestar serviços a eles.

Apesar de trabalhar para a mesma família por décadas, Helena afirmou que deixou de morar na casa dos patrões por ter engravidado e passou a viver em um abrigo em Londrina, cidade vizinha. Os empregadores não a auxiliaram neste momento, mas ela voltou a prestar serviço a eles nesta ocasião devido a doença do pai, que morava em Cambé, onde ela precisou retornar para morar depois de um tempo.

A participante diz que muitas brigas se sucederam ao longo dos anos e que algumas vezes ela deixou o trabalho, mas era sempre procurada por eles novamente e retornava. Uma dessas brigas foi devido a uma crença de Helena.

É que ela vivia criticando a minha (religião), é esse tipo de gente que não gosta. Porque na minha época, quando a gente veio do sítio, se cura as coisas mais com remédio de casa, né? Nada desse negócio de médico, essas coisas. E a gente sabe de muita coisa, simpatia. E tinha saído um esporão no meu pé e eu falava que ia na pessoa pra poder fazer simpatia, e quando ela era católica aceitava tudo, mudou de religião e quer mudar os outros. Imagina! Nossa senhora. Agora (a

empregadora) até que deu uma endireitada (Helena).

Helena se refere à mudança da empregadora que antes se identificava como católica e depois como evangélica. A fala de Helena sobre o caso demonstra a intolerância religiosa da patroa com as crenças da trabalhadora, além da intromissão em algo da esfera pessoal da participante. Mesmo que Helena se identifique como católica, as “simpatias” a que se refere envolvem crenças de religiões de matriz africana, o que gerou o racismo religioso da patroa.

O caso também se insere em um contexto mais amplo em que o racismo e a discriminação rotulam tais religiões pelo fato de serem de origem africana. Além disso, a ação de movimentos neopentecostais tem utilizado mitos e preconceitos para insuflar a perseguição a umbandistas e candomblecistas (Brandenburg; Dolny, 2020). No entanto, após Helena contra-argumentar com os empregadores, a relação entre eles melhorou, segundo ela.

Com relação ao racismo, Helena afirmou que nunca sentiu tal violência direcionada a ela no ambiente do trabalho, mas sim em outros âmbitos, entre amigos e pessoas conhecidas. Ela diz que nestes momentos passou muito mal, “como eu disse, eu não queria nem sair mais de casa”.

No entanto, as relações de Helena com os empregadores são permeadas por resistência e enfrentamento por parte da trabalhadora, foram diversas as falas que demonstram o fato, além daquelas já apresentadas:

“Recebi dinheiro de férias de tanto brigar com eles.”

“Na pandemia eu trabalhei. Normal. Com Covid e tudo. Eu fazia comida, mas não sentia gosto de nada”.

“Ele (filho dos empregadores) fala: ‘ah, pega um sorvete lá pra mim?’ Eu olho na cara dele e falo: ‘ah, vai se lascar, você pega’.”

“Eu falei assim ‘vocês têm que arrumar uma pessoa pra cuidar desse menino pra mim fazer o serviço da casa, né?’ Eu tinha que fazer almoço, cuidar do menino, lavar, passar e limpar. E o menino chorando. Ele chegou, eu falei. ‘Esse moleque não para de chorar. cês arrumam uma pessoa pra cuidar dele?’ ele falou assim, ‘ah, já que você não dá conta de cuidar dele, nem fazer comida, pode ir embora’ aí eu falei, demorou. Peguei minhas coisas, saí, fui embora. Ele ficou lá com a criança. Fica aí. Tchau. Aí ele foi atrás de mim de novo e vai lá eu, a tonta, voltar”.

Diferente das demais participantes, Helena demonstrou que busca apresentar suas queixas diretamente aos patrões e não aceitar excessos por parte deles. Após todo o exposto, possivelmente a trabalhadora passou por situações de racismo de forma velada e embutida nas ações e decisões tomadas

pelos empregadores, mas que não foram identificadas por ela como tal por não serem explícitas, assim como no caso de racismo religioso, que já tem uma base na reconhecimento de que trata-se de uma mulher negra.

Outra questão pontuada pelas participantes foi a pressão empenhada pelos patrões no período das eleições presidenciais.

Ela é uma pessoa muito bacana, se você tiver precisando de uma ajuda ela vai e te apoia no momento, só que é assim, quando começou a política ela queria comprar os funcionários pra passar pro lado dela. Funcionárias lá que ela queria que pudesse votar no Bolsonaro na marra, ela pegou, iludiu as meninas, eu caí fora, falei que tinha minha mãe pra cuidar, e ela queria que a gente fosse lá naquele retiro que as pessoas iam lá fazer oração. Que era pro outro perder e o Bolsonaro ganhar (Cristina).

Cristina vivenciou tal situação com uma das empregadoras para a qual presta serviços como diarista, e teve que omitir sua opinião política para que não sofresse pressão da empregadora, que queria decidir seu voto. Luciana também comentou sobre um caso que vivenciou novamente com o pai da patroa:

Aí ele falou assim 'vai votar em alguém?' Falei não, 'então você tem o direito de ficar com a boca fechada, não dá a sua opinião. Não quero ouvir sua opinião.' E ele fuzilou eu, a (nome da empregadora) na minha cara falou assim, 'pai, ela é a pessoa que é meu braço direito. O senhor é meu pai, a casa aqui é minha. Eu quero que pare agora de falar sobre política.' [...] depois o irmão da (nome da empregadora) pediu desculpa e ela também (Luciana).

Os casos expostos pelas domésticas demonstram a persistência de relações coloniais de posse, evidentes pela sensação de liberdade que os empregadores possuem ao intervir em decisões pessoais de suas vidas, seja em questões de religiosidade ou em quem votar nas eleições, como se as trabalhadoras domésticas fossem uma categoria passível de orientação, e os empregadores teriam o poder de mandar e desmandar em suas vidas. As próprias trabalhadoras reconhecem que devido aos casos que vivenciaram, foram obrigadas a se fechar para resistir e enfrentar tais investidas, opressões e intromissões.

Também afirmaram que, devido a idade e experiência de anos de trabalho doméstico remunerado, estão se tornando mais espertas para negociar os trabalhos e não aceitar ofensas, o que afirmaram Laura, Cristina, Helena e Luciana.

3.2. O “QUARTINHO” – E O BANHEIRO – DA “EMPREGADA”

A crítica feminista contemporânea defende que o espaço, como produto social, não apenas reflete a sociedade que o cria, mas também molda comportamentos ao incorporar normas, valores e hierarquias sociais. Desta maneira, o espaço atua como ferramenta de controle e poder e nunca é neutro, sendo construído de forma discursiva e influenciado por estruturas de poder e saberes dominantes (Silva, 2007).

Um fator claro do descaso pelas trabalhadoras domésticas toma forma espacial como o “quarto da empregada”, o qual ainda permanece em algumas casas de famílias de médio e alto poder aquisitivo. Além deste, a situação de hierarquia se reflete nos espaços domiciliares ao longo de décadas, manifestando-se, também, na forma de elevadores de serviço e nos “banheiros de empregada”.

Tais vestígios são resíduos imutáveis de tempos passados que se perpetuam nas plantas arquitetônicas modernistas e contemporâneas das cidades brasileiras. As configurações sociais se refletem no espaço físico e, em outras palavras, a organização espacial pode manifestar a existência e a manutenção das estruturas de domínio, poder e autoridade (Leitão, 2014) em diversas escalas, inclusive a dos domicílios.

No Brasil, os resquícios das estruturas coloniais nas dependências de empregados passaram décadas sem questionamento. Quando Brasília foi construída nos anos 1950, por exemplo, arquitetos como Oscar Niemeyer incluíram os “quartos” e “banheiros de empregadas” nos projetos dos edifícios, consolidando as desigualdades de forma contraditória em um espaço em que a arquitetura é chamada de modernista (Resende; Heynen, 2024).

De acordo com os arquitetos Rogério Rezende e Hilde Heynen (2024), nas primeiras versões do Código de Edificações do Distrito Federal, o alojamento para prestadores de serviços era referido como quarto ou dependência de empregada. Em revisões posteriores, o termo foi alterado para “quarto de empregados” ou “funcionários”.

Para Souza (1991), como uma consequência da formação social brasileira, o

“quartinho” é projetado com certas intencionalidades: ele retrata, para quem o usa, um canto destinado à invisibilidade, à falta de individualidade e privacidade, proporcionando um cenário propício ao assédio, à distinção e às hierarquias socioespaciais existentes entre empregadores e empregados, bem como entre os próprios empregados. Além disso, ele perpetua a segregação, por vezes racial, o isolamento e a exclusão.

Este espaço é composto por valores e subjetividades que refletem as relações historicamente instituídas pelos indivíduos na forma de produzir e dirigir a sociedade. No que se refere aos projetos do referido quarto, pode-se afirmar que este era construído frequentemente abaixo das dimensões mínimas consideradas pelas normas da arquitetura, com elementos desfavorecidos em comparação a outros cômodos da residência, como o tamanho ou ausência de janelas, a localização próxima às áreas molhadas da casa e medidas que resultam em problemas ergonômicos (Morais, 2019).

Devido à comum existência deste espaço contendo riscos ergonômicos – e, por vezes, insalubres – em casas e apartamentos, foi necessária a criação de uma lei⁷ em 2018 instituindo que a área deveria seguir os padrões da arquitetura, para que as trabalhadoras pudessem usufruir do local com o mínimo de dignidade e conforto. Sua recente criação demonstra que, até uma década atrás, ainda era comum destinar às trabalhadoras um espaço pouco proveitoso e confortável em termos de necessidades básicas humanas.

Entretanto, a utilização do “quartinho” tem diminuído em razão da preferência por novos formatos na prestação de serviços domésticos, principalmente aqueles sem vínculo empregatício ou sem a exigência que a trabalhadora pernoite ou more no trabalho (Morais, 2019).

Ao mesmo tempo, mesmo com a diminuição, esses espaços ainda existem e são utilizados. Um exemplo são as plantas arquitetônicas de edificações voltadas para residências em Portugal, que têm alterado suas configurações para atender às exigências de brasileiros em busca de moradias, sendo estes a terceira nacionalidade que mais compra imóveis no país (Lima; Toledo, 2018).

Ademais, o impacto psicossocial do ambiente do “quartinho” é multifacetado. Garantir um espaço que proporcione privacidade, conforto e dignidade não apenas

⁷ Lei 13.699 de 2018.

melhora a qualidade de vida das trabalhadoras domésticas, mas também reconhece sua contribuição. Um ambiente, no mínimo, respeitoso, deve oferecer um estado mental e emocional equilibrado, essencial no desempenho profissional e para o bem estar pessoal.

Desta forma, o “quartinho” se apresenta como mais um elemento que expressa as relações complexas entre as trabalhadoras e os empregadores, pois tão comum quanto este espaço, destoante em comparação ao restante da casa e dos demais quartos, é também o postulado de senso comum: “como se fosse da família”.

Em uma das lembranças que possuo da infância, minha mãe me levou até a casa dos empregadores logo quando se mudaram e disse, animada, que a patroa a havia contado que ela teria o espaço dela na casa. Lembro que imaginei uma área de descanso, com cama e um banheiro, onde eu mesma poderia esperá-la enquanto terminava o serviço.

Quando chegamos até a casa nova da patroa, logo perguntei onde era o espaço destinado à minha mãe. Para minha surpresa e frustração, o pequeno local ficava em um anexo fora da casa, ao lado da piscina. Basicamente era composto por um banheiro e um armário onde minha mãe pendurava suas coisas. Também não era um espaço exclusivo dela, pois, na realidade, o banheiro fazia parte da área destinada à piscina, e serviria para que os moradores e convidados usassem.

Nesta casa, minha mãe pernoitava no trabalho, às vezes. A patroa dizia que ela era da família e que poderia dormir no quarto de visitas – até porque não haveria outro quarto disponível além desse. Apesar de não gostar de pernoitar no trabalho, minha mãe aceitava mesmo não recebendo nenhum valor adicional por isto.

Na época, eu era adolescente e ouvia de outras pessoas que a empregadora deveria pagar adicional noturno nestes casos. No entanto, mesmo após conversar com minha mãe, esta não cobrou qualquer valor, pois sabia que não seria paga e que o argumento da empregadora seria o tratamento de família dado a ela, ou seja, era um trabalho que minha mãe deveria fazer em gratidão pela amizade entre as duas.

Minha mãe deixou de trabalhar nesta casa alguns anos depois, após uma discussão com a empregadora. Na “rescisão” não recebeu nada além dos dias trabalhados, mesmo que a patroa afirmasse veementemente que havia registrado minha mãe como CLT, após sete anos como trabalhadora informal. Porém, quando pesquisei nos registros muitos anos depois, ficamos sabendo que nunca houve um

registro formal, apenas o pagamento mensal referente ao INSS em nome da minha mãe.

Minha perspectiva como filha de doméstica neste caso, exemplifica que mesmo quando as trabalhadoras podem pernoitar no interior da casa, seu espaço é na verdade do lado de fora ou separado dos demais cômodos. Bem como quando há uma boa relação entre patrões-trabalhadoras, forjada em uma amizade, a mesma pode ser utilizada futuramente como moeda de troca na obtenção de uma força de trabalho não remunerada pelos empregadores.

Entre as mulheres participantes da pesquisa, Cristina e Helena foram moradoras, cada uma, de uma das casas onde trabalharam. De acordo com Cristina, isto ocorreu em seu primeiro emprego como doméstica, quando trabalhou para um casal sem filhos aos 12 anos em troca de alimentação e um pouco de dinheiro.

Sobre o período afirmou: “Eu dormia lá porque eu queria, porque o tio disse que ia pescar e para não deixar a tia sozinha, ele pedia pra mim dormir na rede na casa deles”. Quando fala “tio” e “tia”, Cristina se refere ao casal para quem trabalhava, possivelmente por ser criança e não os ver como patrões na época. Também afirmou que “a [nome da patroa] queria me adotar, mas o meu pai não me deu”. Então, Rosa interveio e complementou: “o casal queria adotar a Cristina e queria abrir uma poupança pra ela pra guardar dinheiro, mas aí a mãe e o pai não quiseram.”

Já Helena comentou que seu quarto era simples e ficava no interior da casa. Segundo ela, o “quartinho” possuía as mínimas características ergonômicas que são necessárias para uma pessoa viver, como janelas grandes, um bom espaço, cama e guarda-roupa.

A partir das falas das participantes da pesquisa, é possível perceber novamente o quanto os laços de proximidade e afeto servem de moeda de troca para que horas-extras sejam vistas como favores, principalmente quando as trabalhadoras vivem em uma situação de vulnerabilidade. Além disso, aos doze anos, Cristina já se via permeada por estas relações, tão complexas e de raízes tão antigas, que quase resultaram na adoção de si própria pelos empregadores, mesmo dormindo em uma rede quando pernoitava na casa deles. Ou seja, no caso de Cristina, não havia nem o “quartinho da empregada”.

Ademais, como já exposto, a palavra “banheiro” foi o espaço da casa mais citado pelas participantes. Neste contexto, percebe-se que, assim como o quarto, o

banheiro também pode ser um espaço que a família empregadora, arquitetos ou demais agentes da construção civil separem do restante dos cômodos para que tenha utilidade apenas para a doméstica, algo que pode ser mais recorrente em comparação ao “quartinho”, atualmente, com a mudança nas relações trabalhistas nas últimas décadas.

3.3. AS MULHERES DA CASA

Como apresentado por meio das rodas de conversas, a casa está frequentemente presente nos discursos das trabalhadoras domésticas e a dimensão espacial do trabalho tem um significado altamente relevante em suas falas. Bem como se materializa, ainda, nas plantas das residências sob a forma de “quartinhos de empregada” e na legislação trabalhista, que impõe que estes mesmos ambientes sejam minimamente e humanamente utilizáveis.

Percebemos através dos discursos que, em meio ao excesso de trabalho e ao constante acúmulo de tarefas, as domésticas direcionam afeto e amor aos filhos dos patrões, mantendo o apego a eles mesmo após anos de afastamento. Sob essa ótica, embora a casa seja vista como um local de trabalho, as relações positivas com as crianças e, por vezes, negativas com os empregadores, tornam o ambiente um híbrido entre afetos, inimizades e o trabalho, entre outras possibilidades de “cruzamento” de significados.

Pontuar apenas um significado que abarque todos os sentidos direcionados às casas dos patrões não é viável, pois estes divergem da mesma forma em que as famílias das casas se diferenciam umas das outras. O híbrido remete a algo que é composto de elementos diferentes, bem como as visões das trabalhadoras a respeito de seus espaços de trabalho.

Por meio das interseccionalidades de vários sistemas de opressões é perceptível que as trabalhadoras domésticas participantes da pesquisa sofreram diversas injustiças, exploração e violências desde horas-extras não pagas, humilhações em discursos direcionados a elas, sobrecarga de trabalho, importunação e abuso sexual, intolerância religiosa, racismo, entre outros problemas.

Portanto, é possível encontrar convergências entre os sentidos direcionados à casa de acordo com as trabalhadoras, mas nem sempre os significados serão inteiramente os mesmos, já que as identidades também não são as mesmas.

O ambiente de trabalho doméstico, a casa dos empregadores, com suas relações complexas e muitas vezes desiguais, pode ter impactos significativos na saúde mental e emocional das trabalhadoras. O apego às crianças, as relações conflituosas com os empregadores, e a pressão por desempenho criam um cenário desafiador para essas mulheres.

Assim como no filme *Que horas ela volta?* comentado no item anterior, eu e minha mãe não deveríamos nos sentirmos iguais ou à altura dos empregadores, apesar dos discursos de que éramos parte deles. Nosso lugar era restrito – espacialmente e moralmente – e não deveríamos ultrapassar o limite espacial das áreas de serviço, assim como os limites de servir, cuidar, limpar, abaixar a cabeça e ir embora.

No papel de “filha da empregada” e nas poucas vezes em que visitei a casa dos empregadores de minha mãe, me identifiquei com Jéssica do filme. Meu papel ali era inexistente: eu não era a trabalhadora nem tampouco uma hóspede; era apenas uma visita. No entanto, também não podia me comportar como uma visita comum, pois sempre acompanhei minha mãe e sentia que não deveria circular fora do espaço “área de serviço-cozinha-sala de jantar” sem a presença dela.

O mesmo vale para o poder patriarcal existente na casa dos empregadores. Ainda no papel de “filha da empregada”, notei que as patroas coordenavam sozinhas o trabalho das domésticas, mesmo na presença de homens na casa, os quais quase não dirigiam a palavra à empregada, minha mãe.

Em uma pesquisa com empregadoras de classe média alta em Curitiba/PR, Monticelli (2017) afirma que essas mulheres também estão inseridas em padrões de desigualdade resultantes da divisão sexual do trabalho. Elas são as principais responsáveis pela conservação, coordenação e organização da casa, e não mostravam disposição para a mudança dessa estrutura. São as agentes do trabalho doméstico e dos cuidados familiares não remunerados, ao mesmo tempo em que não possuíam igualdade de remuneração no mercado formal em comparação aos seus cônjuges.

No que se refere à participação das mulheres no mundo produtivo em geral, isso se deu de maneira dicotômica, possibilitando maior autonomia às mulheres, mas ocorreu mantendo sua posição de subalternidade. Para Helena Hirata e Daniele Kergoat, a divisão sexual do trabalho denota a forma que a divisão do trabalho é decorrente das relações sociais entre os sexos, além de ser um fator prioritário para a sobrevivência da atual relação desigual entre os sexos (Hirata; Kergoat, 2007).

A socióloga Heleieth Saffioti já apresentava conclusões que se vinculam ao caráter racial da questão em obra de 1978. Para a autora, no contexto da ocupação doméstica, predominantemente formada por mulheres negras, as consequências

tendem a ser ainda mais prejudiciais, devido ao fator racial que se entrelaça com diversos sistemas de dominação. Nos países de capitalismo periférico, a situação atual revela que, embora tenha havido a liberação de um número significativo de mulheres para atividades capitalistas, essa libertação ocorreu às custas do trabalho doméstico desvalorizado realizado por outras mulheres, que são pobres e possuem baixa escolaridade, criando um cenário contraditório (Saffioti, 1978).

Seguindo a mesma concepção, Monticelli (2021) ainda pontua que, ao mesmo tempo que escolhem a vida “moderna” em termos estéticos e profissionais, as patroas também permanecem conectadas e responsabilizadas pela casa e pelo lar. Mesmo ao sentirem as pressões relacionadas às imposições e necessidades da manutenção da casa, não buscam novas formas de compartilhar as responsabilidades com a família, repassando todas as desigualdades resultantes da divisão sexual do trabalho para as trabalhadoras domésticas remuneradas.

Uma importante reflexão acerca das relações da divisão sexual do trabalho entre as mulheres de classe média alta, evidenciada pela autora, é que, apesar de conseguirem relativa liberdade, elas ainda estão permanentemente vinculadas ao papel primordial estabelecido há séculos como sendo de responsabilidade feminina. São livres para trabalhar, mas não se desvinculam totalmente dos espaços de serviço doméstico como um pertencimento (Monticelli, 2021).

Por conseguinte, para que as mulheres escolarizadas e pertencentes à classe média, ou acima, possam se libertar da casa, outras mulheres acabam realizando o abandono de si, dos filhos e da própria casa. Ao passar a maior parte de seu dia fora, dedicando-se a manter o lar dos outros, sua própria casa pode ficar em segundo plano. Isso pode resultar em uma falta de conforto e organização em seus espaços pessoais, afetando também o senso de pertencimento e realização que poderiam ter em seus próprios lares. O tempo e os recursos que poderiam ser investidos em suas casas são direcionados para o trabalho, e muitas vezes sem o devido reconhecimento ou compensação.

Em vista disso, é perceptível que o local de trabalho é ambíguo, pois se trata de um ambiente familiar que não deveria ser ao mesmo tempo um espaço de trabalho. Essa mistura entre ambiente de trabalho e ambiente familiar confunde as relações, tornando difícil estabelecer limites claros, onde se tem uma exploração disfarçada e a trabalhadora é incentivada a realizar tarefas além do que foi acordado, devido ao afeto

ou à consideração que sente pela família empregadora.

A posição em que se encontram as trabalhadoras envolve o carinho incondicional com as crianças – evidenciado por Luciana quando afirmou que ficaria doente se deixasse de cuidar da filha da empregadora – o medo, os traumas, as violências e, também, a resistência frente aos mais absolutos assédios, pois é perceptível o quanto o senso de justiça e empoderamento dessas mulheres se desenvolveu ao longo do tempo. Ao ouvir as falas das participantes e conhecer os casos expostos, muitos dos quais não cabiam nesta pesquisa, inclusive, foi impossível não admirar a resiliência que possuem ao lutar diariamente pela própria sobrevivência e para alcançar seus sonhos que, muitas vezes, também inclui os filhos e netos.

Como pesquisadora que busca a rememoração das vivências e incentiva a partilha das experiências, também seria impossível não se afetar com as falas e sentimentos ditos pelas mulheres nas rodas de conversa. Os relatos fortes e sensíveis são a prova do quanto se trata de uma profissão que abarca muito mais que apenas a esfera laboral, pois ocorre na esfera pessoal de quem emprega. Ou ainda, é uma profissão em que se utiliza a razão, mas não menos do que se é afetado na esfera das emoções.



Os Santos

uma tira de humor **ódio**

Leandro Assis
 @leandro.assis_ilustra
 Triscila Oliveira
 @goulanja

Figura 6 - Doméstica e o abuso sexual
 Fonte: Assis; Oliveira (2023).

Legenda: A arte apresenta um dos problemas vivenciados pelas trabalhadoras domésticas e apresentados por meio das falas das participantes, que remete ao abuso sexual, à importunação sexual e às tentativas de violência sexual direcionadas às domésticas, vinculando o tema, ainda, com a existência do “quartinho de empregada”. A tira aborda o abuso de poder que os homens exercem sobre trabalhadoras domésticas. A normalização do comportamento predatório, expressa pelo personagem que se gaba de ter sido o “terror das empregadas”, reflete o machismo, a violência e o caráter enraizado deste tipo de conduta, que objetifica as mulheres em posição subalterna e evidencia o quanto as relações com as trabalhadoras domésticas envolvem a herança colonial, violenta e escravizadora que possui o país.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A motivação para a investigação do tema de pesquisa apresentado e discorrido nesta tese surgiu a partir de experiências pessoais após observar que, para alguns patrões, o relacionamento que tinham as trabalhadoras domésticas sempre teria sido impessoal. Entretanto, ao rememorar algumas das vivências que tive com minha mãe, as quais me mostravam o oposto, notei que a participação na vida das famílias nunca foi impessoal para ela, especialmente se havia crianças para cuidar. Assim, fui instigada a compreender quais os significados, sentidos e vivências das trabalhadoras domésticas com relação ao espaço em que trabalham, e com relação à família para quem trabalham, sob a perspectiva delas próprias.

Inicialmente já notava um espaço híbrido onde se estabelecem afetos e desafetos, e a partir das rodas de conversas com outras mulheres foi perceptível que há também uma descontinuidade entre os vínculos de afeto e o espaço, pois este não se materializa no espaço inflexível da casa dos patrões, onde as trabalhadoras exercem o trabalho de cuidar e por vezes educar as crianças, um trabalho consideravelmente relevante que pode se estender para outros espaços fora da casa. Por meio das falas das participantes, é notório que os afetos e desafetos permeiam o trabalho das domésticas. Os desafetos se desenvolvem em decorrência da opressão, do descaso, do desrespeito, das violências e intromissão na vida pessoal das trabalhadoras, acrescidos de racismo religioso, racismo e etarismo, de acordo com as características identitárias destas mulheres, como enfoca as interseccionalidades. Portanto, as vivências das trabalhadoras domésticas na casa dos patrões vão ser parecidas devido a contextos históricos e sociais estruturais, mas acrescidas de maior ou menor desrespeito e desafeto de acordo com as diferentes identidades.

É evidente que Helena, a participante não-alfabetizada, negra e que trabalha há 50 anos (com poucas interrupções) como mensalista para a mesma família, passou por maiores opressões e violências em comparação às demais. Devido a isto, precisou desenvolver métodos na tentativa de barrar o desrespeito e as opressões praticadas, o que ficou evidente nas falas sobre a relação dela com os patrões e seus filhos.

Possivelmente, as vivências das trabalhadoras domésticas brancas, jovens e com ensino médio completo nas casas dos patrões sejam preenchidas com menos

desafetos em comparação às vivências das participantes desta pesquisa, as quais não se enquadram nesta identidade, por exemplo.

Com relação aos afetos, ao cuidar das crianças da casa, as trabalhadoras acabam desenvolvendo uma ligação afetiva forte, assumindo até mesmo um papel quase materno ou de cuidadora principal. Essa conexão emocional, entretanto, não concede a elas o mesmo status de pertencimento ao espaço físico ou à dinâmica familiar, ficando restritas a um nível de afeto que não se traduz no espaço dentro da casa dos empregadores.

No contexto das trabalhadoras domésticas, essa proximidade emocional pode ser uma forma de carinho, mas é também marcada por barreiras sociais e econômicas rígidas. As trabalhadoras permanecem, no contexto físico e espacial da casa dos empregadores, como “estrangeiras”, mesmo sendo influentes no funcionamento familiar. Por exemplo, enquanto a trabalhadora pode ser responsável pelo cuidado direto, como alimentar, dar banho e carinho, e até educar, como é o caso de Luciana, a presença é limitada ao desempenho das tarefas, e o relacionamento emocional não se expande para o espaço físico.

A relação da doméstica com as crianças pode ser genuína e afetiva, mas, estruturalmente, a trabalhadora é mantida em uma posição subalterna, e seu trabalho, importante para com a família, não elimina as hierarquias que a relegam a um espaço específico da casa dos patrões, sendo eles a cozinha, o “quarto” e “banheiro de empregada”, ou áreas de serviço.

Entretanto, para além disso, o espaço onde se constroem os afetos na mente destas mulheres e crianças não é transferível para o espaço físico e geográfico de fato, na casa dos patrões. O afeto, então, é compartimentado, emocionalmente próximo, mas fisicamente e socialmente distante.

O caso de Cristina demonstra, ao mesmo tempo, que a casa dos empregadores possui barreiras rígidas, pois esta trabalhadora desenvolveu uma amizade com a filha de uma das patroas, a qual não foi estendida ao ambiente físico da casa deles, somente à casa dela, entre outros espaços.

Em comparação aos desafetos, que são resultantes das violências advindas dos sistemas diversos de opressão, como o colonialismo, o etarismo, o classismo, o patriarcalismo e o racismo, agindo em conjunto, e em diferentes intensidades, é possível que haja a extensão do desafeto para o plano físico e um rompimento entre

os espaços, em determinados casos.

Quando há a violência ou abusos, como ocorreu com Estela, Cristina, Helena e Luciana, as trabalhadoras muitas vezes não retornaram mais para a casa dos patrões. Já quando decidem continuar, é possível que o espaço da casa adquira as características híbridas de afeto e desafeto para esta mulher: sem que se estenda ao plano físico no caso dos afetos e se mantenha à distância no caso dos desafetos.

Desta maneira, o presente trabalho permitiu uma reflexão aprofundada sobre as complexas dinâmicas do trabalho doméstico em várias escalas, desde a microescala da casa e do cotidiano até os contextos gerais em que se insere o trabalho doméstico no Brasil.

As histórias e experiências compartilhadas pelas participantes destacaram, entre tantas questões, a resiliência de mulheres que cotidianamente enfrentam uma série de desafios sociais, econômicos e culturais. Mas também salienta e comprova o quanto a profissão – e a casa onde se trabalha – é marcada, arquitetada e disposta pelos afetos e desafetos, ou seja, pelas emoções, bem como pelo contexto socioeconômico, cultural e histórico brasileiro.

A partir da perspectiva decolonial e da interseccionalidade, foi possível identificar dinâmicas variadas e desiguais de poder e os vínculos que permeiam o trabalho doméstico. A casa dos empregadores pode ser um local de afetividade, desafeto ou um híbrido entre eles.

Isto porque muito embora as trabalhadoras desenvolvam vínculos profundos nestas casas, estes são marcados por uma ambiguidade onde coabitam boas e más experiências. Situações de discriminação, abusos e exploração são recorrentes, e as condições laborais geralmente informais e desprotegidas revelam a precarização e a perpetuação das desigualdades estruturais que remontam à colonialidade.

Além disso, a pesquisa destacou como a interseccionalidade – considerando raça, classe, idade e escolaridade – molda as experiências dessas mulheres, exacerbando sua vulnerabilidade. Mulheres negras, mais velhas e de baixa escolaridade, por exemplo, estão mais propensas aos abusos e violências dos empregadores, ao mesmo tempo, a partir das vivências expostas pelas participantes, foi perceptível que estas são obrigadas a desenvolver mecanismos de defesa e intimidação para que tais situações não ocorram. Há a importância de se considerar esses cruzamentos para uma compreensão mais completa das desigualdades no

trabalho doméstico.

As análises também evidenciaram uma mudança gradual na postura das trabalhadoras, em que elas mesmas dizem ter desenvolvido habilidades em negociar suas condições de trabalho e intimidar para afastar comportamentos indesejados, demonstrando que tiveram que impor limites em frente às violências e injustiças sofridas. Essa transformação é visível nas discussões e depoimentos das participantes, as quais apresentaram um comportamento resoluto com relação aos abusos praticados pelos empregadores.

Por fim, este estudo não apenas expôs as dificuldades enfrentadas pelas trabalhadoras domésticas, mas também evidenciou a complexidade das teias de relações que constroem em seus espaços de trabalho.

Em estudos futuros, a perspectiva é que sejam investigadas outras visões sobre o tema a partir da ótica das empregadoras – as quais estão à frente das relações cotidianas com as trabalhadoras – e dos filhos das patroas, considerando aqueles que receberam os cuidados das domésticas durante a infância e depois.

Estes contextos específicos podem ser aprofundados em estudos futuros para enriquecer a discussão sobre o trabalho doméstico ao abordar as relações de afeto e desafeto evidenciadas neste estudo, para que, assim, sejam respondidos os questionamentos sobre reciprocidade, principalmente referente ao carinho e a afeição direcionados aos filhos dos empregadores, o que muitas vezes limita o tempo que as trabalhadoras domésticas dedicam aos próprios filhos.

Ademais, vincular tais aspectos com a luta por reconhecimento, autonomia e justiça, as quais envolvem a necessidade de mudanças estruturais, a formalização do trabalho e o respeito aos direitos dessas profissionais, também devem ser abordados.



Figura 7 – As crianças que as domésticas mais sentem falta
Fonte: Assis; Oliveira (2023).

5. REFERÊNCIAS

ABREU, A. K. de. O trabalho doméstico remunerado: um espaço racializado. In: PINHEIRO, Luana; et al. (orgs.). **Entre relações de cuidado e vivências de vulnerabilidade**: dilemas e desafios para o trabalho doméstico e de cuidados remunerado no Brasil. Brasília: IPEA; OIT, 2021. p. 47-66.

ACKERLY, B.; TRUE, J. **Doing Feminist Research in Political & Social Science**. New York: Palgrave Macmillan, 2010.

AGENCIA BRASIL. Vulnerabilidade de trabalhadoras domésticas aumenta na pandemia. **Folha de Pernambuco**. 12 de junho de 2020. Disponível em: <https://www.folhape.com.br/noticias/vulnerabilidade-de-trabalhadoras-domesticas-aumenta-na-pandemia/143737/>. Acesso em 23 jul 2021.

AKOTIRENE, C. **Interseccionalidade**. São Paulo: Sueli Carneiro; Pólen, 2019. (Feminismos Plurais).

ASSUNÇÃO, C. Com 1,5 milhão de vagas fechadas em 2020, trabalho doméstico é ignorado por Bolsonaro. **Brasil de Fato**, 15 fev. 2021. Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2021/02/15/com-1-5-de-vagas-fechadas-em-2020-trabalho-domestico-e-ignorado-por-bolsonaro>. Acesso em: 24 mar. 2021.

BALLESTRIN, L. América Latina e o giro decolonial. **Revista Brasileira de Ciência Política**, n. 11, 2013, p. 89-117. Disponível em: <https://repositorio.unb.br>. Acesso em: 15 set. 2024.

BERNARDINO-COSTA, J. Decolonialidade e interseccionalidade emancipadora: a organização política das trabalhadoras domésticas no Brasil. **Revista Sociedade e Estado**, v. 30, n. 1, Brasília, 2014, p. 147-163.

BETIM, F. No Brasil informal com coronavírus, domésticas dependem de altruísmo de patrões para evitar contágio. **El País Brasil**. Disponível em: <https://brasil.elpais.com/sociedade/2020-03-17/no-brasil-informal-com-coronavirus-domesticas-dependem-de-altruismo-de-patroes-para-evitar-contagio.html>. 2020. Acesso em: 02 mar. 2022.

BRANDENBURG, L. E.; DOLNY, M. A. intolerância contra religiões afro-brasileiras: reflexões sobre a importância do incentivo ao diálogo em pregações cristãs. Caminhos - **Revista de Ciências da Religião**, Goiânia, Brasil, v. 18, n. 2, 2020.

BRASIL. Congresso Nacional. **Proposta de Emenda à Constituição n.º 66, de 2012** (PEC dos Empregados Domésticos). Disponível em: <https://www25.senado.leg.br/web/atividade/materias/-/materia/109761>. Acesso em: 01 mar. 2024.

BRETAS, P. Domésticas: categoria é uma das mais prejudicadas com fim do programa de preservação de empregos. 2021. **Extra**. Disponível em: <https://extra.globo.com/economia-e-financas/domesticas-categoria-uma-das-mais->

prejudicadas-com-fim-do-programa-de-preservacao-de-empregos-veja-os-direitos-24891548.html. Acesso em: 25 fev. 2021.

BRITES, J. Afeto e desigualdade: gênero, geração e classe entre empregadas domésticas e seus empregadores. **Cadernos Pagu**, n. 29, p. 91–109, jul. 2007.

BRUNO, M. M. Pandemia doméstica: Empregadas domésticas estão entre as que não conseguem se isolar e sofrem maiores impactos com o fim do auxílio. UOL Economia. 2020. Disponível em: <https://economia.uol.com.br/reportagens-especiais/vulnerabilidade-domesticas-pandemia/#cover>. Acesso em 24 jul 2020.

BUENO, S. *et al.* **Visível e Invisível: A Vitimização de Mulheres no Brasil**. 4ed. São Paulo: Fórum Brasileiro de Segurança Pública, 2023.

BUTTNER, A. Aprendendo o dinamismo do mundo vivido. In: CHRISTOFOLETTI, A. C. (org.). **Perspectivas Da Geografia**. São Paulo: Difel, 1985, p. 165-193.

CARNEIRO, S. Enegrecer o feminismo: a situação da mulher negra na América Latina a partir de uma perspectiva de gênero. **Racismos contemporâneos**. Rio de Janeiro: Takano Editora, v. 49, p. 49-58, 2003.

CASELLI, F. R. B. Inconsciente e linguagem: uma leitura de Freud a Lacan. **Dissertação** (Mestrado em psicologia) UFAL, Maceió, 2014

CASTRO-GÓMEZ, S.; GROSGUÉL, R. **El giro decolonial: reflexiones para una diversidad epistémica más allá del capitalismo global** Bogotá: Siglo del Hombre, Universidad Central, Instituto de Estudios Sociales Contemporáneos, Pontificia Universidad Javeriana, Instituto Pensar. 2007.

COROSSACZ, V. R. Assédio sexual no emprego doméstico. **Revista Z cultural** – Programa Avançado de Cultura Contemporânea. Ano XV, n. 02, abr. 2020. Disponível em: <http://revistazcultural.pacc.ufrj.br/assedio-sexual-no-emprego-domestico/>. Acesso em: 20 mar. 2024.

COSTA, E. M.; SOUZA, R. L. V. de; KIRST, P. B. A. G. Trabalho infantil: um estudo sobre os danos biopsicossociais percebidos pelos pesquisadores. **Aletheia**, Canoas, n. 46, p. 131-141, jan./abr. 2015.

CRENSHAW, K. Documento para o encontro de especialistas em aspectos da discriminação racial relativos ao gênero. **Revista Estudos Feministas**, v.10, n.1, Florianópolis, 2002.

DAVIS, A. **Mulheres, cultura e política**. São Paulo: Boitempo, 2017.

DINIZ, M.I. O trabalho doméstico remunerado ontem e hoje no Brasil: uma análise das violências sexistas presentes no cotidiano das trabalhadoras. **Anais Seminário Internacional Fazendo Gênero 11 & 13th Women's Worlds Congress**, 2017.

DULCI, T.M.S.; MALHEIROS, M.R. Um giro decolonial à metodologia científica:

apontamentos epistemológicos para metodologias desde e para a América Latina. **Revista Espirales**, v. 5, n. 1, p. 174–193, 2021.

G1, Economia. **Empregadas domésticas, vítimas da pandemia na América Latina**. 2020, Disponível em: <https://g1.globo.com/economia/noticia/2020/06/29/empregadas-domesticas-vitimas-da-pandemia-na-america-latina.ghtml>. Acesso em: 2 fev. 2021.

GOFFMAN, E. **Estigma: notas sobre a manipulação da identidade deteriorada**. 4. ed. Rio de Janeiro: LTC, 1988.

GONZALEZ, L. A categoria político-cultural de amefricanidade. GONZALEZ, Lélia: **Primavera para as rosas negras**. Diáspora Africana: Ed. Filhos da África, 2018.

GONZALEZ, L. **Por um Feminismo Afro-Latino-Americano: Ensaios, Intervenções e Diálogos**. Rio Janeiro: Zahar, 2020.

GONZALEZ, M. Trabalhadora doméstica não quer ser da família, diz líder da categoria. **Universa UOL**. 2021. Disponível em: <https://www.uol.com.br/universa/noticias/redacao/2021/04/27/luiza-batista-trabalhadoras-domesticas-nao-queremos-ser-da-familia.htm>. Acesso em: 1 jul. 2024.

GUIMARÃES, M. O. Subalternidade e resistência: perspectivas feministas decoloniais a partir da página do Facebook: Eu empregada doméstica. **Cabo dos trabalhos**, n.18, Coimbra, 2018.

HESSEL, R. Desemprego entre empregadas domésticas é maior que a média geral. **Diário de Pernambuco**. 16 de novembro de 2020. Disponível em: <https://www.diariodepernambuco.com.br/noticia/economia/2020/11/desemprego-entre-empregadas-domesticas-e-maior-que-a-media-geral.html>. Acesso em: 22 jul 2021.

HIRATA, H. A Precarização e a Divisão Internacional e Sexual do Trabalho. **Sociologias**, v. 11, n. 21, 2015.

HIRATA, H; KERGOAT, D. Novas configurações da divisão sexual do trabalho. **Cadernos de Pesquisa**, v. 37, n. 132, p. 595–609, 2007.

HOOKS, b. **Remembered Rapture: The Writer at Work**. Henry Holt and Company, 2000.

LEITÃO, L. **Quando o ambiente é hostil: uma leitura urbanística de Sobrados e Mucambos e outros ensaios gilbertianos**. 2ed. Recife: Editora Universitária da UFPE, 2014.

LEMO, A. dos S. O que o trabalho doméstico me ensinou sobre identidade, autoestima e afetos. Seminário Internacional Fazendo Gênero 12, 2021, Florianópolis. **Anais [...]**. Acesso em: 10 mar. 2024.

LÉVY, A. **Ciências Clínicas e Organizações Sociais**. Belo Horizonte: Editora

Autêntica. 2001.

LIMA, J. C.; TOLEDO, A. A permanência do dormitório da empregada nos apartamentos: estudo comparativo nas décadas de 1960 a 1990 em Maceió/AL. **Gestão & Tecnologia De Projetos**, v. 13, n.3, p. 79-96, 2018.

LUGONES, M. Colonialidade e gênero. HOLLANDA, Heloísa Buarque de (Org.). **Pensamento feminista hoje: perspectivas decoloniais**. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2020.

MAIA, K. S.; ZAMORA, M. H. N. O Brasil e a lógica racial: do branqueamento à produção de subjetividade do racismo. **Psicologia Clínica**, v. 30, n. 2, 2018.

MALDONADO-TORRES, N. **Sobre a colonialidade do ser: contribuições para o desenvolvimento de um conceito**. Rio de Janeiro: Via Verita, 2022.

MANZI, M.; ANJOS, M. E. dos S. C. dos. O corpo, a casa e a cidade: territorialidades de mulheres negras no Brasil. **Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais**, v. 23, 2021.

MARCONDES, W. B. *et al.* O peso do trabalho “leve” feminino à saúde. **São Paulo em Perspectiva**, v. 17, n. 2, p. 91-101, 2003.

MELLO, J. B. F. Geografia Humanística: a perspectiva da experiência vivida e uma crítica radical ao positivismo. **R. Bras. Geog.**, 1990, 52 (4): 91-115.

MIGNOLO, W.D. Colonialidade: o lado mais escuro da modernidade. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v.32, n. 01, 2017.

MONK, J.; Hanson, S. Não excluam metade da humanidade da geografia humana. In: SILVA, Joseli Maria; ORNAT, Marcio José (orgs.). **Geografias feministas e das Sexualidades: encontros e diferenças**. Ponta Grossa: Todapalavra, 2016.

MONTIBELER, D. P. da S. **Fronteiras de cor: a produção da identidade racial de mulheres negras de pele clara**. Dissertação (mestrado) - UFSC, Florianópolis, 2022.

MONTICELLI, T. Entre Tensões e Afetos: incompatibilidades nas práticas e direitos no trabalho doméstico. **Revista Antropológicas**, ano 26, v. 33(1), 2022.

MONTICELLI, T. Divisão sexual do trabalho, classe e pandemia: novas percepções? **Sociedade e Estado**, v. 36, p. 83-107, 2021.

MONTICELLI, T. A administração, as negociações e desigualdades constituídas no lar: reflexões sobre uma cultura da domesticidade no Brasil. **Revista Feminismos**, v. 5, n. 2, 2017.

MORAIS, F. O. Os quartos de empregada nos apartamentos modernistas na orla da cidade de João Pessoa (PB). **Anais... 13º seminário Docomomo no Brasil**. Salvador, 2019. Disponível em: <https://docomomo.org.br/wp-content/uploads/2020/04/110750.pdf>. Acesso em: 23 jun. 2020.

OYĚWÙMÍ, O. Conceituando o gênero: os fundamentos eurocêntricos dos conceitos feministas e o desafio das epistemologias africanas. HOLANDA, H. Buarque de. **Pensamento feminista hoje: perspectivas decoloniais**. Rio de Janeiro, Bazar do Tempo, 2020.

PINTO, E. A. Política, raça e gênero: Laudelina de Campos e a presença negra nas organizações político-partidárias. **Revista da ABPN**, v. 10, n. 25, p. 101-140, 2018.

PINTO, S. C. de L. A necropolítica do trabalho doméstico na pandemia da COVID-19: trabalhadoras indispensáveis enquanto força de trabalho e dispensáveis enquanto sujeitos. **Teoria Jurídica Contemporânea**, v. 8, 2023.

PIZAIA, J. C. A territorialização de migrantes do Haiti em Cambé-PR e Rolândia-PR: as demandas das mulheres haitianas e as ações realizadas. 2019. 150 fls. **Dissertação** (Mestrado em Geografia) – Universidade Estadual de Londrina, Londrina, 2019.

QUIJANO, A. Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina. Lander, Egardo (Org.). **A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais - perspectivas latino-americanas**. Buenos Aires: Clacso, 2005.

RAMOS, V. T. Cinema, gênero e história: as domésticas em Casa Grande (2014) e Que Horas Ela Volta? (2015). Seminário Internacional Fazendo Gênero 12, 2021, Florianópolis. **Anais** [...]. Acesso em: 10 mar. 2024.

RAMOS, G. B. “Como se fosse da família”: o trabalho doméstico na assembleia nacional constituinte de 1987/1988. **Dissertação** (Mestrado em Direito) – UFBA, Faculdade de Direito, 2018.

RELPH, E. C. As Bases Fenomenológicas da Geografia. **Geografia**, 1979, 4 (7): 1-25.

REZENDE, R.; HEYNEN, H. A segregação espacial e dinâmica de gênero em Brasília. **Thésis**, Rio de Janeiro, v. 9, n. 17, p. 155-176, 2024.

SANDES, A. Belém vai contra entendimento nacional e inclui domésticas como essenciais. **UOL Cotidiano**. 2020. Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/cotidiano/ultimas-noticias/2020/05/06/belem-inclui-domesticas-entre-servicos-essenciais-durante-lockdown.htm?fbclid=IwAR18Gwi8Mq5tRPiffw-PIZiM-kGAJxS36yChVKdKjylzOkJBr-6gYrkzcKM>. Acesso em: 2 fev. 2021.

SAFFIOTI, H. I. B. **Emprego doméstico e capitalismo**. São Paulo: Avenir, 1978.

SCOTT, J. W. A invisibilidade da experiência. **Projeto História**, São Paulo, n. 16, 1998.

SILVA, J. M. Amor, paixão e honra como elementos da produção do espaço cotidiano feminino. **Espaço e Cultura**, Rio de Janeiro, n. 22, p. 97-109, 2007.

SILVA, J. M. Ausências e silêncios do discurso geográfico brasileiro: uma crítica feminista à geografia eurocêntrica. **Geografias subversivas: discursos sobre espaço, gênero e sexualidades**. Ponta Grossa: Todapalavra, 2009.

SILVA, J. M.; ORNAT, M. J. Casa, corpo e amor: desafios à imaginação geográfica no Brasil em tempos de pandemia. Vázquez, G.G, et al., (org.). **Vivências de mulheres no tempo e espaço da pandemia de Covid-19: Perspectivas transnacionais**. Curitiba: CRV, 2021.

SILVA, J. M.; ORNAT, M. J.; Chimin Jr, A. B. Geografias feministas e o pensamento decolonial: a potência de um diálogo. **Diálogos Ibero-latino-americanos sobre geografias feministas e das sexualidades**. Ponta Grossa: Todapalavra, 2017.

SILVA, J. M.; SILVA, M. Das G. S. N. Introduzindo as interseccionalidades como um desafio para a análise espacial no Brasil: Em direção às pluriversalidades do saber geográfico. **Interseccionalidades, gênero e sexualidades na análise espacial**. Ponta Grossa: Todapalavra, 2011.

SOUZA, L. M. T. Dependência da empregada: o espaço da exclusão. **Dissertação**. (Mestrado em Serviço Social) - Programa de Pós-Graduação em Serviço Social, Centro de Ciências Sociais Aplicadas, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 1991.

TEIXEIRA, J. C. *et al.* Os lugares das empregadas domésticas. **Organizações & Sociedade**, v. 22, n. 72, 2015.

TUAN, Yi-Fu. **Place**: an experiential perspective. *Geographical Review*, 1975, 65 (2): 151-165

WENTZEL, Marina. O que faz o Brasil ter a maior população de domésticas do mundo. **BBC Brasil**. 26 de fevereiro de 2018. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/brasil43120953>. Acesso em: 2 dez. 2020.

VALERIANO, M. M.; TOSTA, T. L. D. Trabalho e família de trabalhadoras domésticas em tempos de pandemia: uma análise interseccional. *Civitas - Revista de Ciências Sociais*, v. 21, n. 3, 2021.

VIEIRA, S. Covid-19 agrava desrespeito trabalhista a empregadas domésticas. **IG Economia**. 30 de maio de 2020. Disponível em: <https://economia.ig.com.br/2020-05-30/covid-19-agrava-desrespeito-trabalhista-a-empregadas-domesticas.html?fbclid=IwAR1j6ATbISm5dJCObafu8g2rmdtAmxTgY8dM5TCnvGIbYKuJS-p17xxPdgc>. Acesso em: 23 jul 2020.

VIEIRA, W. Pandemia redimensiona o valor das faxineiras, mas muitas estão em crise. **Folha de Londrina**. 26 de abril de 2021. Disponível em: <https://www.folhadelondrina.com.br/empregos-e-concursos/pandemia-redimensiona-o-valor-das-faxineiras-mas-muitas-estao-em-crise-3068843e.html>. Acesso em: 20 mai 2021.

6. ANEXO

Este parecer foi elaborado baseado nos documentos abaixo relacionados:

Tipo Documento	Arquivo	Postagem	Autor	Situação
Informações Básicas do Projeto	PB_INFORMAÇÕES_BÁSICAS_DO_PROJETO_1617366.pdf	27/10/2020 00:51:53		Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	tcle_jessica.docx	27/10/2020 00:51:26	JESSICA COSTA PIZAIA	Aceito
Projeto Detalhado / Brochura Investigador	projetojessica.docx	29/09/2020 19:20:41	JESSICA COSTA PIZAIA	Aceito
Outros	termoconfi_Jessica.docx	22/08/2020 20:49:51	JESSICA COSTA PIZAIA	Aceito
Folha de Rosto	folhaderosto_Jessica.docx	22/08/2020 20:42:34	JESSICA COSTA PIZAIA	Aceito

Situação do Parecer:

Aprovado

Necessita Apreciação da CONEP:

Não

LONDRINA, 30 de Outubro de 2020

Assinado por:
Adriana Lourenço Soares Russo
(Coordenador(a))

Endereço: LABESC - Sala 14	CEP: 86.057-970
Bairro: Campus Universitário	
UF: PR Município: LONDRINA	
Telefone: (43)3371-5455	E-mail: cep268@uel.br

Página 04 de 05